



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**FELIPE LEAL ALVES XAVIER**

**JORNADAS REFERENCIAIS:**

a construção de um objeto de discurso em editoriais da Folha de S. Paulo  
durante as manifestações de junho de 2013

**CAMPINAS**

**2018**

**FELIPE LEAL ALVES XAVIER**

**JORNADAS REFERENCIAIS:**

a construção de um objeto de discurso em editoriais da Folha de S. Paulo  
durante as manifestações de junho de 2013

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da  
Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas como  
parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de  
Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Edwiges Maria Morato

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO  
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO  
ALUNO FELIPE LEAL ALVES XAVIER E  
ORIENTADA PELA PROFA. DRA. EDWIGES  
MARIA MORATO.

**CAMPINAS**

**2018**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** Não se aplica.

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Dionary Crispim de Araújo - CRB 8/7171

X19j Xavier, Felipe Leal Alves, 1981-  
Jornadas referenciais : a construção de um objeto de discurso em editoriais da Folha de S. Paulo durante as manifestações de junho de 2013 / Felipe Leal Alves Xavier. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Edwiges Maria Morato.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Editoriais - Brasil. 3. Política e cultura - Brasil. I. Morato, Edwiges Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

#### Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Referential rallies : the construction of an object of discourse in Folha de S. Paulo editorials during the June 2013 demonstrations

**Palavras-chave em inglês:**

Discourse analysis

Editing - Brazil

Politics and culture - Brazil

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestre em Linguística

**Banca examinadora:**

Edwiges Maria Morato [Orientador]

Anna Christina Bentes da Silva

Erik Fernando Miletta Martins

**Data de defesa:** 23-08-2018

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística



**BANCA EXAMINADORA:**

**Edwiges Maria Morato**

**Anna Christina Bentes da Silva**

**Erik Fernando Miletta Martins**

**IEL/UNICAMP  
2018**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

*“Temos de encontrar um sentido no próprio devir da linguagem, concebê-la como um equilíbrio em movimento.”*

*Maurice Merleau-Ponty*

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Edwiges Maria Morato, pela orientação atenciosa, rigorosa e enriquecedora, pelo tratamento humano, afetuoso e cordial, bem como por tudo que aprendi com sua produção acadêmica, suas disciplinas na pós-graduação e em eventos acadêmicos que organizou ou de que participou, especialmente do grupo Cogites.

À Profa. Anna Christina Bentes (Unicamp), por participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, com uma leitura precisa e que contribuiu para pontos fundamentais do trabalho, e por tudo que aprendi com sua produção acadêmica, com suas disciplinas na pós-graduação e em eventos do grupo Margens.

Ao Prof. Erik Fernando Miletta Martins (UFRN), por participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, com uma leitura generosa, crítica e atenta do meu trabalho, e pelo que aprendi com sua produção acadêmica.

Ao Prof. Renato Rezende (UnB), por gentilmente aceitar fazer parte da banca de defesa desta dissertação como suplente, pela contribuição na minha formação em linguística e pelo que aprendi com sua produção acadêmica.

Ao Prof. Wagner Romão (Unicamp), por gentilmente aceitar fazer parte da banca de defesa desta dissertação como suplente.

Aos colegas e amigos da Pós-Graduação do IEL (Unicamp).

Aos membros do grupo Cogites e do grupo Margens.

Aos servidores do IEL (Unicamp), especialmente da Secretaria de Pós-Graduação.

Aos grandes professores com quem tive aula na Universidade Federal da Bahia, na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas.

À família, à companheira Vanuza, aos amigos e às amigas – em especial, pelo estímulo e apoio para realizar esta pesquisa, Rodrigo Cerqueira, e, pela gentil presença na defesa, Fábio, Gabriela, Natalia, Solange e Wendel.

Aos colegas professores, professoras e demais funcionários e funcionárias do Curso Anglo, do Curso Popular Mafalda, dos colégios Anglo São Paulo e Anglo 21 e do Colégio Waldorf Micael de São Paulo, bem como a meus alunos e alunas.

## RESUMO

Esta pesquisa parte da percepção de que as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil são um tema de relevância não apenas social e política, mas também linguística. Como esse fenômeno é compreendido de forma bastante heterogênea, trata-se de um interessante objeto de pesquisa para se observar e analisar a maneira como atores sociais adotam diferentes estratégias de referenciação tendo em vista sua inserção em diferentes campos sociais e contextos de enunciação. Como objeto de análise, foram selecionados cinco editoriais do jornal Folha de S. Paulo, publicados de 13 de junho a 23 de junho de 2013, que tiveram como tema as manifestações enquanto elas ocorriam. As análises foram feitas por meio do levantamento de ocorrências de cadeias referenciais e outros processos de referenciação nos textos, quer isoladamente, quer tomados em conjunto a partir de cadeias referenciais em comum. Os dados indicam que os editoriais da Folha de S. Paulo passaram de uma deslegitimação política das manifestações para uma legitimação, à medida que havia sinais de apoio do público leitor aos movimentos e que os objetos das reivindicações se expandiram e deixaram de ser municipais para se tornarem federais. Além disso, a legitimação da violência policial oscilou de acordo com a leitura do momento e de mudanças quanto aos alvos dessa violência. Tanto as estratégias de legitimação quanto as modificações de posicionamento podem ser relacionadas a valores dos campos sociais aos quais o jornal pertence. Concluímos que a correlação entre estratégias de referenciação e valores de campos sociais enriquece a compreensão de como elementos textuais “micro” se relacionam a elementos sociais “macro”. Quanto às mudanças de posicionamento do jornal, propomos que se trata de um fenômeno que pode ser chamado de modulação referencial, com as seguintes características: um mesmo ator social, um conjunto de textos produzidos ao longo de uma sequência temporal, a reconfiguração do contexto social e variações nas constituições das cadeias referenciais quanto a estratégias de referenciação e quanto ao escopo.

**Palavras-chave:** Referenciação, Categorização (Linguísticas), Contexto, Junho de 2013.

## ABSTRACT

This research is based on the perception that the demonstrations which took place in June 2013 in Brazil are a relevant theme to Sociology or Political Science, but also to Linguistics. Since those manifestations are understood in multiple manners, it allows the analyses of the way social actors use different referencing strategies according to different social fields and contexts. Five editorials printed in Folha de S. Paulo, published from 13 to 23 June 2013 which addressed the rallies as they happened, constitute the *corpus*. The analyses were made through the survey of referential chains and other referencing processes found in the texts either one at a time or taken together as a common referential chain. The data indicate that Folha de S. Paulo's editorials moved from a political delegitimation of the rallies to their legitimation, which happened as signs of public support from its readership became clear and as the claims broadened, shifting from a municipal to a federal sphere. Besides, the legitimation of police brutality also shifted as the perception of the moment and the targets of this brutality changed as well. Not only the legitimation strategies but also the different positions taken by the paper can be related to the values of the social field to which it belongs. We conclude that the relationship between the referencing strategies and the values of the social field enriches the understanding of how "micro" textual elements relate to "macro" social ones. Lastly, concerning the paper change of position, we propose that it is a phenomenon called referential modulation, which presents the following characteristics: a same social actor, a set of texts produced throughout a temporal sequence, the social context reconfiguration and variations in the constitution of the referential chains, concerning both their scope and their referencing strategies.

**Keywords:** Referentiation, Categorization, Context, June 2013



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Cadeias referenciais no Texto 1.....	87
FIGURA 2 – Cadeias referenciais no Texto 2.....	93
FIGURA 3 – Cadeias referenciais no Texto 3 relativas a Manifestações.....	102
FIGURA 4 – Cadeias referenciais no Texto 3 relativas a Poder Público e Violência.....	103
FIGURA 5 – Cadeias referenciais no Texto 4 relativas a Manifestantes e Violência.....	108
FIGURA 6 – Cadeias referenciais no Texto 4 relativas a Poder Público.....	108
FIGURA 7 – Cadeias referenciais no Texto 5.....	113
FIGURA 8 – Movimento Passe Livre.....	115
FIGURA 9 – Manifestantes legítimos.....	116
FIGURA 10 – Manifestantes ilegítimos.....	116
FIGURA 11 – Violência de manifestantes.....	118
FIGURA 12 – Violência policial.....	119
FIGURA 13 – Prefeitura de São Paulo e órgãos municipais.....	121
FIGURA 14 – Governo do Estado de São Paulo.....	122
FIGURA 15 – Polícia Militar.....	122
FIGURA 16 – Outros governos municipais e estaduais.....	123
FIGURA 17 – Poderes federais.....	123
FIGURA 18 – Poder Público.....	124

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1. Junho de 2013: um enigma, muitos nomes.....	15
1.2. Relevância Teórica.....	18
1.2.1. Referenciação: encadeamentos referenciais e argumentação.....	18
1.2.2. Inserção em contextos sociais.....	20
1.3. Apresentação do percurso.....	23
<b>2. JUNHO DE 2013: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	24
2.1. Junho de 2013: introdução.....	25
2.2. Nobre: junho de 2013 como reação ao pemedebismo.....	27
2.2.1. O pemedebismo como lógica de bloqueio à democracia.....	28
2.2.2. Da ditadura ao governo Dilma.....	29
2.2.3. Junho e a reação ao pemedebismo.....	32
2.3. Singer: 2013 e o 18 de Brumário do lulismo.....	35
2.3.1. O lulismo enquanto reconfiguração eleitoral.....	35
2.3.2. Junho de 2013: altermundistas e caronistas.....	37
2.4. Junho de 2013 no contexto mundial.....	40
2.5. A Folha de S. Paulo.....	42
2.6. Cobertura da Imprensa e da Folha de S. Paulo.....	47
2.5. Comentários finais.....	50
<b>3. A LÍNGUA INCORPORADA AO CONTEXTO SOCIAL: DE HANKS A BOURDIEU</b> .....	53
3.1. Van Dijk e o contexto como definição da situação.....	53
3.2. O contexto, segundo William Hanks.....	54
3.3. Categorias da Sociologia de Bourdieu.....	58

3.3.1. Campos sociais: disputas e valores específicos.....	58
3.3.2. Incursões no campo jornalístico.....	64
3.3.3. Incursões no campo político.....	65
3.3.4. O papel do jornalismo na legitimação social.....	65
3.4. Comentários finais.....	65
<b>4. REFERENCIAÇÃO EM TEXTOS E ENTRE TEXTOS.....</b>	<b>67</b>
4.1. Referenciação e cadeias referenciais.....	67
4.1.1. Referenciação, categorização e recategorização.....	67
4.1.2. Progressão referencial.....	69
4.1.3. Estratégias de progressão referencial.....	70
4.1.3.1. Anáforas diretas: descrições definidas.....	71
4.1.3.2. Anáforas indiretas.....	71
4.1.3.3. Nominalizações.....	72
4.2. Progressão referencial entre textos.....	73
4.3. Outros processos e estratégias.....	74
4.3.1. A progressão textual.....	74
4.3.2. Articuladores textuais.....	75
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>77</b>
5.1. Seleção dos objetos de análise.....	77
5.1.1. Seleção do período.....	77
5.1.2. Escolha e constituição do Corpus: textos de tomada de posição.....	78
5.2. Procedimentos analíticos.....	79
<b>6. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>82</b>
6.1. Análise de cadeias referenciais nos textos.....	82

6.1.1. Análise de cadeias referenciais no Texto 1.....	82
6.1.1.1. Movimento Passe Livre.....	82
6.1.1.2. Violência dos manifestantes.....	84
6.1.1.3. Passe Livre.....	85
6.1.1.4. Poder Público.....	86
6.1.1.5. Conclusões parciais a respeito do Texto 1.....	87
6.1.2. Análise de cadeias referenciais no Texto 2.....	88
6.1.2.1. Movimento Passe Livre.....	89
6.1.2.2. Ação da Polícia Militar.....	90
6.1.2.3. Polícia Militar.....	92
6.1.2.4. Não manifestantes.....	92
6.1.2.5. Conclusões parciais a respeito do Texto 2.....	93
6.1.3. Análise de cadeias referenciais no Texto 3.....	94
6.1.3.1. Manifestantes.....	95
6.1.3.2. Caracterização das manifestações.....	97
6.1.3.3. Movimento Passe Livre.....	98
6.1.3.4. O Poder Público.....	98
6.1.3.5. Novas reivindicações.....	99
6.1.3.6. Violência dos manifestantes.....	101
6.1.3.7. Conclusões parciais a respeito do Texto 3.....	102
6.1.4. Análise de cadeias referenciais no Texto 4.....	104
6.1.4.1. Movimento Passe Livre.....	104
6.1.4.2. O Poder Público.....	105
6.1.4.3. A violência.....	107

6.1.4.4. Conclusões parciais a respeito do Texto 4.....	107
6.1.5. Análise de cadeias referenciais no Texto 5.....	109
6.1.5.1. Manifestantes.....	110
6.1.5.2. O Poder Público.....	111
6.1.5.2.1. Dilma Roussef.....	111
6.1.5.2.2. Intervenção policial e responsabilização civil e penal.....	111
6.1.5.3. A violência.....	111
6.1.5.4. Reivindicações.....	112
6.1.5.5. Manifestações.....	112
6.1.5.5. Conclusões parciais a respeito do Texto 5.....	113
6.2. A hipótese da progressão referencial entre textos.....	114
6.2.1. Manifestações.....	115
6.2.2. Violência nas manifestações.....	118
6.2.3. Poder Público.....	121
6.3. Relações entre as análises e a contextualização.....	125
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>139</b>
Texto 1.....	139
Texto 2.....	141
Texto 3.....	143
Texto 4.....	146
Texto 5.....	148

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é contribuir para a compreensão sobre a forma como textos inserem-se em contextos sociais amplos, por meio da análise da relação entre estratégias de referenciação e valores que conferem capital simbólico (BOURDIEU, 1989, 2003, 2008) nos campos específicos a que eles pertencem e nos quais exercem influência. Para isso, escolhemos como objeto de análise textos que evidenciem posicionamento de um ator social proeminente nos campos jornalístico e político produzidos no âmbito das manifestações políticas de junho de 2013 no Brasil. O material de análise são cinco editoriais do jornal Folha de S. Paulo, publicados de 13 a 23 de junho de 2013.

A nossa hipótese de fundo é de que a produção textual, e especialmente os processos de referenciação, deve ser compreendida no âmbito da sua inserção em contextos sociais mais amplos. Nesse sentido, postulamos que o estudo dos valores específicos de campos sociais (como o jornalístico e o político) enriquece a compreensão sobre, especialmente, a constituição das cadeias referenciais, seja no que diz respeito a textos isolados, seja a textos produzidos por um mesmo autor ao longo de uma dada sequência temporal.

Nossa hipótese empírica é que, nos textos selecionados, há constituições e reconstituições de objetos de discurso, que podem ser mais bem compreendidas levando em conta o contexto de enunciação e características dos campos jornalístico e político no Brasil, bem como do ator social “Folha de S. Paulo”. É nesse sentido que, parece-nos, pode ser analisada a reconhecida mudança de posicionamento do veículo quanto aos eventos de junho, de um primeiro esforço de deslegitimação dos atores e pautas envolvidas, até uma legitimação à medida que os acontecimentos se seguiam. Levando em conta que a construção do objeto de discurso mais amplo e complexo de “junho de 2013”, por parte da Folha de S. Paulo em seus editoriais, envolveu um conjunto de textos publicados em sequência, verificamos se a proposta da ocorrência de progressão referencial entre textos (MENEGALDO, 2016) pode ser aplicada para esse objeto específico.

O horizonte teórico do qual partimos são estudos sobre referenciação produzidos nas últimas décadas na área da Linguística Textual, como Apothéloz & Reichler-Beguelin (1995), Apothéloz (2015), Mondada & Dubois (2003), Koch (2002, 2005, 2014), Marcuschi (2005, 2006, 2008), Koch & Marcuschi (2002), entre outros. Quanto às relações entre texto e contexto, partiremos, sobretudo, de Hanks (1996, 2008), especialmente dos seus conceitos de emergência e incorporação e da interface teórica que esse autor propõe entre a compreensão linguística do

contexto e conceitos da obra de Pierre Bourdieu, tais como campos sociais, valores de campo e *habitus*.

A análise será empreendida, principalmente, por meio do levantamento de cadeias referenciais presentes nos textos, bem como de outros processos de referenciação e de sua possível relação com valores que conferem capital simbólico nos campos jornalístico e político, tendo em vista, especialmente, estratégias discursivas que visem à legitimação ou deslegitimação de atores e práticas sociais. Além de analisar tais processos no interior de cada texto individualmente, buscaremos analisar a possibilidade de perceber cadeias referenciais entre os textos no decorrer do período analisado. Essa tentativa de vinculação será feita partindo de uma reconstrução contextual com base em informações sobre os atores envolvidos e sobre o momento histórico que constitui o tópico em comum dos textos, ou seja, as grandes manifestações de junho de 2013.

Não se trata, portanto, de identificar as intenções de legitimação ou deslegitimação do produtor textual, e sim de buscar uma melhor compreensão, por exemplo, de por qual razão uma determinada forma linguística, usada na construção da progressão referencial, pode ter sido especificamente selecionada. Além de seu posicionamento no campo político brasileiro, é também a tentativa de assegurar sua posição de dominação no campo jornalístico que parece explicar a forma como os editoriais do jornal construíram e reconstruíram objetos de discurso relacionados àqueles eventos, especialmente no que diz respeito à constituição de cadeias referenciais nos textos e entre eles.

### **1.1. Junho de 2013: um enigma, muitos nomes**

Em junho de 2013, após um reajuste de 20 centavos nas tarifas de transportes públicos na cidade de São Paulo, uma série de atos públicos foram organizados pelo Movimento Passe Livre – São Paulo<sup>1</sup> com o objetivo central de revogar a medida. Tais atos iniciais sofreram forte repressão policial, e, em seguida, passaram a acontecer novos eventos, cada vez mais espalhados pelo País, mais numerosos e também com pautas mais amplas e difusas. Tratou-se, bem ou mal, do maior conjunto de eventos políticos de rua no país desde a campanha pelas eleições diretas, nos anos 1980, e as manifestações pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. No momento em que este texto é escrito, poucos anos após junho de 2013,

---

<sup>1</sup> O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social brasileiro que tem como principal pauta a defesa da gratuidade da tarifa para os transportes públicos no Brasil. A representação do movimento em São Paulo foi a principal articuladora das manifestações contra o aumento da tarifa pública no início de junho de 2013. Ao longo do trabalho, voltaremos a abordar características dessa organização.

pode parecer desnecessário justificar a relevância social do objeto de análise escolhido. Afinal, é praticamente um lugar comum considerar que muitos dos eventos da nossa conturbada história recente tiveram ali, senão um começo, ao menos um momento relevante.

Quanto a um efeito político mais evidente das pautas que se somaram ou inter-relacionaram com aquelas que iniciaram as manifestações, após o crescimento destas, a popularidade da então presidente Dilma Rousseff caiu de 57% para 30% em apenas três semanas, ainda que tenha havido outros fatores envolvidos, como crescimento da inflação, juros altos e baixo crescimento econômico. Embora tenha havido alguma recuperação dessa popularidade e a reeleição em 2014, ela nunca voltou ao nível anterior aos eventos daquele mês<sup>2</sup>. Além disso, é possível ver nos eventos de junho algo do que seriam as ações públicas pelo *impeachment* da presidente. Alguns dos grupos chamados de “nova direita” em parte tiveram suas origens naquelas manifestações, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, movimento de direita ligado ao PSDB, que tomou seu nome de uma das palavras de ordem de junho de 2013 (AMARAL, 2016). Movimentos de esquerda posteriores também podem ser ligados às manifestações, como é o caso das ocupações de escolas públicas por estudantes que ocorreram em 2016<sup>3</sup>.

Ainda que a importância desse momento seja reconhecida, junho de 2013 permanece, como define Gohn (2014, p. 88) “um enigma a decifrar”, o que já se sugere pela falta de um consenso mínimo acerca da sua nomeação: Revolta do Vinagre, Manifestações dos 20 centavos, Jornadas de Junho ou até Primavera Brasileira são apenas alguns dos nomes que se chegou a usar, sem que nenhum seja propriamente reconhecido como amplamente legítimo. De fato, ao comentar a variedade de perfis ideológicos presentes em momentos diversos ao longo das manifestações de junho de 2013, o cientista político André Singer caracteriza o evento como uma espécie de “Jornada de Juno”, pois cada um veria, nas nuvens levantadas na rua, a forma de uma deusa diferente” (SINGER, 2013, p. 32). Além disso, o autor lembra que o termo “Jornadas de Junho” remete ao momento de tentativa de insurreição do proletariado em Paris, em 1848, o qual foi brutalmente reprimida pelo general Cavaignac e chamada, por Karl Marx de “terremoto de junho”. Face à sua leitura de que, no caso brasileiro, “o travejamento fundamental da ordem não foi questionado”, dado que relações de classe e propriedade não

---

<sup>2</sup> FARAH, Tatiana. **Datafolha: 62% reprovam o governo Dilma**. O Globo. [online] Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-62-reprovam-governo-dilma-15627030> . Acesso em 17 mai 2017.

<sup>3</sup> NITAHARA, Akemi. **Ocupação de escolas é amadurecimento das Jornadas de Junho de 2013**. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/ocupacao-de-escolas-e-amadurecimento-das-jornadas-de-junho-de-2013>. Acesso em 21 jul 2018.



tenham destaque, Singer se recusa ao uso do termo “jornadas”, preferindo a fórmula com que os franceses, tendo em vista a dificuldade de nomear os fenômenos políticos e sociais de 1968, adotaram para aquele momento: acontecimentos de junho (IBIDEM, p. 23-24).

Tais observações já sugerem, que, para além de se justificar enquanto contexto de análise por sua relevância social e histórica, a escolha desse momento se fundamenta em outros aspectos que fazem dele um interessante objeto para um estudo linguístico como o que propomos. Partimos da hipótese de que se trata de uma boa oportunidade de análise de incorporação dos textos aos campos sociais, tendo em vista, sobretudo, a diversidade de leituras do fenômeno, cuja caracterização e até nomeação, como mostra Singer, tornaram-se arena de disputa nos mais variados âmbitos sociais e políticos. Nestes, por exemplo, ora aparece como profundamente reivindicatório, ora como eminentemente conservador; ora como de fortalecimento das esquerdas, ora de presença ou prenúncio de retomada do poder da direita; ora contra toda a classe política, ora contra o governo da vez. Tal situação nos remete ao pressuposto de que o objeto de referência, de fato, não preexiste aos sujeitos e aos atos de enunciação, mas que é, de fato, constituído como objeto de discurso num processo contínuo, que envolve a maneira como os falantes entendem o seu mundo social e buscam tomar posição nele.

Partimos da hipótese de fundo de que aquele momento em especial é uma boa oportunidade de observar como um determinado ator social age no sentido, seja de legitimar sua posição, seja de conquistar novas posições, em disputas pela leitura e construção do contexto do momento. Nosso objetivo de pesquisa é entender de que forma um determinado agente atuou discursivamente em um momento marcado, de certa forma, pela possibilidade de crise e mudanças no campo social, independentemente de juízos sobre a efetividade de tais possibilidades. De toda forma, a análise aqui proposta, ainda que restrita a um recorte bastante específico, filia-se em alguma medida aos esforços de compreensão desse fenômeno, no sentido de que, segundo pensamos, as análises linguísticas podem ser vistas como elementos de compreensão para entender o contexto social em que os textos são produzidos e circulam.

## **1.2. Relevância Teórica**

Nos próximos capítulos, faremos a apresentação e a discussão sobre os conceitos e categorias de análise selecionadas para o nosso enquadramento teórico-metodológico. Neste primeiro momento, comentaremos a sua escolha para esta pesquisa.

### 1.2.1. Referenciação: encadeamentos referenciais e argumentação

Em um breve diagnóstico sobre movimentos atuais da Linguística Textual, Koch (2011, p. 149-153) enfatiza a importância do estudo do processamento do texto, relativamente, por exemplo, à produção e compreensão e às estratégias sociocognitivas e interacionais envolvidas nesse fenômeno. Nessa tendência global, a autora confere destaque aos estudos de referenciação, enquanto fenômeno envolvido na abordagem de questões sociocognitivas.

O recurso, nesta pesquisa, aos pressupostos e instrumentos de análise dos estudos da referenciação justifica-se por diversos fatores. Em primeiro lugar, a análise da relação entre textos e o contexto social mais amplo deve se amparar numa reflexão satisfatória sobre a relação entre língua e “realidade”. Um dos pressupostos principais desses estudos é o entendimento da referenciação enquanto uma atividade discursiva, ou seja, uma abordagem em que a ênfase não é a referência enquanto algo pré-existente ao texto, e sim enquanto “problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve” (KOCH, 2011, p. 152). Nesse sentido, o discurso não é visto como atividade que remete a objetos no mundo, e sim enquanto atividade que constrói seus objetos, por isso chamados objetos de discurso (MONDADA & DUBOIS, 2015).

Uma outra noção que contribui para nosso estudo, e que é em parte decorrente do pressuposto apresentado, é a proposta de Apothéloz & Reichler-Beguelin (1995) de que categorias lexicais, que têm parte importante dos processos de referenciação, não são algo estanque e consignado de forma fixa em “etiquetas” previamente dadas, e sim um conjunto de dispositivos dos quais os atores sociais podem se valer para trabalhar discursivamente os seus projetos de dizer, adaptando a expressão referencial. Nesse sentido, a adequação referencial dirá respeito a constrangimentos de natureza sociocultural, e não ontológicos. Assim, podemos abordar a forma como fenômenos e atores sociais são categorizados e recategorizados ao longo dos textos como importante critério de interpretação, capaz de esclarecer a forma como esses textos específicos constroem seus objetos de discurso e inserem-se no contexto social maior da história recente do Brasil e dos eventos daquele momento específico.

Além disso, os estudos de referenciação vêm apresentando significativa contribuição no entendimento do processamento textual no que diz respeito à progressão referencial, ou seja, às diferentes formas de ativação, reativação e de-ativação de referentes textuais (KOCH, 2011, p. 83). Os instrumentos de análise das cadeias de progressão referencial permitem uma análise

fina da construção dos objetos de discurso, explicitando a própria trama textual, seja no nível co-textual de análise, seja no contextual, seja no intertextual.

Por fim, é importante mencionar, como elemento que reforça a nossa filiação a essa linha teórica, a função argumentativa de certas estratégias de referenciação ao longo dos encadeamentos referenciais. No âmbito desses estudos, já é há muito reconhecido que as estratégias de progressão têm caráter multifuncional (KOCH, 2001, 2005): além das tradicionais funções textuais anafóricas e catafóricas, possuem também função cognitiva-discursiva, na qual se destacam a focalização de elementos textuais na memória do interlocutor, bem como sua função predicativa, pelo que podem constituir formas híbridas, ao mesmo tempo referenciadoras e predicativas. Quanto a seus aspectos semânticos-pragmáticos, são relevantes as suas funções argumentativas, desempenhadas, muitas vezes, pela seleção do nome núcleo e de modificadores em expressões nominais utilizadas na progressão referencial. Assim, tais formas de recategorização representam importante elemento de compreensão das orientações argumentativas dos textos, o que nos parece justificar a escolha dessas estratégias como instrumento de análise textual para nossos objetivos.

Se nos interessamos pela inserção de textos em contextos sociais mais amplos, tais recursos podem ressaltar os projetos de dizer dos atores sociais, sobretudo quando selecionamos textos eminentemente argumentativos, como editoriais. Evidentemente, as estratégias argumentativas que estão em jogo em textos dessa natureza vão muito além da construção de cadeias referenciais específicas, envolvendo diversos outros procedimentos linguísticos-discursivos. Contudo nos parece interessante concentrar-nos na forma como a compreensão da própria construção da textualidade não pode se restringir ao exame abstrato (no sentido de abstraído dos usos sociais) do código linguístico. Pelo contrário, nos parece necessário investir em um exame que leve em conta, por exemplo, a reconstituição do contexto, um levantamento de informações sobre os atores sociais envolvidos e as situações concretas de produção e compreensão linguísticas. Além disso, a própria leitura dos textos escolhidos mostrou que essa pode ser uma entrada profícua na análise que pretendemos, tendo em vista o objetivo da pesquisa.

Muitas vezes, os estudos sobre a referenciação podem ser feitos por meio de extratos textuais descontextualizados, ou com reconstrução contextual mínima. Certamente a abordagem desses fenômenos textuais pode se enriquecer com um aprofundamento no aspecto contextual, pois isso pode permitir uma compreensão de como mecanismos de construção das cadeias referenciais relacionam-se tanto com os aspectos emergentes nas interações sociais

quanto com traços gerais do campo social tal como este é incorporado na percepção de mundo dos sujeitos que produzem e compreendem textos. Abordagens dessa natureza já vêm ocorrendo, tanto no exterior (VAN DIJK, 1993, 2012a, 2012b) quanto no Brasil (MARTINS, MORATO, 2012; PALUMBO, 2013; SILVA, 2015; LIMA, CAVALCANTE, BRITO, 2015; BENTES, SILVA, ACCETTURI, 2017). A intenção dessa pesquisa é contribuir no sentido de ampliar a compreensão sobre a inserção de textos em contextos específicos, enfatizando a investigação sobre os valores de campo e as estratégias referenciais, com ênfase nos levantamentos sobre as cadeias referenciais. Além disso, parece-nos possível contribuir para o conhecimento sobre textos produzidos no âmbito dos campos jornalístico e político, especificamente no que diz respeito ao Brasil recente. Para essa interface específica, e tendo em vista tais objetivos, não encontramos produção específica pré-existente.

Além disso, a proposta apresentada contribui para o entendimento da hipótese da existência de cadeias referenciais entre textos. Conforme Menegaldo (2016), podem ocorrer introduções de objetos de discurso em determinados textos que são ancoradas em textos anteriores, como no caso das chamadas coberturas jornalísticas continuadas. Contudo, ainda nos parece aberta à exploração a aplicação dessa hipótese tendo em vista contextos em que a posição do autor não parece permanecer sempre a mesma, e nem uma análise que leve em conta as relações desse fenômeno com o contexto social mais amplo em que as produções textuais ocorrem.

### **1.2.2. *Inserção em contextos sociais***

Partindo dessa intenção inicial, resta justificar a abordagem sobre o contexto empregada neste trabalho. Como se sabe, o contexto é um elemento há muito reconhecido enquanto aspecto essencial para compreender os processos de produção e recepção de sentido, contudo, conforme salienta Koch (2011), as noções de contexto variam de autor para autor e até na obra de um mesmo autor, em diferentes momentos. A autora aponta que, na forma como hoje é entendido na Linguística Textual, o contexto engloba o cotexto, a situação imediata, o entorno sociopolítico-cultural e o contexto sociocognitivo, bem como os mais diversos tipos de conhecimentos (linguístico, enciclopédico, declarativo, episódico, de situação comunicativa, de variados gêneros textuais, etc.). Além disso, a relevância do tema faz com que ele seja objeto de debate em grande parte da pesquisa contemporânea sobre a linguagem.

No âmbito dessas pesquisas atuais sobre o contexto, tomamos como referência teórica, especialmente, o trabalho de William Hanks. Um motivo que, de princípio, destacamos para

essa escolha é que Hanks pensa a inserção de textos em contextos sociais amplos de forma a evitar abordagens dicotômicas do fenômeno, que ou reduzem o texto a uma determinada leitura da realidade social, ignorando a autonomia dos eventos discursivos, ou recusam-se a abordar a significação com recurso ao que seria extralinguístico, deixando de conceber a produção e a compreensão como fenômenos eminentemente sociais, ao advogar uma autonomia absoluta ao que é linguístico. Hanks (1996) localiza a discussão em torno da relação de textos com contextos mais amplos entre duas tradições ou maneiras de abordar o problema: a irredutibilidade e a relacionalidade. A posição da irredutibilidade advoga o caráter mais autônomo do fenômeno linguístico, de forma a traçar um limite claro entre interior e exterior, que é também uma fronteira de âmbito de pesquisa para a análise linguística: nesse sentido, ela deve tratar do sistema linguístico em si. Aqui, as formas linguísticas são padronizadas, abstratas, universais, reproduzíveis e arbitrárias. Já o foco de análise do grupo de abordagens que adota uma visão de relacionalidade são os entrecruzamentos entre linguagem e contexto e um comprometimento de não entender a língua senão como pertencente à realidade “extralinguística”. Nesse caso, a forma linguística é variável, adaptada localmente, saturada pelo contexto e nunca exatamente a mesma (IDEM, 1996, p. 7). Hanks se propõe a tarefa de unificar e transcender essa dualidade, pensando que ambas dão, de fato, conta de aspectos do fenômeno de que não podemos abrir mão. Como afirmam Bentes e Rezende (2008, p. 31), Hanks toma o desafio de conciliar uma abordagem formalista com uma abordagem sociológica das relações entre texto e contexto.

Na nossa pesquisa, o desafio proposto por esse projeto nos parece uma importante referência de prática analítica dos textos. Afinal, por um lado, contribui para evitar que leituras prévias sobre o fenômeno social que constitui o tópico dos textos nos induzam a reduzi-los a manifestações daquelas interpretações sociais. Ao mesmo tempo, permite reconhecer a autonomia de funcionamento dos expedientes linguísticos, com ênfase nos mecanismos de referenciação. Por fim, tal autonomia não é reconhecida como absoluta, o que implica ver a produção e a compreensão sempre como fenômenos socialmente situados, ainda que não socialmente determinados.

Outro aspecto que nos parece importante nos trabalhos de Hanks é a possibilidade de uma melhor compreensão das relações entre contextos locais e globais. Bentes e Rezende (op. cit.), na sua discussão sobre os conceitos de texto e contexto nas discussões contemporâneas da Linguística Textual, destacam o trabalho do autor pela maneira como ele relaciona o contexto “micro” (relacionado ao interior da recepção e produção em curso) ao “macro” (relacionado ao

quadro social mais amplo). Em suas pesquisas sobre o tema, Hanks (2008, p. 204) afirma que seu objetivo é “[...] repensar a relação entre língua e contexto através das lentes da prática e com isso fornecer um quadro de referência analítico capaz de integrar ambos e ao mesmo tempo superar a débil dicotomia entre contextos locais e contextos em larga-escala”.

Para a análise do nosso objeto, como veremos, torna-se imprescindível refletir sobre esses níveis de análise e buscar integrá-los. Pensamos que, ao longo do período ao qual pertencem os textos, são ressaltadas determinadas leituras de situações locais que podem ser lidas tendo em vista uma leitura do contexto social mais abrangente. Nessa maneira como o contexto local incorpora-se ao contexto global, é muito importante levar em conta a articulação que Hanks (2008, p.33-57) realiza das suas concepções da linguagem com a teoria da prática social de Pierre Bourdieu. Partindo do conceito de campo social, com seus valores e *habitus* específicos, Hanks observa que, segundo Bourdieu, um campo pode relacionar-se a outro ou mesmo estar incorporado a ele. Contudo, tal incorporação não resultará numa sobredeterminação absoluta, já que o campo incorporado manterá uma autonomia relativa. Para entendê-lo, não basta pensar nos valores do campo que o incorpora, mas é preciso também levar em conta as suas características específicas. Algo análogo, segundo Hanks, ocorre quanto à relação entre o código linguístico e a realidade social, pois o primeiro se apresenta como um campo semiótico com regras próprias, porém incorporado ao campo social no qual a prática linguística se dá.

Um ganho analítico importante trazido pelo horizonte teórico de Hanks é, nos parece, a possibilidade de relacionar as ações linguísticas enquanto tomadas de posição que podem ter em vista valores de um ou mais campos específicos. Assim, ao abordar as escolhas lexicais de um dado texto, podemos levar em conta não apenas caracterizações genéricas como “positivo” ou “negativo”, mas sim relacioná-las a valores que, em um dado campo, são importantes nos processos de legitimação ou de deslegitimação. Assim, estratégias de recategorização que visem a categorizar um dado ator como não legítimo no campo político podem se vincular, por exemplo, à sua caracterização como ator que não cumpriu a trajetória devida no campo, quer por inadequação de faixa etária, quer por falta de conhecimentos. Caso se tratasse do campo de produção cultural, as estratégias argumentativas se dariam de outra forma, o que poderia ajudar a entender outras escolhas lexicais.

Além disso, partindo da ideia de que, por exemplo, diferentes jornais têm posição diferente no campo jornalístico, é possível pensar em razões para que a forma como um deles busque construir um dado objeto de discurso seja diferente de um outro, ainda que ambos possam, de modo geral, serem vistos como veículos dominantes. Ou seja, tem-se a possibilidade

de uma análise mais fina do papel dos agentes, o que, por sua vez, implicará ganhos potenciais na precisão análise linguística. É também a forma como um jornal vê a sua posição no campo enquanto assegurada ou ameaçada que pode levá-lo a mudar suas estratégias argumentativas ao longo do tempo, o que ajuda a iluminar a análise da maneira como algumas das suas escolhas se relacionam à incorporação aos campos sociais de que fazem parte o texto dado.

### **1.3. Apresentação do percurso**

O trabalho se divide em seis capítulos. Após esta introdução, no Capítulo 2 faremos uma contextualização das manifestações de junho de 2013, enfatizando interpretações do fenômeno do ponto de vista do campo político, bem como a trajetória da Folha de S. Paulo no campo jornalístico. Depois, no Capítulo 3, trataremos da noção de contexto, relacionando algumas reflexões de William Hanks ao trabalho de Bourdieu e destacando características dos campos jornalístico e político. A seguir, no Capítulo 4, trataremos da referenciação, abordando as principais estratégias de progressão referencial, bem como a hipótese da progressão referencial entre textos. No Capítulo 5, abordaremos a metodologia empregada em nossas análises. Por fim, no Capítulo 6, apresentaremos os nossos dados e faremos as análises das principais cadeias referenciais dos textos selecionados. Nas considerações finais, apresentaremos generalizações e as principais reflexões alcançadas pela pesquisa, derivadas tanto de nossas hipóteses iniciais, quanto do nosso empreendimento analítico.

## 2. JUNHO DE 2013: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos dados e discussões referentes ao cenário em que foram produzidos os textos analisados, ou seja, o momento histórico em que se deram as manifestações políticas de junho de 2013 no Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo. Para isso, recorreremos sobretudo a Nobre (2013a, 2013b) e Singer (2012, 2013).

Sem dúvida, toda tentativa de reconstituição de contextos carrega dificuldades para a análise de textos, havendo riscos, por exemplo, de parcialidade excessiva na seleção de dados relativos para a análise, potencialmente capaz de comprometer os resultados desta. Há, ainda, desafios específicos no caso da nossa pesquisa, que gostaríamos, inicialmente, de explicitar, juntamente com as estratégias que escolhemos para lidar com eles. Como já mencionamos no Capítulo 1, a compreensão sobre o fenômeno social de que tratamos não é, em absoluto, consensual, havendo posicionamentos e interpretações diversas. Tal disputa de leituras não se restringe a grandes grupos, como esquerda e direita, havendo diversos posicionamentos no interior destes<sup>4</sup>. Em alguns sentidos, a posição que se toma sobre junho de 2013 pode, mesmo, definir a posição de sujeitos em debates políticos atuais. Embora eventos históricos sejam sempre alvo de debates e diferentes visões, temos um caso em que, por vários fatores, não podemos de fato partir de uma leitura prévia socialmente consolidada e consensual.

Frente a tais dificuldades, esclarecemos que nosso objetivo não é nos posicionar aqui diretamente no interior desse importante debate, pois isso fugiria ao nosso escopo de trabalho. Buscaremos nos restringir ao levantamento de elementos que permitam compreender melhor os posicionamentos do ator social abordado na sua produção textual. A escolha dos principais autores de referência não significa endosso dos seus posicionamentos, que se inserem num amplo esforço de compreensão da história recente do país, envolvendo contribuições de diversas áreas e controvérsias de diversas naturezas. Contudo consideramos que suas leituras, seus quadros interpretativos e conceitos (como de “lulismo” e “pemedebismo”) têm tido presença importante nas discussões sobre o campo político no Brasil, além de terem escrito, especificamente, sobre esse momento. E é o fato de tratarem especificamente do campo político que, a nosso ver, coloca-os em posição especial quanto aos objetivos deste trabalho em relação a outros autores que procuram compreender o Brasil contemporâneo.

---

<sup>4</sup> Apenas como exemplo, no evento “Caminhos da esquerda diante do golpe”, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), o tema foi objeto de séria discordância entre os presentes: André Singer, Marilena Chauí, Ricardo Musse, Paulo Arantes e Vladimir Safatle. Há registro em vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=w5TGH1-JDlo>.



Ao final do capítulo, também apresentaremos um histórico da Folha de S. Paulo, no sentido de identificar informações que possam ser relevantes para estabelecer a sua trajetória nos campos político e jornalístico – elemento que consideramos importante para compreender suas escolhas e estratégias. Por fim, faremos um breve apanhado de leituras sobre a cobertura midiática dos eventos de junho de 2013, seja em artigos jornalísticos, seja em produções acadêmicas.

### **2.1. Junho de 2013: introdução**

Em 2 de junho de 2013, a Prefeitura Municipal de São Paulo reajustou os valores da tarifa dos transportes públicos de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, e a revogação desse aumento foi a principal reivindicação dos atos que deram início aos eventos de 2013 na cidade, organizados pelo Movimento Passe Livre – São Paulo. O Movimento Passe Livre, presente em diversas cidades do país, teve oficialmente seu início em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Sua origem, contudo, está ligada a eventos anteriores, como a “Revolta do Buzu”, realizada por estudantes em Salvador contra um aumento de passagem de transportes públicos na cidade em 2002, e as “Revoltas da Catraca”, realizadas em Florianópolis em 2004 e 2005. Outras manifestações desse tipo ocorreram em diversas cidades desde então. O MPL reúne grupos políticos influenciados pelo zapatismo e pelos movimentos antiglobalização do final dos anos 90. O seu ideário envolve uma insatisfação com a esquerda tradicional, procedimentos decisórios preferencialmente por consenso, horizontalismo e um contato cauteloso com a mídia corporativa, que a organização associa a interesses capitalistas ligados ao Estado e às empresas concessionárias responsáveis pelo transporte público no país (GOHN, 2014).

Com base em Locatelli (2013) e Gohn (2014), apresentamos um breve resumo da sequência de acontecimentos que envolveram a participação do MPL – São Paulo nos eventos de junho de 2013 e que constituem o período durante o qual são publicados os textos analisados nesta pesquisa. Em 6 de junho, uma quinta-feira, o grupo organizou bloqueios em pontos viários centrais, como as avenidas 9 de Julho, 23 de Maio e Paulista e afixou uma grande faixa no Viaduto do Chá com a frase “Se a tarifa não baixar a cidade vai parar”. Com cerca de duas mil pessoas, esse já era o maior ato realizado pelo grupo até então. Houve reação da Polícia Militar, que resultou em quinze detenções e dez pessoas feridas. Dois dias depois, o MPL organizou o segundo ato pela revogação do aumento das tarifas, reunindo cerca de cinco mil pessoas, que caminharam do Largo do Batata, no bairro de Pinheiros, até a Avenida Paulista. Em 11 de junho, ocorreu o terceiro ato organizado pelo MPL, com a mesma estimativa de número de pessoas, mas com maiores ocorrências de violência, que resultaram em cerca de 100 pessoas

feridas e 87 ônibus queimados. A Polícia Militar deteve 19 pessoas, inclusive jornalistas. Nessa ocasião, participantes do MPL disseram não poder controlar a violência, já que teria havido uma revolta popular. Com fotografias de pessoas encapuzadas e ônibus em chamas, a Folha de S. Paulo teria como manchete principal no dia seguinte “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”. Após a repercussão do último ato, em 13 de junho, a manchete principal jornal foi “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo”, e, nesta edição, houve o primeiro editorial sobre os atos organizados pelo MPL, intitulado “Retomar a Paulista”, o qual será o primeiro texto que analisaremos.

Nesse mesmo dia 13 e com a já prenunciada resposta violenta do Estado, houve o quarto ato pela revogação da tarifa, em que o MPL afirmou haver cerca de 20 mil pessoas. Com a alegação de que os participantes não haviam obedecido ao acordo de não seguir até a Avenida Paulista, a Polícia Militar iniciou uma violenta repressão, que resultou em 192 detenções (até mesmo por “porte de vinagre”) e diversas pessoas feridas. Entre elas, estava uma repórter da própria Folha de S. Paulo, Giuliana Vallone, que foi atingida num olho por uma bala de borracha. A manchete principal da Folha de S. Paulo do dia seguinte foi “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”. Em novo editorial, que será o segundo texto a ser analisado, o jornal concentra suas críticas ao que considera abusos da Polícia Militar.

O quinto ato ocorre em 17 de junho, com centenas de milhares de pessoas em diversas cidades do país, muitas vezes também ligados a reajustes de tarifas em transporte público. Em São Paulo, cerca de 65 mil se reuniram no Largo do Batata, e houve atos diante do prédio da Rede Globo, na Marginal Pinheiros, e uma tentativa de ocupação do Palácio do Governo Estadual, no Morumbi. Em 18 de junho, ocorre o sexto ato do MPL, bem como outros eventos, com cerca de 50 mil pessoas reunidas apenas na Praça da Sé. Os jornais noticiaram saques de lojas comerciais no Centro e uma tentativa de arrombamento na sede da Prefeitura de São Paulo. A polícia realizou 47 detenções nesse dia. Logo após, em 19 de junho, em ato conjunto, o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e o então governador do Estado, Geraldo Alckmin, anunciaram a revogação do aumento das tarifas. No dia 20 de junho, houve diversos eventos em muitas cidades do país, que teriam envolvido mais de um milhão de pessoas. Imagens na televisão mostravam grupos ora ocupando ora depredando o prédio do Itamaraty, em Brasília. Nesse momento, a revogação das tarifas sai de cena, e ganham destaque outras pautas, como protestos contra gastos públicos na realização da Copa das Confederações e repúdios genéricos contra a corrupção e a classe política. No dia seguinte, 21 de junho, o MPL se retira das manifestações e ocorre o primeiro pronunciamento público da então presidente Dilma Rousseff

sobre os eventos de junho. Em tal discurso, Dilma Rousseff afirmou que as manifestações mostravam a força da democracia no país e o desejo de mudança da juventude. Além disso, defendia que se coibisse a violência e que houvesse um pacto para melhorar os serviços públicos do país. Esse pronunciamento foi o tópico central do último dos editoriais que analisamos.

Essa veloz sequência de acontecimentos seguiu tendo repercussões e ainda hoje é objeto de intensas discussões acerca dos seus significados e consequências. Alguns autores veem nos eventos de junho novas formas de mobilização política e uma filiação mais relacionada à atuação de grupos progressistas. Para Gohn (2014, p.70), por exemplo, não houve propriamente manifestações ou atos, mas protestos, que a autora correlaciona à atuação de indignados em movimentos como os “Occupy”, as revoltas na Turquia e no Egito, os Indignados da Espanha, da Grécia e de Portugal. Outros viram e veem em junho de 2013 potenciais de ordem mais conservadora. Em texto publicado ainda no calor dos acontecimentos, Chauí (2013), embora reconhecendo que havia nos movimentos indicações de uma nova possibilidade política, já assinalava um risco de apropriação em direção do conservadorismo e do autoritarismo, por exemplo desviando o foco de iniciativas que poderiam transformar a visão da cidade e rumando para uma visão mágica da política, que isentaria a própria classe média do inferno urbano que provocara as manifestações, atribuindo-o apenas à classe genérica dos políticos.

A seguir, apresentaremos duas leituras sobre junho de 2013, escolhidas por se tratar de autores que se dedicam especificamente ao estudo do campo político brasileiro contemporâneo. Por fim, mencionaremos alguns outros quadros de análise do fenômeno.

## **2.2. Nobre: junho de 2013 como reação ao pemedebismo**

Nesta seção, apresentaremos, em primeiro lugar, o panorama geral de leitura da história contemporânea do Brasil feita por Nobre (2013b), que tem como elemento central o conceito de pemedebismo.

Inicialmente, convém lembrar que Nobre filia-se a certa corrente brasileira de teoria crítica. Em seu entendimento (NOBRE, 2004), o conceito (que tem como referência central a obra dos autores da chamada Escola de Frankfurt) envolve uma leitura da realidade social que não se atém à descrição, e sim busca, em contextos históricos específicos, possibilidades de emancipação humana, bem como e bloqueios a ela. Nobre chama de “modelos de teoria crítica” os empreendimentos, bastante heterogêneos, que retroagem até à obra de Karl Marx e que envolvem as diferentes gerações da Escola de Frankfurt. Nesse sentido, a leitura apresentada

pelo autor sobre o Brasil contemporâneo seria, nos termos propostos por ele, um modelo de teoria crítica.

Além disso, parece-nos importante, para melhor compreender sua interpretação, mencionar suas concepções de cultura política e de democracia. A primeira indica a busca por uma análise que não seja centrada na economia, e sim na identificação de processos culturais mais profundos, de modelos de sociedade, definidos como:

Modelo de sociedade, cultura política são formas enraizadas na vida social, nas instituições políticas formais, na economia, no cotidiano. São noções que balizam visões de mundo, que legitimam a maneira como se distribuem riqueza, poder, recursos ambientais, reconhecimento social. Um modelo de sociedade não é apenas um programa econômico nem somente uma maneira determinada de entender a política, mas um padrão de regulação social mais amplo. (NOBRE, 2013b, p. 22)

Já a visão de democracia que informa a abordagem do autor é de “uma forma de vida que se cristaliza em uma cultura política pluralista, organizando o próprio cotidiano das relações entre as pessoas” (IBIDEM, p. 9). É nesse contexto, nos parece, que o conceito de pemedebismo vai se apresentar: enquanto uma cultura política que bloqueia a forma de emancipação representada pelas possibilidades democráticas do país, nos termos do autor.

### *2.2.1. O pemedebismo como lógica de bloqueio à democracia*

Para entender o quadro interpretativo de Nobre sobre 2013 e sobre as manifestações de junho, é fundamental compreender o seu conceito de “pemedebismo”, o qual emerge de uma determinada interpretação da história brasileira recente, a partir dos fins da ditadura civil-militar no país. De acordo com Nobre, no ambiente de redemocratização do Brasil, nos anos 80, passou a haver um novo modelo de sociedade democrática, para o qual as profundas desigualdades do país já não seriam toleráveis da mesma maneira, havendo possibilidades de reação por meio do voto e da mobilização da população mais pobre. Teria havido, então, uma reação da elite no poder, no sentido de controlar a velocidade e amplitude da redução das desigualdades. Nesse contexto, surge o pemedebismo, uma cultura política que “estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais de dominação” (IBIDEM, p. 10).

O autor lê os períodos seguintes da história do país como oscilações entre momentos de surgimento de forças sociais efetivamente democráticas no país e reações de controle do sistema político em relação a essas, o que representará diferentes configurações e reconfigurações da cultura política do pemedebismo.

A lógica do pemedebismo se diferenciaria da lógica política de outros países a partir de cinco elementos fundamentais: o governismo (estar sempre no governo); a formação de supermaiorias legislativas; o funcionamento de acordo com um sistema hierarquizado de vetos; o esforço de impedir a entrada de novos membros; e o bloqueio a oponentes nos bastidores, evitando o confronto público. O autor rejeita a nomeação de presidencialismo de coalizão por acreditar que essa expressão dá a entender um sistema mais democrático do que o que existe, o qual, para ele, coaduna-se melhor com a alcunha de “condomínio” pemedebista. A tese do pemedebismo implica, ainda, a rejeição a uma história do Brasil pós-Collor em torno da polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pois isso seria uma “ilusão analítica”, “a de que se entende a sucessão de eventos e decisões olhando apenas para os condutores do bloco no poder” (IBIDEM, p. 21), que seriam, na verdade, meros “síndicos”.

Quanto à escolha do termo “pemedebismo”, ele decorre do destaque do PMDB, que teria moldado e consolidado essa cultura política nos anos 80, mas amplia-se para outros partidos. “Sua característica mais geral e marcante é estar no governo, seja qual for o governo e seja qual for o partido a que se pertença, como parte de um condomínio de poder organizado sob a forma de um superbloco parlamentar” (IBIDEM, p. 42). Segundo essa lógica, o exercício do poder relaciona-se com a capacidade de vetar iniciativas alheias ou bloquear possibilidades de mudanças.

É essa concepção que redundará na leitura do autor de que as forças políticas dominantes no momento das manifestações de 2013 eram representantes do pemedebismo. E é a partir dela que ele fará uma leitura otimista quanto aos potenciais democráticos das manifestações.

### *2.2.2. Da ditadura ao governo Dilma*

A caracterização feita por Nobre do governo Dilma Rousseff no contexto das manifestações parte de uma leitura da evolução histórica do país. O período de 1979 a 1994, no Brasil, é visto por Nobre como dominado pelo “nacional-desenvolvimentismo”, uma cultura política “centrada na emergência da nação autêntica, de uma integração social que se daria pelo pertencimento não apenas ao país, mas a uma história e a um conjunto de valores determinado, a ser partilhado por todos os membros” (IBIDEM, p. 30). Uma das características principais desses valores é excluir a democracia, ao passo que inclui o civismo e o nacionalismo. O período é dominado pelas tentativas de combater o surto inflacionário, e, por isso, finaliza-se com a consolidação do Plano Real.

É nesse momento que, na narrativa de Nobre, surge o pemedebismo, em resposta a uma série de demandas democráticas que surgiram na crise do modelo, ocasionada por um conjunto de fatores, como o declínio da ditadura militar, a derrocada política, econômica e social do modelo nacional-desenvolvimentista e a redemocratização. O pemedebismo viria como uma reação ao surgimento de novos movimentos sociais democráticos no âmbito da Constituinte de 87 e 88, no sentido de neutralizar as forças de transformação, o que teria se dado sob o comando do chamado “Centrão”. Quanto ao período que se seguiu, classificando o processo de *impedimento* de Fernando Collor como progressista, Nobre interpreta que, a partir dali, criou-se uma nova reação do pemedebismo no sentido de estabelecer que um amplo apoio no Congresso é condição necessária para que haja governabilidade.

Essa concepção também dominou o período dos governos de Fernando Henrique Cardoso, por meio da ampla formação de alianças, tanto com o PMDB quanto com o então Partido da Frente Liberal (PFL). Nobre vê a fundação do PSDB como outra exceção ao pemedebismo, no sentido de o partido ter surgido como cisão do PMDB baseada no diagnóstico de que o sistema político não conseguiria realizar os “ajustes estruturais” defendidos pelo partido, os quais se relacionavam, nas palavras de Mário Covas em pronunciamento ao Senado em 1989, a um “choque de capitalismo”. O partido foi formado por quadros antes ligados à oposição à ditadura (IBIDEM, p. 58-59).

Ao assumir o poder, já compondo o governo Itamar, o PSDB seria o principal ator da chamada “aliança do Real”, que significou um novo pemedebismo, agora como um pacto político, num sistema de dois polos, representados pelo PSDB e pelo PT. Em termos de modelo, significou uma desmontagem do nacional-desenvolvimentismo. Nesse âmbito, a aliança com o PFL foi uma indicação de que a transformação seria a mais conservadora possível e se ampliou até a formação de uma base aliada que chegou a 3/4 das cadeiras da Câmara e do Senado. Isso envolveu uma ampla aliança com a maioria dos parlamentares do PMDB, com destaque para a figura de Michel Temer, representante da guinada de força que houve no período, com enfraquecimento do poder dos governadores por meio da centralização da política econômica, e o fortalecimento das bancadas congressistas, no que pode ser chamado de um “parlamentarismo informal”. Esse processo de aproximação com o pemedebismo *stricto sensu*, por assim dizer, aprofundou-se no segundo mandato (IBIDEM, p. 68-99).

Nesse período, o PT representava a liderança das forças antipemedebistas, especialmente por meio da bandeira da ética na política e da recusa de participação em grandes acordos políticos com as forças dominantes. Essa posição teria mudado no período posterior à

eleição de Lula, que toma posse em 2002, iniciando a passagem do nacional-desenvolvimentismo para o social-desenvolvimentismo. A marca dos governos de Lula, para Nobre, foi combinar uma credibilidade perante os mercados com a pretensão de mudar o gerenciamento do sistema político, convencendo parcela organizada da esquerda de que o ritmo de mudanças obtido era o maior possível.

Para o autor, Lula teria operado por uma ocupação pela esquerda do pemedebismo. No primeiro mandato, o então presidente recusou-se a fazer uma aliança com PMDB, formando maioria com outros partidos de esquerda, bem como com partidos de pequeno e médio porte de caráter fisiológico. O significado da recusa seria manter parte do compromisso histórico do antipemedebismo. Ele teria conseguido, assim, colocar o combate à desigualdade no centro dos debates, contornando vetos do sistema político.

O caso que ficou conhecido como “mensalão” colocou o governo na defensiva, numa estratégia que visava à busca de segurança quanto a pedidos de impedimento. Nesse contexto, teria havido a aliança com o PMDB, selando uma aproximação maior com o sistema político dominante. O papel de partido da ética contra o pemedebismo se mostrava dificultado por momentos como a defesa dos senadores José Sarney, em 2009, e Renan Calheiros, em 2007. A partir de então, para Nobre, Lula passa a atuar como representante do “povão” em um sistema político que continua a marginalizá-lo. Estaria, agora, aberto espaço para um virtual fim da oposição e da polarização entre PSDB e PT. A ocupação pela esquerda do pemedebismo, malgrado tenha rompido limites por meio da redução das desigualdades, teria acabado por naturalizá-lo enquanto lógica de funcionamento do sistema político brasileiro.

Nesse processo, a partir da redemocratização, Nobre vê diferentes configurações do papel dos grandes meios de comunicação de massa na história recente do país. No período posterior a Collor, a “força das ruas” foi então substituída, na leitura do autor, por uma opinião pública controlada pela grande mídia brasileira, que é dominada por um oligopólio (IBIDEM, p. 12). No período FHC, a opinião pública midiática substitui a força das ruas, e a única forma de quebrar a blindagem eram campanhas intensivas de denúncias de escândalos de corrupção que envolveram a passagem do PSDB pelo poder (IBIDEM, p. 78). Os mandatos do PT marcaram mudanças na relação da imprensa com o governo e a sociedade. No primeiro aspecto, chama atenção a gestão de Franklin Martins na Secretaria de Comunicação, com pulverização da propaganda oficial, antes concentrada na grande imprensa, e agora espalhada por órgãos regionais e espaços na internet, como páginas em redes sociais e blogs jornalísticos. Quanto ao segundo aspecto, o primeiro mandato de Lula corresponde à expansão significativa da internet,

com ampliação de fontes de informação e de fóruns de discussão, o que representaria a quebra do monopólio da grande mídia na formação da opinião (IBIDEM, p.122-123).

Já o governo Dilma Rousseff é visto por Nobre como um momento de ajustes econômicos do período de crescimento e reação à crise de 2008 representado pelo segundo governo Lula. Ao mesmo tempo, houve tensão com o campo econômico, especialmente por um novo sistema de metas de inflação, que não agradava ao mercado. De forma análoga, o governo Dilma manteve a aliança com o pemedebismo, inclusive com a vice-presidência sendo ocupada por Michel Temer, principal nome do PMDB no momento. Ao mesmo tempo, havia conflitos contínuos com o Congresso, ainda que num ambiente de forte adesão ao governo. Canalizando a ojeriza à política na sua figura de quem não pertencia ao sistema político, ela continuou a herança de Lula no sentido de ser vista como herdeira do “povão”.

Essa tensão acabou se agravando no decorrer do governo e teria chegado a seu ápice em maio de 2013, na votação da “Medida Provisória dos Portos”, em que o sistema político rompeu o diálogo com o PMDB. É no contexto dessa tensão que ocorrem as grandes manifestações de rua de 2013.

### 2.2.3. Junho e a reação ao pemedebismo

Para Nobre, os eventos de junho de 2013 “romperam a blindagem do sistema político contra a sociedade” (IBIDEM, p. 7-8). Eles são lidos pelo autor no âmbito das dinâmicas de tensões entre os clamores de democratização, de um lado, e a reação do pemedebismo, de outro. Assim, há um forte viés positivo na sua leitura, que vê em junho de 2013 principalmente a marca de uma “revolta” contra o próprio funcionamento do sistema, para além da polarização política e da disputa por qual partido ocuparia a posição de “síndico do condomínio”.

Nobre vê um caráter de massa e nacional das “Revoltas de Junho” e entende que, a todo o momento, a sociedade estava a protestar contra a blindagem do sistema político, o que ficou indicado pelo lema “Não me representa”. Não apenas isso teria representado uma forma de protesto contra o partido e o sistema existentes, mas contra a própria ideia de partido, numa aproximação do *Zeitgeist* altermundista da horizontalidade e da auto-organização. Assim: “Tão importante quanto se sentir parte é fazer a sua própria manifestação, é encenar a individualidade sem diluí-la no coletivo, sem colá-la em uma liderança ou grupo” (IBIDEM, p. 142-144).

Nesse âmbito, os manifestantes estariam desafiando consensos da nova versão do pemedebismo: a de que o apoio político estaria condicionado à melhoria das condições



econômicas e de que o ritmo de mudanças e democratização era o máximo possível. Ainda assim, o autor nota que os sentidos de 2013 ainda não pudessem ser fixados, além de perceber o potencial despolitizante da bandeira da “ética na política”, que marcaria as fases finais dos protestos.

A leitura feita por Nobre (2013) de junho de 2013 insere-se, como era de se esperar, na interpretação mais ampla que ele tem proposto do cenário político brasileiro pós-redemocratização. Como vimos, o autor identifica o surgimento de uma dinâmica própria do sistema político, que chama de “pemedebismo”, de blindar-se contra a sociedade e, particularmente, contra anseios de mudança. Se os governos de Collor e FHC podem ser vistos como de tentativas de bloqueios ao que estava proposto na Constituição, os do PT transformaram o partido em representante da possibilidade de mudança dentro do sistema. Ao mesmo tempo, contudo, o PT paulatinamente teria se acomodado à lógica ao ocupar o poder, especialmente após o caso “mensalão”, tendo em vista a busca de uma blindagem quanto à possibilidade de um processo de impedimento. Isso se consolidou com a aliança com o próprio PMDB em 2005, mantida nos governos e processos eleitorais seguintes, até o rompimento que culminaria no impedimento de Dilma Rousseff<sup>5</sup>.

Contando com a adesão do seu principal opositor, o pemedebismo passa, então, a prosperar, na visão do autor. Nesse ambiente de falta de participação, havia pouca possibilidade de contato entre sociedade e sistema político, e a opinião da mídia ganhava mais espaço, o que dificilmente representava participação política da sociedade, havendo um predomínio dos chamados escândalos políticos sazonais, incapazes de romper a blindagem. Se os governos do PT puderam consolidar o modelo social-desenvolvimentista, por outro lado, sua acomodação ao pemedebismo teria acabado por reforçá-lo como natural e inevitável.

As “revoltas de 2013”, para Nobre, representaram a primeira desestabilização dessa lógica. O autor vê nas manifestações um caráter plural, sem narrativa única, marcado pela horizontalidade (ausência de lideranças) e pelo questionamento amplo do estado de coisas. A novidade do fenômeno teria deixado o sistema político perplexo e sem capacidade de reação, o que explicaria, por exemplo, as ações em conjunto dos dois partidos adversários na disputa pela hegemonia nacional, o PT e o PSDB. Nessa leitura, as manifestações de junho de 2013 tiveram

---

<sup>5</sup> O processo de impedimento teve seu início oficial em 2 de dezembro de 2015 com a aceitação de uma denúncia pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em retaliação pelo apoio de deputados petistas à sua cassação em processo no Conselho de Ética da Câmara. Isso resultou na cassação do mandato de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, o que colocaria o vice-presidente Michel Temer no poder.

um caráter de aprofundamento da democracia no país, evidenciando o descompasso entre o sistema político e a sociedade. Embora admita a tentativa de grupos de direita de se aproveitar do apartidarismo para expor suas bandeiras, Nobre nega a leitura de um caráter preponderantemente de direita dos movimentos, vendo nela susto, medo e preocupações quanto aos resultados eleitorais que se seguiriam. Haveria no momento, para o autor, a chance de transformar a energia do movimento em uma frente pemedebista que realizasse mudanças efetivas do sistema. Daí o título que deu ao ensaio escrito praticamente no calor dos acontecimentos: “Choque de democracia”, o qual atingiria, inclusive, os defensores de que o ritmo de mudanças e progressos existentes fosse o único possível. Choque este, porém, que não deixaria de poder ser reabsorvido pelo pemedebismo, deixando de produzir mudanças, como na pauta da “ética na política”, que, por seu aspecto antipolítico generalizante, poderia se tornar conservadora ou regressiva. Seriam, em todo caso, sinal de esgotamento do modelo social-desenvolvimentista dos governos petistas, apontando para as demandas sociais por mais mudanças.

Em análises posteriores, mesmo levando em conta a sequência de acontecimentos que resultaria no governo de Michel Temer, Nobre não abandona a ideia de que junho de 2013 representou uma possibilidade de aprofundamento da democracia no país. No final de 2014, o autor defende que, assim como a Constituição Federal, as “revoltas de junho” poderiam ser reivindicadas por qualquer das forças políticas em disputa no país, dependendo de qual “junho” se desejaria defender<sup>6</sup>. Em junho de 2015, num balanço dos eventos, Nobre afirmou, em sua coluna no jornal Valor Econômico, que junho de 2013 “abriu o horizonte invisível de um aprofundamento da democracia, para além do arrastado e interminável processo de redemocratização” e que “junho ainda não acabou”, representando uma força de “ameaça cidadã”, que poderia ser reivindicada por diversos grupos. Ao mesmo tempo, analisou que o resultado do choque institucional de 2013 foi a desorganização do sistema político, a qual estaria justamente servindo para conter o potencial de transformação aberto pelas manifestações. Isso se daria devido à falta de uma frente política para canalizar as energias que, anteriormente, tinham o PT como elemento aglutinador<sup>7</sup>. Para Nobre, portanto, é como se o pemedebismo houvesse prevalecido, embora permanecesse à espreita a energia de transformação representada por junho de 2013.

---

<sup>6</sup> Nobre, Marcos. “A polarização voltou”. In: Revista Piauí. [online] Edição 98. Novembro de 2014. Disponível na internet: [piaui.folha.uol.com.br/materia/a-polarizacao-voltou/](http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-polarizacao-voltou/). Acesso em: 18 jun. 2017.

<sup>7</sup> Idem. “Junho Espreita”. In: **Valor Econômico, Edição de 15 de junho de 2015** [online]. Disponível na internet: <http://www.valor.com.br/politica/4093652/junho-espreita>. Acesso em: 18 jun. 2017.

### 2.3. Singer: 2013 e o 18 de Brumário do lulismo

Se a abordagem de Nobre procura identificar uma cultura política dominante como abertura de leitura para nossa história recente, desde o fim da ditadura militar, o cientista político André Singer parte de uma análise das relações entre novas composições eleitorais e novas configurações de classes econômicas, especialmente a partir da chegada do PT ao poder, para compreender o campo político brasileiro atual e, mais especificamente, as manifestações de 2013. A leitura resultante é, sem dúvida, mais cética quanto às possibilidades de transformação social resultantes do fenômeno, e acentua, de forma mais marcante, o caráter conservador que os eventos teriam tomado.

#### 2.3.1. *O lulismo enquanto reconfiguração eleitoral*

Assim como no caso de Nobre, acreditamos ser útil apresentar, brevemente, a abordagem geral que o autor vem construindo sobre o Brasil contemporâneo, como pano de fundo da sua leitura sobre 2013. Singer (2012) defende que as eleições presidenciais de 2006 marcaram um “realinhamento eleitoral” decisivo no país, constituído pelo apoio do subproletariado a Lula, em lugar da tradicional base de apoio ao partido nos estratos médios urbanos. O autor emprega o conceito de realinhamento eleitoral no sentido de que “certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar” (NOBRE, 2012, p. 13-14). Já a categoria de subproletariado é entendida com base em Paul Singer, para quem os subproletários “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (IBIDEM, p. 77). Em 1976, esse autor apontava que o subproletariado compunha 48% da PEA. Ainda no século XXI, essa faixa da população brasileira corresponderia a frações expressivas: mais da 50% da força de trabalho em 2003 e 47% do eleitorado em 2005.

Tendo em vista a composição socioeconômica do país, e o fato de o Nordeste ser uma das regiões mais populosas, esse realinhamento teria se dado sobretudo nas camadas mais pobres da região, que, no período entre a primeira e a segunda vitória eleitoral de Lula, rompeu a tradição de apoio a partidos conservadores, mexendo com nossa “questão setentrional”, entendida como um apoio da exclusão pelos excluídos (IBIDEM, p. 21). Pelos avanços econômicos relacionados a políticas adotadas no primeiro governo de Lula (massificação qualitativa de programa de distribuição de renda, crédito popular, aumento real do salário

mínimo e formalização do trabalho, principalmente), bem como por sua trajetória individual, esse grupo encontrou no presidente petista a sua liderança.

A marca ideológica seria de um projeto de redução da pobreza, contudo sem que houvesse ameaça à ordem, o que estava representado, no período do primeiro governo, pelas fortes concessões ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo, houve queda de apoio entre setores das classes médias e altas, que pode ter sido associada a escândalos de corrupção, especialmente o chamado “mensalão”, que surgiu um ano antes da reeleição. Nesse sentido, resultaria um novo quadro eleitoral, marcado não pelo fim da polarização entre PSDB e PT, mas por uma requalificação desta: sai de cena a disputa entre direita e esquerda, dando lugar àquela entre ricos e pobres. Para Singer, o lulismo, em que pese a recusa de rompimento em relação à ordem e o distanciamento de um reformismo forte que constituía a bandeira histórica do PT, bem como seu caráter lento e desmobilizador, ainda se mostra como um reformismo, ao passo que o PSDB passaria a constituir um polo de aglutinação da classe média em busca da restauração do *status quo ante* (IBIDEM, p. 45-46).

Nesse contexto, o PT passa por uma série de crises e transformações. Singer (2012, p. 84-124) defende que convivem hoje, no partido, duas almas. A primeira remete à criação da agremiação e se identifica a um radicalismo político, inicialmente ligado a setores intelectualizados de classe média, à Igreja Católica próxima à esquerda e aos sindicatos. Em função do local onde se deu a criação do partido, ele a chama de alma de Sion. A segunda teria surgido na aprovação de intenções anunciadas na Carta ao Povo Brasileiro, documento em que o então candidato Lula comprometia-se a não romper com a ordem, especialmente com orientações programáticas econômicas neoliberais. Esta seria a “alma do Anhembi”.

É importante também notar que, apesar de não seguir de imediato a reconfiguração eleitoral vivenciada pela segunda candidatura de Lula, o partido acabaria por também percorrer um percurso de popularização. O distanciamento das classes médias se deu especialmente como decorrência do chamado fenômeno do mensalão, e, gradualmente, o partido ganhava eleições a partir do voto das periferias das cidades, bem como das regiões mais pobres do país, distanciando-se do perfil original dos seus eleitores. Em 1996, 8% dos eleitores com renda até 2 salários mínimos (SM) e 11% com renda entre 2 e 5 salários mínimos tinham preferência pelo partido. Essas percentagens passam, em 2010, para 22% e 27%, respectivamente. Já de 2002 para 2010, há uma queda nos setores de renda mais alta: de 28% para 21% na faixa de renda entre 5 e 10 SM, e de 32% para 24% na faixa acima dos 10 SM (IBIDEM, p. 107). Ao lado dessa mudança de perfil, há um forte aumento da presença do partido no poder em todos os

níveis, passando a ingressar no bloco dos grandes partidos brasileiros e, em muitos sentidos (considerando especialmente a ocupação da presidência da República por mais tempo, a presença na Câmara de Deputados e a identificação partidária), a ser o principal entre eles (IBIDEM, p. 103).

É nesse contexto que se dão as eleições de 2010, que levaram Dilma Rousseff ao poder como candidata do lulismo. André Singer vê, naquele momento, uma confirmação da sua tese de realinhamento eleitoral, notando uma continuidade em relação ao apoio obtido pela candidatura de Lula em 2006. Assim, ele aponta para o peso significativo do subproletariado nos votos ao PT, ao caráter determinante da diferença de votos obtidas no Nordeste e à consolidação da repolarização, agora entre ricos e pobres. Considerando que o governo Dilma pode ser visto como de continuidade em relação a esse momento histórico, podemos pensar, para a reconstituição do contexto de junho de 2013, nessas novas posições do PT e do PSDB no campo político brasileiro. Ao mesmo tempo, é no interior das mudanças de estrutura socioeconômica que veremos Singer balizar a sua leitura das manifestações daquele ano.

### 2.3.2. *Junho de 2013: altermundistas e caronistas*

Em artigo publicado ainda no ano das manifestações, Singer (2013) lembra que o termo “Jornadas de Junho” remete ao momento de tentativa de insurreição do proletariado em Paris, em 1848, que foi brutalmente reprimida pelo general Cavaignac e chamada por Karl Marx de “terremoto de junho”. Face à leitura de que, no caso brasileiro, “o travejamento fundamental da ordem não foi questionado” (Idem, 2013, p. 24), dado que relações de classe e propriedade não tinham destaque, Singer se recusa ao uso do termo “jornadas”, preferindo a fórmula com que os franceses, tendo em vista a dificuldade de nomear os fenômenos políticos e sociais de 1968, adotaram para aquele momento: acontecimentos de junho.

O autor divide em três momentos o que se deu naquele período. O primeiro, que engloba as mobilizações de 6, 10, 11 e 13 de junho, foi praticamente circunscrito à cidade de São Paulo e fortemente marcado pela atuação do Movimento Passe Livre (MPL), com características de ação autonomista e uma bandeira específica: a revogação do aumento de passagens de transporte público que entrara em vigor naquele ano. A segunda etapa, composta pelas manifestações diárias de 17 a 20 de junho, parte da reação à repressão da Polícia Militar aos manifestantes, passa a envolver um quadro muito mais heterogêneo de atores, estratégias e pautas de mobilização (entram em cena a saúde e educação “padrão FIFA”, o caráter oposicionista e as bandeiras anticorrupção, notadamente). Além disso, as manifestações

praticamente se nacionalizam, culminando na maior delas, no último dia do período indicado. A terceira, que envolve manifestações diluídas entre o dia 21 e o fim daquele mês, teria como característica a divisão em ocorrências com pautas específicas, como a redução de pedágios e protestos contra o programa Mais Médicos (IBIDEM, 24-26). Notamos que, em termos da natureza das reivindicações, parece haver certa justaposição entre a segunda e a terceira fase, pelo menos, ainda que isso não invalide a utilização dos marcos temporais propostos pelo autor como parâmetro de leitura do momento.

No artigo, baseando-se em entrecruzamento de dados de pesquisas feitas por diversos institutos, e fazendo a ressalva de que não eram conclusivos, Singer se concentra em dois aspectos: a composição social e o quadro ideológico dos acontecimentos. Quanto ao primeiro, posiciona-se entre aqueles que defendem uma predominância de classe média entre os manifestantes e os que acentuaram a participação do chamado precariado ou novo proletariado. Para o autor, houve um entrecruzamento dos dois grupos, tendo em vista, de um lado, a taxa de escolaridade relativamente alta entre os manifestantes, o que caracterizaria uma pertença às classes médias, e, de outro, as faixas de renda preponderantes classificadas como baixas ou médio-inferior, como na classificação de Souza e Lamounier (IBIDEM, p. 28). Vale a pena salientar, ainda, que o autor chama atenção para o predomínio de jovens nas manifestações, bem como para a virtual ausência da base da pirâmide social brasileira. Quanto a este último dado, e a partir do cotejamento dos dados de renda e escolaridade, é plausível pensar, para Singer, na presença significativa de um novo proletariado escolarizado nas ruas, e não propriamente da população em situação de pobreza ou miséria.

Quanto ao quadro ideológico dos manifestantes, em que pese a maior evidência, por vezes, de pautas localizadas nos extremos ideológicos de esquerda e direita, Singer sustenta, que, em meio a oscilações entre pautas de esquerda e de direita à medida que avançavam os acontecimentos, houve o dado novo na presença de um posicionamento político de centro “pós-materialista” considerando o conjunto dos dados. O termo, do cientista político Ronald Inglehart<sup>8</sup>, indica que, à medida que as sociedades vão resolvendo os seus problemas materiais, ocorre uma mudança de valores, os quais passam gradativamente daqueles que enfatizam “a segurança econômica e física” para aqueles que ressaltam “a autoexpressão e qualidade de

---

<sup>8</sup> Inglehart sustenta, com base em pesquisas teóricas e empíricas, ter havido mudanças nas prioridades valorativas individuais em nível individual, num sentido pós-materialista. Cf. Ribeiro, Ednaldo; Borba, Julian. “Participação e pós-materialismo na América Latina. In: **Opin. Publica vol.16 no.1 Campinas June 2010**.

vida”<sup>9</sup>. Esse centro, ainda, caracteriza-se pela crença na participação dos cidadãos na política por meio do uso de redes sociais. Para Singer, assim, após sua primeira fase, o movimento não teria sido apropriado pela direita, e sim teria havido uma “muito mais sutil ressignificação por parte de um centro pós-materialista” (IBIDEM, p. 38).

Quanto à evolução das manifestações e das suas transformações, considerando o que chama de primeira fase dos eventos, Singer destaca a presença de uma ideologia de “nova esquerda” representada pelo MPL, que o autor relaciona a tendências globais do período, especialmente ao movimento Occupy Wall Street<sup>10</sup> e aos Indignados<sup>11</sup>, respectivamente dos EUA e da Espanha. De tom esquerdista e anticapitalista, o movimento teria como característica a horizontalidade e o “respeito ao coletivo” em detrimento do individual, tendo especial atenção para os processos decisórios (IBIDEM, p. 32-33).

Ao recusar (para Singer, de forma coerente) o comando de verticalizado dos protestos, contudo, o MPL teria aberto a possibilidade de que ideologias bastante distintas “tomassem carona” das manifestações. Contudo, segundo o autor, os caronistas acabaram por “mudar a direção do veículo” e passaram a “manifestar um mal-estar difuso com a situação do país” (IBIDEM, p. 33). A partir daí, entraram em pauta o caráter oposicionista quanto aos governos do momento e a preocupação com a inflação, por exemplo. Nesse contexto, Singer defende que a direita brasileira buscou dar aos protestos um sentido de combate à corrupção, relacionando-a a carências sociais – num raciocínio falacioso, porém eficaz. A direção da revolta vai, especialmente, para o Partido dos Trabalhadores, ocupante do governo federal e que havia há menos de um ano enfrentado o caso do “mensalão<sup>12</sup>”, ainda que o movimento pudesse, eventualmente, também atingir partidos de direita. Ao mesmo tempo, Singer vê o surgimento, nessas fases posteriores, de pautas populares, como os protestos contra os enormes gastos e a exclusão da classe trabalhadora dos grandes eventos esportivos que teriam lugar no país.

---

<sup>9</sup> Inglehart, Ronald e Welzel, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Francis, 2009, p. 130., *apud* Singer, 2012, p. 48..

<sup>10</sup> Movimento que se iniciou no Parque Zuccotti, no distrito de Wall Street, com uma ocupação que ocorreu de setembro a novembro de 2011. Uma de suas principais bandeiras era combater a crescente desigualdade de renda, associada especialmente ao setor financeiro.

<sup>11</sup> Movimento de caráter anti-austeridade que teve seu início em maio de 2011, no contexto da crise econômica vivida pela Espanha no momento e em nome de maior controle popular da política, em oposição às intervenções do poder econômico.

<sup>12</sup> Alcinha midiática pela qual ficou conhecida a denúncia de compra de votos de parlamentares pelo governo feita pelo então presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deputado Roberto Jefferson em setembro de 2004. Ela resultou num processo julgado pelo Supremo Tribunal Federal e que resultou na condenação de 24 pessoas, entre eles e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

É importante salientar que a dimensão das manifestações é lida por Singer no contexto da sua compreensão acerca do “lulismo”, que, como vimos, busca compreender as modificações políticas ocorridas no país em torno da ascensão do PT à presidência da República. Assim, afirma Singer, para explicar o contexto em que surge a revolta nos grandes centros urbanos: “O reformismo fraco que caracteriza o lulismo encontra mais dificuldade para avançar em contextos hiperurbanizados, pois aí as mudanças custam caro e/ou implicam confrontos de classe, que não fazem parte do modelo” (IBIDEM, p. 38).

Buscando unir essa hipótese à análise dos dados sobre a composição social dos protestos, Singer sugere que, apesar da diferença social, pode ter havido uma identificação ideológica, por parte do novo proletariado, quanto ao ideal centrista “pós-materialista”, pois “quando não existem fortes subculturas de classe em ação, os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vêm.” (IBIDEM, p. 39).

Em despeito dessa tese, o autor não deixa de salientar o caráter multifacetado dos perfis ideológicos que participaram dos eventos, caracterizando, como já mencionamos, o quadro geral como uma espécie de “‘Jornada de Juno’, cada um vendo nas nuvens levantadas na rua a forma de uma deusa diferente” (SINGER, 2013, p. 32).

#### 2.4. Junho de 2013 no contexto mundial

Além de se concentrarem na análise do campo político brasileiro, as abordagens de Nobre e Singer procuram compreender as manifestações de junho de 2013 tendo em vista a história recente do país. Isso limita a leitura quanto às relações entre aqueles acontecimentos e momento político global. Como não poderia deixar de ser quanto a esse controverso objeto de discurso, as manifestações de junho de 2013 foram lidas, nesse sentido, das formas mais opostas possíveis, seja como a parte brasileira de uma primavera dos povos que se estaria realizando em diversos países, seja como parte de uma onda de desestabilização de governos que cairiam e seriam seguidos por governos neoliberais.

Nesse contexto geral, como lembra Santos (2016), o período de 2011 a 2013 se destacou por eventos que podem ser lidos como envolvendo questionamentos à forma contemporânea de democracia representativa em diversos lugares do mundo, como o movimento *Occupy* no EUA, os Indignados na Europa, a chamada Primavera Árabe, na Tunísia e no Egito, além dos protestos de junho, no Brasil. Para o autor, o não reconhecimento dos representantes enquanto tal constitui uma patologia da representação, que exige uma reinvenção das formas democráticas



atuais (SANTOS, 2016, p. 120-170). Conforme já mencionamos, se aquelas manifestações foram e são associadas à primavera árabe e a movimentos altermundistas, é importante também considerar o rumo que tais movimentos antecederam foram muitas vezes contemporâneos de uma ampla onda conservadora que se tem observado nos últimos anos. Nos países que fizeram parte do que se convencionou chamar de Primavera Árabe, não houve de fato um encaminhamento político de regimes fechados e ditatoriais para regimes populares e democráticos, como muitas vezes se esperou. De fato, regimes consolidados há décadas chegaram ao fim, como o de Zine al-Abidine Bel Ali na Tunísia, de Hosni Mubarak no Egito e o de Muammar Khadafi, na Líbia. Contudo hoje apenas o regime tunisiano apresenta-se como uma democracia, com governos autoritários e comprometidos com elites econômicas mantendo-se muitas vezes com a justificativa de combater o jihadismo, especialmente na figura do Estado Islâmico<sup>13</sup>. Nos países centrais da economia mundial, a virada conservadora teve momentos notáveis como o chamado *Brexit*, a vitória de Donald Trump, os resultados expressivos da ultradireita na França, bem como o crescimento de partidos dessa corrente em outros países Europeus.

Na América do Sul, o ambiente de relativa hegemonia de governos de esquerda e centro esquerda esfacelou-se: na Argentina, com sucessivas derrotas do peronismo pela liderança neoliberal de Mauricio Macri; na Bolívia, com a derrota de Evo Morales no referendo que lhe garantiria a eleição em 2016; na Venezuela, com a derrota do governo de Nicolas Maduro nas últimas eleições legislativas e a atual profunda desestabilização do seu regime. Esse movimento teve como plano de fundo a desestabilização de regimes por mobilizações em torno da bandeira da corrupção, acompanhadas de troca geracional e busca de “renovação”<sup>14</sup>.

É justamente nesse sentido se pode relacionar as manifestações no Brasil com a desestabilização e posterior golpe parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff. Entre outros elementos dessa leitura, está a já citada estratégia de grupos de direita de lutar pela herança simbólica daquele momento, conforme se percebe na nomenclatura de novos atores sociais como MBL e VemPraRua<sup>15</sup>. Considerando ainda o rumo dos acontecimentos,

---

<sup>13</sup> Hichaim, Moulay. “E o Vento Levou: quase cinco anos da primavera árabe”. In: **Le Monde Diplomatique**, Ed. **101**, Dez. 2015. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/e-o-vento-levou-quase-cinco-anos-da-primavera-arabe/>>. Acesso em 16 de out. 2017.

<sup>14</sup> Cué, Carlos E.; Lafuente, Javier. “América Latina vive o fim da era dourada da esquerda no poder”. In: **El País**, 28 de fev. de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/27/internacional/1456608633\\_490106.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/27/internacional/1456608633_490106.html)>. Acesso em 16 de out. 2017.

<sup>15</sup> Uma amostra de leitura nesse sentido está no “Blog da Cidadania”, de Eduardo Guimarães. Disponível em: <<https://blogdacidadania.com.br/2017/09/como-junho-de-2013-pariu-os-fascistas-do-mbl/>>. Acesso em 18 de out. de 2017.

levantaram-se possíveis relações entre as manifestações de junho de 2013 e a atuação de grupos de direita que financiaram movimentos e lideranças em diversas partes do mundo, como o Atlas Network. Amaral (2016) mostra haver correlação entre tais redes conservadoras e novos atores políticos de direita no Brasil, como o MBL. Levando em conta a relação entre estes e as manifestações de junho de 2013, especialmente nos seus momentos finais, levanta-se a possibilidade de que esforços dessa natureza possam ter estado presente desde aquele momento, ou ao menos terem se aproveitado deles, em favor de uma desestabilização do governo federal e tento em vista algum nível de contribuição para a guinada conservadora no país.

Considerações desse tipo podem ser importantes para verificar, nos textos selecionados, se houve, naquele momento, em parte a constituição de uma leitura da realidade política no país que favoreceria, posteriormente, seja o ganho de força da direita, seja o impedimento de Dilma Rousseff e a tomada de poder pela coalizão entre PMDB e PSDB. É interessante, portanto, manter esse horizonte de leitura ao proceder à interpretação dos editoriais da Folha de S. Paulo no período.

## 2.5. A Folha de S. Paulo

A análise empreendida levará em conta uma caracterização do ator social responsável pelos textos selecionados. Nesta seção, apresentaremos características específicas do jornal Folha de S. Paulo, destacando a sua trajetória nos campos jornalístico e político do país. Um primeiro elemento a considerar é que se trata da publicação jornalística diária mais vendida<sup>16</sup> e com repercussão em toda esfera midiática. Em outras palavras, é o que podemos chamar de um ator social dominante no campo jornalístico brasileiro atual. A Folha de S. Paulo apresenta-se, assim, como representante privilegiado do discurso da grande imprensa no país.

Outro elemento característico desse veículo em específico é a forma como ele se posiciona no campo jornalístico e quanto às suas relações com o campo político. Ao tratar do projeto editorial da empresa, o seu Manual da Redação afirma, entre seus princípios, o “apartidarismo”<sup>17</sup>. No âmbito das discussões sobre as eleições presidenciais de 2010, o jornal ratifica esse princípio, negando-se a declarar apoio a qualquer candidatura. Em editorial, afirma que “Em um ambiente político polarizado, princípios editoriais bem definidos tornam-se balizas que ajudam o jornal a manter-se equidistante das campanhas, fazendo uma cobertura isenta sem

---

<sup>16</sup> Em 2013, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>), a Folha de S. Paulo foi o jornal do estado com maior circulação, e o primeiro entre os não populares – posto que vinha ocupando há anos no país.

<sup>17</sup> Folha de S. Paulo. Manual da Redação. São Paulo: Publifolha, 2006, p. 10-18.

perder o tom crítico”<sup>18</sup>. Tal posicionamento difere daquele adotado pelo seu tradicional concorrente em âmbito local, O Estado de S. Paulo, que, tal como em outras ocasiões, declara apoio<sup>19</sup> a uma candidatura para a presidência, no caso, ao candidato José Serra, do PSDB.

Quanto a esse aspecto, é importante ressaltar que não se trata de aceitar a validade da declaração de isenção feita pelo jornal. A questão, do nosso ponto de vista, é ver, nesse discurso, um posicionamento no campo jornalístico, inclusive quanto às suas influências no campo político. Por isso, tomaremos esse posicionamento como guia de análise das estratégias textuais presentes nos textos analisados. Pode ser instrutivo, por exemplo, relacionar as orientações argumentativas nos textos à tentativa de manutenção do discurso de apartidarismo, bem como de sua posição enquanto ator dominante no campo jornalístico.

Quanto a sua inserção na história política do Brasil, a Folha de S. Paulo tende a enfatizar o seu papel da redemocratização do país e na defesa do interesse público, seja por seu apoio à campanha Diretas Já, seja por seu posicionamento quanto ao *impeachment* do primeiro presidente eleito após o último período ditatorial, Fernando Collor<sup>20</sup>. A história do veículo, porém, é bastante mais complexa do que seu próprio discurso de legitimação. Há, na verdade, diversas oscilações quanto ao apoio à democracia no país, muitas vezes movidas por conveniências de momento. Se pode haver uma linha coerente na atuação histórica da Folha de S. Paulo, em vez disso, é quanto à tentativa de legitimar-se no campo jornalístico como forma de conquistar e manter a posição de jornal mais vendido do país, ultrapassando concorrentes locais e nacionais, conforme veremos a seguir.

Para reconstituir a parte dessa história que consideramos mais relevantes, recorreremos a Villaméa (2015) e Pilagallo (2012). Essa história tem como um dos principais contextos a concorrência com o Estado de S. Paulo, que domina o mercado editorial paulista desde o início do século até os anos 1980. O Estado teve marco histórico importante na cobertura de Euclides da Cunha sobre Canudos, a qual daria origem à obra *Os Sertões*. Politicamente essa publicação sempre teve postura conservadora, embora mais moderada do que outras, como se viu, por exemplo, numa cobertura mais equilibrada que outros jornais quanto à greve de 1917. Como

---

<sup>18</sup> Folha de S. Paulo. Folha reafirma princípios editoriais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 jul 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1807201006.htm>. Acesso em: 21 jul 2018.

<sup>19</sup> O Estado de S. Paulo. O mal a evitar. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 25 set 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-o-mal-a-evitar,615255>. Acesso em: 21 jul 2018.

<sup>20</sup> Folha de S. Paulo. História da Folha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml). Acesso em: 1 de set 2017.

cita Pilagallo (2012, p. 61), o jornal desde cedo mereceu o epíteto de “porta-voz da oligarquia ilustrada”.

A origem da Folha de S. Paulo é a Folha da Noite, de 1921, voltada ao pequeno comerciante e funcionário público e dedicada mais a assuntos urbanos – publicação que não chegava, ainda, a ser concorrente direto de O Estado de S. Paulo. O jornal também adotou o nome temporário de Folha da Tarde quando o governo proibiu a Folha da Noite de circular. E, em 1925, surge a Folha da Manhã, como concorrente mais direto do público e da proposta do Estado. Nos anos 30, a Folha da Manhã apoiou a Lei da Segurança Nacional, uma legislação especial, sem garantias processuais, que deveria circular em razão de “ameaças extremistas de direita ou de esquerda” (Idem, p. 109). Com a censura do Estado Novo, a Folha da Manhã e a Folha da Noite se calam sobre política.

No processo posterior de redemocratização, após 1945, uma nova direção dá ao jornal uma linha editorial moderna, que se basearia no discurso de imparcialidade. Os jornais são então comprados indiretamente pelo industrial Francisco Matarazzo Júnior, como forma de se opor aos ataques que este recebia por parte de Assis Chateaubriand, assumindo politicamente uma posição que se definia como de centro. Essas diretrizes políticas e editoriais são consolidadas, em 1959, em documento intitulado Normas de Trabalho da Divisão de Redação. No último governo de Getúlio Vargas, a cobertura das Folhas foi crítica, mas não apoiaram o fim do mandato ou que se forçasse uma renúncia do presidente. Próximas politicamente da conservadora União Democrática Nacional (UDN), os jornais foram contra a candidatura de Juscelino Kubitschek e pediram intervenção para não haver uma derrota eleitoral da UDN. Sobre esse posicionamento, aponta Pilagallo (Ibidem, p. 144): “Os jornais mais tradicionais eram todos alinhados ao udenismo. Em outras palavras, eles tinham em comum o moralismo denunciante, o temor ao comunismo, o antiestatismo, o antipopulismo e visão favorável ao capital estrangeiro”. Diante da pressão para que Juscelino Kubitschek não assumisse, por meio da tese de que não conquistara maioria absoluta na eleição, a diferença da Folha para o Estado é que a primeira defendeu o legalismo, enquanto o segundo apoiava o golpismo, desde que “para o bem da nação”. Essa mesma posição valeria também quanto à posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, a qual sofreu resistência, que tomou forma sob a chamada “solução parlamentarista”.

A Folha da Manhã e a Folha da Noite foram fundidos em 1960 com o nome Folha de S. Paulo, que, em 1962, passou a ser controlado por Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira, membro da família que até hoje é a principal controladora da publicação. No apoio e

na preparação para o golpe de 1964, o protagonismo foi do Estado, mas a Folha também teve papel, ainda que marginal, limitada ao plano editorial. No período inicial da ditadura, críticas ao regime eram apenas pontuais (como no caso da demissão de professores da USP), e o interesse maior da empresa era se consolidar economicamente. Assim como o Estado, a Folha apoiou o Ato Institucional nº2, que envolvia a extinção de partidos políticos, a cassação de mandatos e a eleição indireta para a presidência. A partir de 1968, enquanto o Estado começa um afastamento do regime, que redundaria na censura prévia ao jornal, a Folha opta por aceitar a censura interna, a partir de recados enviados pelo regime para a redação sobre assuntos proibidos. Assim, de 1969 a 1972, não havia espaço para cobertura política no jornal. Nesse período, um dos jornais do grupo, a Folha da Tarde, torna-se dirigido por pessoas ligadas à polícia, chegando a ficar conhecida como “Diário Oficial da Oban”, numa referência à Operação Bandeirantes, um dos principais eixos da repressão armada da ditadura. É nesse período que veículos da Folha são incendiados pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), uma das organizações de combate ao regime, em parte pela acusação de que o jornal emprestava seus veículos à repressão – acusação que até hoje permanece.

Essa postura muda com o governo Geisel e com o projeto de distensão política sob a orientação de Golbery do Couto e Silva. Em 1975, a Folha decide afastar-se do regime, aproximar-se da sociedade civil e colocar-se à esquerda do Estado de S. Paulo. Na reunião que selaria essa opção, Frias Filho defendia que o jornal estivesse dois graus à esquerda do concorrente, enquanto a decisão final foi de um grau à esquerda. Essa decisão também envolvia o posicionamento da empresa no campo jornalístico, já que fatores como “credibilidade”, “prestígio” e “independência” seriam vistos como “fatores de produção” na atividade jornalística (IBIDEM, p. 216). Após tal realinhamento, por exemplo, o golpe de 1964 passou a ser chamado de “movimento” em vez de “revolução” nas páginas do jornal. Essa postura estaria presente na confrontação feita pela Folha de S. Paulo quanto à versão oficial para o assassinato do jornalista Vladimir Herzog pelo regime ditatorial.

Contudo o momento mais importante dessa guinada foi a adesão à campanha “Diretas Já”, que se tornaria um ponto de virada na trajetória do jornal. Inicialmente, tratava-se de uma proposta que não recebeu tanta atenção, de autoria do deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso. De modo geral, houve cobertura modesta da imprensa, a não ser a partir de uma maior mobilização popular, representada sobretudo pelo conhecido comício da Praça da Sé em 25 de janeiro de 1984. A Folha, por sua vez, destacava o projeto desde março de 1983 e o endossou explicitamente até a votação. Ao longo da campanha, a publicação ficou conhecida

como “jornal das Diretas”. Derrotado o projeto, a capa da Folha tinha como chamada “A NAÇÃO FRUSTRADA!”. Após essa campanha, que passa a ser agregada à história da Folha como prova de seu posicionamento democrático, ocorre a publicação do Manual de Redação em 1984, que representava um novo projeto editorial, defendido como modernizante. Entre as normas defendidas, muitas estão ligadas ao efeito de sentido de objetividade e imparcialidade, como o distanciamento de coberturas mais emocionais e a exigência de ouvir “os dois lados”. Entre os princípios defendidos, estão o apartidarismo e o pluripartidarismo, os quais já comentamos. O projeto sofreu resistência interna, levou à demissão de muitos jornalistas, mas até hoje é defendido como marca do jornal.

Com isso e com a falta de inovação do principal concorrente, em 1986 a Folha atinge o posto de jornal com maior circulação no país. Na cobertura da eleição indireta de Tancredo Neves, o tom pouco emotivo e a busca do sentido de objetividade marcaram o jornal. Depois, nas primeiras eleições diretas após a ditadura, o jornal buscava consolidar-se como apartidário: após ser acusada de apoiar o PT ao apresentar pesquisas no sentido de que o candidato Lula iria ao segundo turno, o jornal destacou um texto de Paulo Francis comparando o projeto do PT à Nicarágua sandinista. Isso marcava uma posição diferente do Estado, que, na reta final, anunciou apoio a Collor, devido ao perigo que o PT representaria à democracia. No início do governo Collor, a Folha sofreu uma operação da Polícia Federal e reagiu a ela acusando o governo de pendor autoritários. Frias Filho chegou a não reconhecer Collor como presidente e acusá-lo de usurpador da República. Embora as denúncias que levaram ao impedimento de Collor tenham tido protagonismo das revistas semanais, a Folha envolveu-se na campanha pela saída do presidente, num esforço que tentaria resgatar algo da campanha pelas eleições diretas.

Em seguida, a publicação apoiou o Plano Real, que levaria Fernando Henrique Cardoso à presidência. Sem chancelar explicitamente sua candidatura, a Folha alinhou-se às medidas econômicas tomadas pelo seu governo. O noticiário mais crítico ao governo viria com as reportagens sobre a compra de voto para a aprovação da emenda da reeleição, que foram publicadas no jornal, bem como pontualmente de parte dos escândalos ocorridos no âmbito dos processos de privatização. As eleições de 2002 marcam uma mudança importante: frente à baixíssima popularidade do governo, havia mais chances de vitória do candidato no PT. Nesse momento, ocorre a divulgação da “Carta ao povo brasileiro” pela campanha de Lula, garantindo continuidade quanto a políticas econômicas, num movimento rumo ao centro. Isso faria a cobertura da imprensa se tornar mais favorável à candidatura. Ao mesmo tempo, a Folha de

novo não explicita apoio a candidatura alguma. Tal comportamento se repete nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014.

Tendo em vista esse breve histórico, concluímos que, ao contrário do que sustenta o discurso do jornal, a sua história não é marcada apenas pelo apoio ao regime democrático. Mesmo após a aquisição pela família Frias, a defesa da democracia é usada como moeda de troca, tendo em vista os diferentes momentos históricos do país. Contudo, mesmo antes dos Frias, e desde o projeto de modernização dos anos 1950, o jornal busca angariar poder simbólico por meio de valores caros ao campo, como a pluralidade, o apartidarismo e o apoio ao interesse público<sup>21</sup>, que fazem parte do seu discurso de legitimação. Tal linha de evolução é reforçada com a aquisição do jornal pela família e se consolida nos anos 1980, com a publicação do Manual de Redação.

Sendo assim, no âmbito dos acontecimentos de junho de 2013, temos um ator social que ocupa postura dominante no campo jornalístico, mantida por um discurso de autolegitimação baseado em valores como o pluralismo e o apartidarismo. Além disso, que tem em vista a coerência com uma certa história, também autolegitimadora, de defesa da democracia do país em momentos-chave, como na campanha das Diretas ou no *impeachment* de Fernando Collor. Conforme veremos, tal história e tal posicionamento no campo podem ajudar a compreender a maneira como os editoriais da Folha de S. Paulo procuram construir e reconstruir os objetos de discurso relacionados aos eventos de junho de 2013. A escolha do jornal, portanto, nos parece importante para observar a relação entre as cadeias referenciais nos textos e entre os textos no que diz respeito à maneira como estes incorporam-se ao contexto social maior, tendo em vista valores do campo jornalístico e do campo político.

## 2.6. Cobertura da Imprensa e da Folha de S. Paulo

Evidentemente, a escolha da análise dos editoriais do período deve levar em conta também o fato de que estes textos estão inseridos num conjunto maior de produções textuais multimodais, envolvendo reportagens, capas de jornal e fotografias, entre outras, feitas pela própria Folha de S. Paulo, mas também pela grande imprensa e por outros veículos de comunicação. Sem dúvida, o posicionamento do ator social naquele momento levava em conta a atuação do projeto editorial como um todo, bem como as interações com outros atores sociais, com os quais a Folha de S. Paulo compete ou colabora, seja no campo jornalístico, seja no campo político. Para isso, além de termos partido da leitura do conjunto dos textos produzidos

---

<sup>21</sup> Faremos uma caracterização do campo jornalístico e de seus valores no capítulo seguinte da dissertação.

pelo jornal no período, iremos nos valer de comentários e análises já publicados nos últimos anos sobre o tema. Nesta seção, apresentaremos alguns elementos de análises previamente feitas, e, ao longo do capítulo de apresentação de análise dos dados, apresentaremos outras informações que julgamos relevantes para a compreensão dos textos específicos.

De modo geral, é consenso que houve uma modificação de posicionamento dos diversos veículos empresariais à medida que as manifestações cresciam e se desenvolviam. O que apresenta variação são as explicações para tal mudança, levando em conta o horizonte teórico de cada autor, a leitura que fazem dos próprios eventos, bem como a especificidade dos objetos de análise.

Já à época, a cobertura da grande imprensa foi alvo de comentários feitos pelos mais diversos atores dos campos acadêmico, jornalístico e político. Uma das linhas de interpretação é de que teria havido um movimento de apropriação conservadora das pautas e do potencial de efeitos políticos dos eventos. Por exemplo, o jornalista e sociólogo Venício A. de Lima publicou um artigo em 20 de junho de 2013 na revista eletrônica Carta Maior<sup>22</sup>, do campo das esquerdas, em que apontava as relações entre os eventos e as redes sociais e que via, na mudança de posicionamento da grande imprensa sobre as manifestações, o sentido de uma atuação pela desqualificação sistemática da política e dos políticos, o que representaria riscos para o regime democrático e levantaria a questão de possíveis interesses por trás desse intento.

Ao tratar da inflexão na cobertura dos grandes meios de comunicação empresariais, Fonseca (2013) postulou como causas do fenômeno uma reação à repressão policial de 13 de junho, bem como ao fato de a própria imprensa ter se tornado alvo de diversos protestos durante o período. Isso teria resultado numa nova condução simbólica dos movimentos, em que as manifestações seriam legitimadas, desde que fossem pacíficas e tivessem bandeiras menos ameaçadoras, além de mais endereçadas ao Governo Federal do PT.

Essa guinada de posicionamento também foi verificada na voz de comentaristas políticos da televisão. Ritter (2016) dedicou-se a analisar comentários de José Luís Datena, Arnaldo Jabor e Rachel Sheherazade, concluindo que os comentários desses jornalistas ao longo do evento revelavam um antagonismo entre o discurso midiático e os anseios populares, os quais teriam voz em formas cidadãos de democracia, especialmente na Internet e redes sociais.

---

<sup>22</sup> VENÍCIO Lima: As manifestações de junho e a mídia. **Cut Brasil**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-manifestacoes-de-junho-e-a-midia/4/28178>. Acesso em 15 fev 2018.



Já Becker & Machado (2014) analisaram especificamente as coberturas do Jornal Nacional, da Rede Globo, e do “Mídia Ninja”, um veículo alternativo que se notabilizou no período, especialmente graças a transmissões em tempo real das manifestações. As autoras concluem que existe um rompimento de contratos de leituras de textos audiovisuais com a inserção de novas fontes, o que representaria novas formas de relação entre produção e recepção massiva. O artigo apresenta a leitura de que as manifestações foram uma expressão histórica da sociedade civil que não pode ser ignorada pela grande imprensa. Assim, a mudança de posicionamento do veículo seria uma resposta à inteligência e criatividade da juventude, bem como à intervenção da audiência incrementada pelas novas tecnologias.

Por sua vez, Maradei (2018) trata especificamente da mudança editorial da Folha de S. Paulo após a repressão policial de 12 de junho. Segundo ela, a cobertura dos protestos a partir de 6 de junho acentua o “vandalismo” das manifestações. Nesse primeiro momento, as fotografias seguiriam a linha de desqualificar o movimento e categorizar manifestantes como baderneiros. Em 12 de junho, especialmente, há um destaque para foto de um policial agredido. A legenda da foto é: “Encurralado. Ferido, policial militar Wanderlei Vignoli agarra militante e aponta arma a manifestantes para evitar que fosse linchado no protesto de anteontem em SP; um dia depois, ele disse que teve medo e morrer ao ser cercado”. Após a ocorrência de uma repressão policial contra grupos mais diversificados, incluindo jornalistas da própria Folha de S. Paulo, o jornal teria passado a legitimar o movimento, inclusive por meio da comparação a outros momentos históricos lidos como importantes para a democracia brasileira, como na manchete “Onda de Protestos atinge 12 capitais, na maior mobilização depois do ‘fora Collor’”. Para a autora, as manifestações teriam deixado a importante lição de que não há mais espaço para uma “visão imperativa dos jornais” frente a novas formas de mediação, como as articulações propiciadas pela internet.

A cobertura do jornal também foi objeto de análise de Sanfelice *et al* (2013), mas, nesse caso, especificamente tendo em vista temas esportivos e suas relações com questões econômicas e sociais. De acordo com o artigo, inicialmente os textos da Folha de S. Paulo expunham vantagens e legados dos grandes eventos esportivos, mas, a partir da eclosão dos movimentos, teria passado a haver mais questionamentos sociais, políticos e econômicos, por exemplo quanto aos gastos públicos. As razões para as mudanças seriam especialmente duas: o fato de o jornal e seus jornalistas serem vítimas de abuso; e o segundo teria sido a presença de uma cobertura direta por redes sociais, o que impossibilitaria qualquer mascaramento.

O número de estudos já publicados e a abrangência das abordagens são mostrar do interesse e da importância do tema, ou seja, da compreensão de como atuaram meios de comunicação naquele rico momento histórico do país. Destacamos as oscilações de posicionamento da imprensa empresarial foram notadas por diversos analistas. As razões apresentadas para isso envolveram ou motivações políticas, como no caso das leituras que trataram de uma apropriação conservadora do movimento, ou modificações no âmbito do campo político e da esfera pública, relacionadas a novas tecnologias. Em nossas análises, algumas dessas leituras encontrarão respaldo, conforme apresentaremos mais adiante.

Contudo também abordaremos elementos internos às práticas simbólicas do jornalismo e da política, procurando explicitar os mecanismos de exercício do poder simbólico por parte de um ator jornalístico privilegiado. Assim, em nossa leitura dos editoriais da Folha de S. Paulo, levaremos em conta tais abordagens, mas nos concentraremos em uma caracterização mais fina desse realinhamento editorial, por meio da identificação de cadeias referenciais, e acentuaremos motivações relacionadas a valores dos campos político e jornalístico no país. Com isso, pretendemos destacar a forma como, a partir de elementos emergentes num dado momento histórico, a produção textual incorpora-se à ordem social mais ampla, a qual encontra-se organizada em posições de poder nas quais têm relevância determinados valores, a depender de um ou mais campos sociais em que as práticas ocorrem.

## **2.7. Comentários finais**

As abordagens de Singer e Nobre ajudam a construir uma apresentação do contexto político e social imediatos dos textos analisados, assim como do contexto social mais amplo do momento histórico do país. Assim, podem servir de guias para uma análise da forma como mecanismos textuais específicos relacionam-se com o contexto de produção do texto. Destacaremos, nas conclusões, o que consideramos serem as principais indicações de leitura que podemos retirar dessas análises amplas, especialmente quanto aos atores sociais que mais contarão para as nossas próprias leituras.

Em suma, em termos de contextualização do cenário da época, teremos o Partido dos Trabalhadores num momento de espécie de dominância ameaçada. Ocupando a presidência da República já há mais de uma década e tendo se tornado um dos grandes partidos nacionais em termos eleitorais (o que incluía a vitória eleitoral para a Prefeitura de São Paulo), o partido passou por transformações de discursos e práticas, além de ter, na leitura de Nobre, aderido à lógica de permanência da classe política tradicional no poder, e, na leitura de Singer, passado

por uma modificação significativa quanto à composição de sua base eleitoral, marcada, especialmente, por uma crescente rejeição da chamada classe média tradicional, agora identificada de forma mais clara ao PSDB. O governo Dilma já vinha apresentando um aumento de tensionamentos com o pemedebismo *stricto sensu* e convivia, ainda, com uma tensão interna entre valores conservadores da sua nova base, os quais não se coadunavam com os valores de maior radicalismo político ainda presentes no partido.

O PSDB, por sua vez, apresentava-se como maior força de oposição nacional ao PT e permanecia exercendo a sua continuada dominância no campo político estadual em São Paulo e assumindo de vez a proximidade com setores conservadores da classe política e o caráter de uma classe média resistente a mudanças em estruturas sociais. Se não ocupava o posto de força dominante no campo político nacional, o partido passa a ser um autêntico (senão principal) representante, naquele momento, das forças de conservação do campo social mais amplo.

Quanto ao Movimento Passe Livre, trata-se de um ator social que parecia, no momento, buscar legitimidade e aumentar a sua força política, por um lado, assumindo pautas mais identificadas a um certo nível de radicalismo político e, de outro, práticas que se afirmam como contestatórias do próprio modo de funcionamento da democracia representativa que constitui a gramática de funcionamento de democracias de massa como a do Brasil. Nesse sentido, não parecia interessar ao movimento identificar-se com o governo de esquerda no poder, ainda que sua principal reivindicação tenha sido uma bandeira com origem no próprio PT, especialmente na gestão de Luiza Erundina. Antes, para afirmar-se no campo político enquanto novo ator legítimo, era preciso, talvez, diferenciar-se especialmente dos governos petistas na prefeitura de São Paulo e na presidência da República.

Por fim, o campo jornalístico brasileiro, no momento, parece marcado por um especial distanciamento dos atores dominantes quanto ao partido no governo federal. O primeiro fator relacionado a isso, seguindo a leitura de Nobre, foi a mudança operada nos governos petistas quanto à política de comunicação, privilegiando veículos menores. Além disso, enquanto representantes dos interesses da classe média tradicional, tais atores parecem estar mais próximos, na política e na economia, a pautas de manutenção da ordem socioeconômica, tendendo a desqualificar pautas que, dentro ou fora do governo, apontassem para mais reconfigurações sociais. Por fim, importa ressaltar a constante crise vivida pela imprensa no Brasil e no mundo em anos recentes, quer em termos de vendagens, quer de credibilidade, quer de perda de uma tradição de hegemonia quase absoluta quanto ao acesso a informações, relacionada à presença de novas tecnologias e novos meios de comunicação. Nesse sentido, há

uma posição de dominância também ameaçada, que pode envolver constantes cuidados e prognósticos visando à manutenção ou à recuperação de posições de poder.

No caso da Folha de S. Paulo, trata-se de um ator social dominante, posição sustentada por uma trajetória que se pretende ciosa da defesa da democracia no país, bem como de valores caros ao campo jornalismo, como a objetividade e o apartidarismo. Se os editoriais do período abordado são intervenções e respostas no calor dos acontecimentos, isso não significa que seja irrelevante considerar a maneira como o jornal descreve sua trajetória.

Quanto à forma como a imprensa em geral e a Folha de S. Paulo em particular agiram e reagiram aos fenômenos de junho de 2013, cumpre apontar que já há leituras sustentando ter havido uma tendência geral de guinada de legitimação das manifestações ao longo do período, apontando-se fatores diversos para ela, a depender do quadro interpretativo de cada autor. Restará apontar o que a análise das cadeias referenciais dos editoriais pode indicar no sentido de contribuir para a compreensão das motivações do fenômeno.

É levando em conta esse quadro geral da política e do jornalismo brasileiros que partiremos para a apresentação dos nossos pressupostos teóricos acerca do problema do contexto e da referenciação e, por fim, para a análise dos textos selecionados para o desenvolvimento da nossa pesquisa, os editoriais da Folha de S. Paulo sobre as manifestações de junho de 2013.

### **3. A língua incorporada ao contexto social: de Hanks a Bourdieu**

Nesta seção, trataremos de nossa abordagem sobre a questão do contexto. Primeiro, apresentaremos as orientações gerais do projeto teórico de William Hanks, e, depois, destacaremos o seu conceito de incorporação. A partir de suas indicações teóricas, trataremos de conceitos de Pierre Bourdieu, especialmente buscando orientações para a análise do campo jornalístico e do campo político, já que estes serão fundamentais na nossa proposta.

#### **3.1. Van Dijk e a definição da situação no contexto**

A questão das relações entre texto e contexto, especificamente no âmbito das relações de poder na sociedade, certamente não é nova. Entre as tradições teóricas e analíticas importantes nesse campo, destacamos a Análise Crítica do Discurso (ACD), desenvolvida principalmente a partir do trabalho de Teun van Dijk. Embora reconheçamos semelhanças entre a perspectiva que adotamos nesta pesquisa e a ACD, também destacamos diferenças de abordagem.

A relevante contribuição de Van Dijk aos estudos do contexto seguiu, ao longo da sua obra, de uma abordagem mais psicológica na direção de uma abordagem sociocognitiva, com ênfase no conhecimento como estruturado por práticas sociais. Tal orientação permite uma articulação entre o contexto no plano macro, de caráter ideológico, bem como micro, de caráter psicológico (KOCH, MORATO, BENTES, 2012). Na sua orientação mais recente quanto ao problema, o autor afirma como tese central que “Não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação” (VAN DIJK, 2012a, p. 11). Nesse sentido, contextos não se apresentam como condições prévias às atividades linguísticas, mas são construtos (inter)subjetivos que se constroem e atualizam no âmbito das interações entre membros da comunidade.

Quanto à Análise Crítica do discurso, Van Dijk (1993, 2012b) define que ela pressupõe um estudo das relações entre discurso, poder, dominação, desigualdade social e a posição do analista nas relações sociais. Nessa tradição, o analista se concentra no papel do discurso na produção, reprodução e no enfrentamento da dominação, entendida como o exercício do poder social que resulta em desigualdade social. Em vez de enfatizar a forma como estruturas de poder aparecem em estruturas de discurso individuais, trata-se de envolver também condições de legitimidade e aceitabilidade, inclusive o que ele chama de abuso de poder. Essa tradição assume seu caráter interdisciplinar e um posicionamento sociopolítico claro, buscando aproximar-se de grupos que sofrem abusos de poder por meio do discurso. Nesse sentido,

diversas manifestações linguísticas e multimodais, como uma manchete jornalística, um ângulo de câmera e outras propriedades do discurso tipicamente de um micronível serão relacionadas a propriedades do macronível social, considerando o discurso não como ocorrência autônoma, mas sim como interação situada em termos social, cultural, histórico ou político.

Seja nas obras do próprio Van Dijk, seja de autores que, em diversos países, adotam em maior ou menor medida as diretrizes da ACD, tal perspectiva teórica tem se mostrado profícua em análises e debates sobre questões como o racismo, por exemplo na perspectiva das representações midiáticas sobre imigrantes em países europeus. Se partimos aqui de uma outra construção teórica, não é tanto por discordar de pressupostos da ACD, mas pensarmos em explorar outros campos de investigação das relações entre texto, contexto e relações de poder na sociedade, procurando enfatizar, por exemplo, não apenas as relações de dominação macrossocial, como a que ocorre no exercício do poder de representação social dos grandes veículos de comunicação de massa, mas também as redes de valores e poderes nos quais as próprias empresas de comunicação, bem como os atores políticos dominantes, estão socialmente situados, o que envolve um olhar mais atento ao funcionamento interno dos campos jornalístico e político. Tal perspectiva, segundo pensamos, pode também contribuir para compreender de forma mais ampla as relações entre língua, contexto e sociedade. É nesse sentido que buscamos recorrer à obra de William Hanks.

### **3.2. O contexto, segundo William Hanks**

William Hanks é professor de antropologia sociocultural em Berkeley. Sua obra reflete uma dupla formação em linguística e antropologia, com importantes trabalhos sobre a etnografia da língua maia. No âmbito de suas pesquisas, o autor formulou uma densa reflexão a partir de diversas tradições linguísticas, buscando defender uma abordagem que, ao mesmo tempo, desse conta de aspectos formais, bem como da maneira como enunciados, desde os mais corriqueiros, situam-se nas relações sociais e de poder nos quais são produzidos e circulam. Dessa forma, o autor estudou, por exemplo, a questão dos gêneros discursivos no âmbito da dominação colonial da sociedade maia, bem como usos corriqueiros do maia de Iucateque na atualidade, examinando, especialmente, a estrutura própria dos dêiticos e as relações entre o seu emprego e a própria organização social em que ocorrem.

Hanks (2008) situa o seu posicionamento nas discussões sobre o contexto a partir da percepção de dois grandes grupos de abordagens. Primeiramente, ele elenca diferentes linhas de abordagem sobre a noção de contexto, como a teoria dos atos de fala, a da relevância, a etnometodologia, a análise da conversação e o cognitivismo. Para o autor, elas possuem um

ponto em comum: “tratarem o texto como uma estrutura radial cujo ponto central é o enunciado falado” (IBIDEM, p.171). Assim, tais construções teóricas partilham um comprometimento com o individualismo metodológico e tomam o contexto como fenômeno efêmero e ligado à situação da fala. Outro grupo de teorias opõe-se a este, considerando o contexto como algo mais global e duradouro, com escopo social e histórico maior. O primeiro grupo, com foco sobre o falante e suas intenções, é composto por abordagens linguísticas, psicológicas e microsociologias, como a teoria dos atos de fala e as abordagens griceanas da conversação. O segundo, por autores ligados à mobilização de teorias sociais mais amplas, como Foucault, o próprio Bourdieu e os autores da chamada Análise Crítica do Discurso. Para uns, no limite, fatos coletivos são epifenômenos de decisões individuais, enquanto, para outros, enunciados individuais e interações apenas materializam certas forças sociais.

Sendo assim, quanto às duas abordagens sobre o contexto, Hanks propõe que sejam complementares, indicando que a antropologia linguística se diferenciou das demais linhas de pesquisa por tentar integrar os níveis (micro/local e macro/cultural). Para dar conta da relação entre esses níveis, e admitindo que não há noção única satisfatória do que seja o contexto e de quantos níveis de análise é necessário considerar, o autor propõe duas dimensões abrangentes do contexto: a emergência e a incorporação (*embedding*). A primeira diz respeito a aspectos do discurso e processos em curso; a segunda, ao enquadramento e à centração ou assentamento em quadros teóricos mais amplos.

Tratando da emergência considerada como o contexto relacionado a situações momentâneas, Hanks propõe, como dimensões de análise, a situação, o cenário e os campos semiótico, simbólico e demonstrativo. Partindo da fenomenologia de Schutz e seguindo a formulação de Goffman, Hanks entende a situação como “um espaço de possibilidades mútuas de monitoramento dentro do qual todos os indivíduos co-presentes têm acesso sensorial uns aos outros diretamente” (IBIDEM, p. 177). Três condições se aplicam a ela: a existência de dois participantes ocupando o mesmo tempo objetivo; cada participante estar presente corporalmente e ser capaz de perceber o outro; e haver possibilidades de monitoramento mútuo. Assim, para Hanks, a situação é uma camada do contexto anterior à linguagem e que diz respeito ao caráter situado de todo discurso.

Hanks apresenta a noção de cenário a partir da insuficiência da situação, pois faltariam a estas distinções assentadas temporalmente (oposição entre “cedo” e “tarde”, por exemplo), o significado de gestos expressivos do outro ou mesmo uma estrutura significativa. Essa segunda unidade contextual, mais próxima da interação, envolve atos socialmente identificáveis, expectativas, compreensão mútua e um sistema de relevância. Uma distinção importante do

cenário é a presença de uma formulação: uma descrição, categorização, que o falante aplica reflexivamente ao cenário discursivo, revelando seus julgamentos. O conceito de relevância vem de Schutz e envolve, em primeiro lugar, a conexão a uma histórica não local, por meio de um estoque de conhecimento, ou “um pano de fundo de significados prontos que são socialmente distribuídos entre membros de uma comunidade linguística<sup>23</sup>” (HANKS, 1996, p. 129). Esse conhecimento será categorizado em tipos, o que fornece uma base para estruturas pré-fabricadas de percepção sem as quais a compreensão social seria impossível (IBIDEM, p. 130). A soma total de conjunto heterogêneo de conhecimento estruturado é o que Schutz chama de “quadro de referência”, que estabelece conexões entre elementos diversos e constitui uma estrutura anônima de relevância, com base na qual decidimos, por exemplo, se uma experiência atual é outro caso de uma experiência familiar. Hanks destaca a relevância enquanto um quadro de percepção em que um tema se distingue de um fundo ou horizonte, com base nas experiências prévias dos falantes. Isso alteraria a noção de contexto pois “ao se introduzir a noção de relevância, o contexto se torna uma estrutura hierárquica conectada a uma história não local” (HANKS, 2008, p. 180). Assim, o contexto já tem uma dimensão menos imediata e se insere numa historicidade mais ampla.

Quanto aos campos semiótico, simbólico e demonstrativo, Hanks procura dar conta da estrutura e da semiótica da língua, no intuito de apresentar uma noção de contexto mais adequada às práticas linguísticas. Ele parte da distinção de Karl Bühler entre o Symbolfield (campo simbólico, que envolve palavras, outros signos e contexto) e o Zeigfield (campo demonstrativo, que diz respeito, especialmente, a elementos dêiticos, que Bühler resume nos dêiticos prototípicos Aqui-Agora-Eu). Tal dimensão abarca a situação, mas também as transformações operadas neste por relações semióticas de diversos tipos, e é nela que ocorre uma articulação entre o sistema geral da língua e o contexto do enunciado. Assim, é possível dar conta da forma como os enunciados refletem e transformam o contexto.

Junto com a situação e o cenário, tais campos são emergentes por se desdobrarem ao longo do tempo, o que envolve elementos como a sequência, simultaneidade e sincronização, bem como noções de memória, antecipação e teleologia. Para nossas finalidades nesse estudo, é interessante notar que tempo e sequência também são fundamentais no que diz respeito à anáfora e à coerência temática (IBIDEM, p. 181-183).

---

<sup>23</sup> Tradução própria. No original, “The stock of knowledge is a background of ready-made meanings that are socially distributed among members of a language community”.



No que diz respeito à incorporação, é importante considerar que ela já se dá na relação entre as diversas dimensões do contexto emergente, apresentando-se como um ordenamento lógico, e não como sequência temporal ou relações de inclusão. O campo demonstrativo simbólico herda traços do cenário (sistema de relevância insterpectival), que, por sua vez, herda traços da situação (co-presença). Em ambos os casos, contudo, ocorrem transformações, quer pela agregação de relações de relevância e unidades de ação, quer por sistemas semióticos, como a língua. Trata-se de distinções analíticas, que, na prática social, não têm existência independente. A forma lógica proposta por Hanks, partindo do pressuposto de que um contexto X é incorporado a Y, envolve que algumas asserções sejam verdadeiras, quais sejam:

- i. Y acarreta X, mas X não acarreta Y.
- ii. Y herda certas propriedades de X, mas apresenta outras propriedades.
- iii. Y transforma X, alterando propriedades herdadas e apresentando novos princípios de organização (via re-arranjo, reavaliação etc.)
- iv. Se alguma parte de X se torna um foco temático, ou para os sujeitos ou para os analistas, então Y é o horizonte relevante. (IBIDEM, p. 184).

É importante notar que há uma relação, aqui, com a forma como os campos sociais relacionam-se uns a outros, na sociologia de Bourdieu. Como aponta Hanks, isso envolve relações de homologia, já que o campo incorporado é de certa forma organizado pelo incorporador. Nesse sentido, há uma perda de autonomia, pois normas são dadas por outro campo, contudo sem que se perca inteiramente a autonomia, já que se preservam normas próprias de funcionamento do campo incorporado. Sendo assim, um elemento importante da noção de incorporação de contextos é, assim como no quadro teórico de Bourdieu, o de autonomia relativa (IBIDEM, p. 47). Assim, os campos dêitico, simbólico e semiótico, ao serem incorporados a campos sociais, não perdem suas regras próprias de funcionamento, e estas devem ser consideradas, para que não se incorra em leituras redutoras, que vêm no texto apenas uma expressão de um conjunto de forças sociais numa realidade histórica na qual ele se insere. Como as práticas da linguagem se dão praticamente no âmbito de toda a vida social, tais campos são incorporados aos campos sociais específicos em que tais práticas se dão, com seus valores e regras próprias, ainda que preserve suas características próprias e autônomas. Dessa forma, Hanks busca dar conta da proposta de resolução de conflito entre uma visão de contexto da irreduzibilidade e da relacionalidade. Para complementar a abordagem, quanto à incorporação

dos níveis contextuais a contextos sociais mais amplos, Hanks recorre à sociologia de Bourdieu, especialmente quanto aos conceitos de campo e *habitus*.

### 3.3. *Categorias da Sociologia de Bourdieu*

Para nossos objetivos, o fundamental é buscar entender a forma como Bourdieu concebe os campos sociais e os seus valores específicos. Não se trata, como é sabido, de um aparato teórico simples. Aliás, parece haver um constante esforço do autor, ao longo de suas obras, a evitar as leituras simplificadoras, mantendo sempre um alerta quanto à aproximação com formas espontâneas de sociologias. Além de atentar para esse cuidado, importa dizer, ainda, que acompanhamos Hanks ao dizer que, para um estudioso da linguagem, ler Bourdieu não precisa necessariamente ser adotar o que este tem a dizer sobre a linguagem, mas sim colocar tais afirmações entre parênteses e atentar para outros aspectos de sua abordagem do mundo social (HANKS, op. cit. p. 35). Como demonstram Morato e Bentes (2002), a partir de escritos de Bourdieu acerca da noção chomskyana de competência e da noção de campo linguístico (relacionada às discussões sobre a língua legítima), as relações do sociólogo com a linguística não necessariamente promoveram interfaces profícuas, ao contrário do que houve com a filosofia, a história e a antropologia na sua obra, por exemplo. Para as autoras, na obra de Bourdieu, a inter-relação entre a sociologia e a linguística é apenas entrevista, já que, em seus escritos, o sociólogo insiste, por exemplo, em identificar, no conjunto heterogêneo da linguística moderna, uma separação entre a língua e as condições sociais de produção e realização. Parece-nos que, percebendo questões como essa, Hanks propõe uma forma de desenvolver uma arbitragem que vá além da própria visão de Bourdieu acerca da linguagem e da linguística.

Com isso em mente, faremos uma breve apresentação do conceito de campos e outros a ele relacionados, para, então, abordar os campos sociais mais pertinentes a nossa análise, o jornalístico e o político.

#### 3.3.1. *Campos sociais: disputas e valores específicos*

Bourdieu faz diferentes apresentações do conceito de campo social ao longo de diversas obras. Mais do que formular uma conceituação definitiva, salientaremos aqui alguns de seus aspectos principais, tendo em vista, também, os nossos interesses de análise. Em primeiro lugar, falar em campos sociais envolve considerar a existência de espaços estruturados de forças, ou seja, com diferentes posições de poder, a partir da divisão básica entre dominantes e dominados (BOURDIEU, 1997, p. 57). Além disso, as ações sociais de cada ator devem ser lidas, também, como tomadas de posição nesse campo, as quais buscam conservar ou transformar a estrutura

de relações de forças que é constitutiva do campo (IDEM, 2005, p. 30). Não se trata de uma determinação rígida, porém os agentes têm disposições permanentes, obtidas em parte no próprio campo, e com as quais agem nesse campo dentro de seus constrangimentos específicos, mas também com margem de liberdade. Sendo um campo de forças, haverá, naturalmente, disputas e relações polêmicas entre aqueles que buscam transformações e aqueles que, por exemplo, buscam manutenção do estado de coisas. Por isso, em um campo, os protagonistas farão representações polêmicas, envolvendo estereótipos e insultos, relacionadas a outros agentes.

Outro aspecto que nos parece fundamental para entender a noção de campo é o conceito de autonomia. Para Bourdieu, cada campo é uma espécie de microcosmo, com instituições e regras de funcionamento próprio, um mundo relativamente autônomo dentro do macrocosmo social. Os campos estão relacionados dentro do macrocosmo, havendo constantes influências de uns sobre outros. Assim, o grau de autonomia dos campos pode variar, sendo que, por exemplo, o campo jornalístico é visto por Bourdieu como particularmente heterônomo:

“O campo do jornalismo tem uma particularidade: é muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural, campo da matemática, campo da literatura, campo jurídico, campo científico etc. Ele depende muito diretamente da demanda, está sujeito à sanção do mercado, do plebiscito, talvez mais ainda que o campo político” (IDEM, 1997, p. 76)

Dizer que há alguma autonomia é dizer que, por exemplo, não basta levar em conta fatores como classe social e posição de poder na sociedade em geral para compreender um dado fenômeno social, o que ocorre quando a dominação do campo econômico leva o analista a desconsiderar fatores específicos do campo em questão, sem os quais seria difícil compreender as posições e ações sociais. Fatores e valores locais, em síntese, não são os únicos a exercer influência, mas devem ser levados em consideração. A autonomia dos campos, portanto, é uma autonomia, muitas vezes, relativa.

Dessa forma, a cada campo ou subcampo correspondem tipos particulares de capital, e a forma como esses diferentes tipos de capital são percebidos e reconhecidos como legítimos é o que Bourdieu define como capital simbólico, sendo que o volume de capital detido é o que determina a distribuição dos agentes na estrutura do campo. Conforme o autor,

The kinds of capital, like the aces in a game of cards, are powers that define the chances of profit in a given field (in fact, to each field or sub-field there corresponds a particular kind of capital, which is current, as a power or stake, in that

game). For example, the volume of cultural capital (the same thing would be true, *mutatis mutandis*, of the economic game) determines the aggregate chances of profit in all the games in which cultural capital is effective, thereby helping to determine position in social space (to the extent that this is determined by success in the cultural field). (IDEM, 1985, p. 724)

Assim, é como se cada campo social tivesse valores próprios, que se relacionarão à posição de poder dos agentes e, portanto, a suas ações e estratégias de manutenção ou transformação do campo. Na sua análise do campo de produção artística, por exemplo, Bourdieu (2008) levanta a importância do valor do desinteresse e da distância da necessidade na recepção e na produção cultural, como fatores de distinção de artistas e de apreciadores da arte. Ao fazer isso, contudo, em vez de meramente atestar a validade de categorias provindas da estética kantiana, Bourdieu mostra como tal configuração de valores tem correspondência com o sistema de classes e, no fundo, serve à reprodução da estrutura social, marcando como distintos, por um suposto desinteresse, aqueles que são dotados das disposições adequadas para diferenciarem no âmbito da apreciação e da produção de objetos artísticos. Em outros campos, há valores diversos que redundarão em capital cultural e poder simbólico, como a “objetividade” no campo jornalístico e a defesas de interesses gerais em detrimento da obtenção do poder no campo político, conforme veremos a seguir. Como comenta Hanks (2008, p. 44), os valores que circulam nos campos são a base da competição entre os agentes, incluindo elementos como prestígio, reconhecimento e autoridade, assim como riqueza e capital.

O conceito de *habitus* dá conta, em certa medida, da forma como esses valores são adquiridos, reproduzidos e instanciados nas práticas sociais. Não são regras relacionadas a formas de agir, e sim sistemas de disposições para agir de acordo com certos esquemas de percepção. Na obra *A Distinção*, diz Bourdieu (2008, p. 163):

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – serem sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos.

O conceito também representa um rompimento com o mentalismo, pois envolve elementos corporais de expressão e concepções fenomenológicas de habitualidade e esquema

corporal, sobretudo a partir de Merleau-Ponty (HANKS, 2008, p.36-43). Assim, a relação dos sujeitos com os valores está longe de uma espécie de manipulação abstrata, pois eles fazem parte da sua constituição histórica e regulam suas disposições de agir, inclusive linguisticamente, sem que, muitas vezes, haja efetiva consciência, por parte dos agentes, da sua existência e, sobretudo, de seu caráter arbitrário.

Se essa caracterização dos campos corresponde a uma análise sincrônica dessas estruturas sociais, não deixa de ser importante considerar fatores diacrônicos, referentes aos processos históricos nos quais as posições são conquistadas e assumidas. Assim, devem-se levar em conta, na análise, elementos como a trajetória dos agentes dentro daquele campo, que lhes valeu a sua posição e seu prestígio nele, bem como as delimitações específicas de cada campo, que permitem ou não a entrada de novos atores (IBIDEM, p. 45.).

Nesse processo de disputas sociais por poder e prestígio em âmbitos de atuação específicos, a linguagem e a cognição têm papel importante. Hanks aponta que a fala e o discurso representam tomadas de posição nos campos e levanta características de qualquer campo que nos parece esclarecedor citar aqui:

(a) uma disputa linguística em que determinados fins são perseguidos mediante o uso de determinados recursos discursivos segundo normas estabelecidas; (b) um conjunto de crenças e assunções que preparam a disputa, e (c) os interesses específicos em jogo (o que pode ser perdido, ou ganho, como, e por quem). (HANKS, op. cit, p. 45)

Assim, crenças e assunções, muitas vezes inconscientes, preparam as disputas, nas quais são usados recursos linguísticos tendo em vista interesses específicos em jogo. Nesse jogo de disputas, os agentes têm, de fato, o papel de construir a visão do mundo social. A percepção desse mundo é tomada por Bourdieu (1985, p. 727-728) como um produto de uma dupla estruturação social: uma objetiva, relacionada com as propriedades dos agentes, e uma subjetiva, devida aos esquemas de percepção e apreciação disponíveis em dado momento. Tais categorias são produtos da internalização das estruturas objetivas do espaço social.

Na sociedade contemporânea, esse papel muitas vezes é realizado pelos meios de comunicação de massa. Trata-se, portanto, do exercício do que o autor chama poder simbólico: “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica” (IDEM, 1989, p. 9). Os sistemas simbólicos têm a função de instrumentos de imposição ou

legitimação da dominação, contribuindo para assegurar relações de dominação de classe. A definição de mundo social é resultado de uma luta na qual estão envolvidas as diferentes classes e frações de classe (IBIDEM, p. 11). Embora a sociologia de Bourdieu possa ser tomada como “meramente” descritiva, o autor vê, como papel do sociólogo, o de desvelar os mecanismos de poder simbólico, pois estes se revelam enquanto violência simbólica, por representarem uma imposição tácita (que envolve a cumplicidade de quem a sofre e a exerce) de categorias de percepção dotadas de autoridade e feitas para se tornarem legítimas. A tarefa, portanto, seria contribuir para minimizar tal violência, exercida especialmente no âmbito da comunicação midiática de massa (IDEM, 1997, p. 22-37).

Por fim, antes de apresentar elementos para a análise dos campos jornalístico e político, cabe ainda dizer que, nesta pesquisa, não se trata de tomar conceitos da obra de Bourdieu como uma espécie de panaceia de explicação da vida social. Como diz o próprio autor, o conceito de campo, por exemplo, é sobretudo uma ferramenta de pesquisa, cuja principal função é a construção de objetos sociais, “com toda incerteza, imperfeição e incompletude que isso requer” (IDEM, 2005, p. 30). Ou, nos termos de Hanks (1996, p. 238), campo e *habitus* não são construtos teóricos elementares, mas conceitos heurísticos. O tipo de descrição que eles permitem fazer é que lhes dá seu valor. Parece-nos que, partindo de Bourdieu, e da leitura feita por Hanks, podemos entender melhor o funcionamento da relação entre determinadas estratégias de referenciação em sua relação com contextos mais locais e destes com o contexto social mais amplo.

### 3.3.2. *Incursões no campo jornalístico*

De acordo com Bourdieu (1997, p. 104-106), no século XIX, a oposição entre jornais que produziam notícias sensacionalistas e outros que produziam comentários e análises constituiu o campo jornalístico, com estes últimos afirmando valores de “objetividade”. Há, nesse campo, a oposição entre duas lógicas de legitimação, uma dos pares e outra da maioria. Sua leitura desse campo, conforme a proposta geral de sua abordagem dos fenômenos sociais, rejeita a redução total desse campo a princípios do campo econômico, pois se trata também de um microcosmo com leis próprias e, portanto, autonomia relativa (IBIDEM, p. 55). Ele tem seus conjuntos de pressupostos e crenças partilhadas, quanto a sistemas de categorias de pensamento e certa relação com a linguagem (como a afirmação de uma “objetividade”) e, nele, elementos como o furo, ou informação inédita e exclusiva, a independência e a coerência com a reputação do veículo e sua trajetória no campo, entre outros. O campo jornalístico está estruturado na oposição entre os mais puros (independentes) e os menos puros (dependentes),

estando o capital cultural maior com os jornalistas “mais puros” das publicações impressas, que acabam pautando os debates de outros veículos, como a televisão (IDEM, 2005, p. 41-42). Sua importância no mundo social, na contemporaneidade, é dada pelo monopólio real sobre instrumentos de produção e difusão em larga escala (IDEM, 1997, p. 65-66), sendo responsável pela notoriedade em outros campos, como o da produção artística, o acadêmico e o político.

Seguindo sua abordagem dos campos sociais, Bourdieu afirma que, na análise do campo jornalístico, deve-se levar em conta elementos como a disputa de empresas entre fatias de mercado, bem como a posição da empresa no campo e a do jornalista naquele órgão específico (IBIDEM, p. 56-57). Portanto, trata-se de pensar em elementos como a posição de dominância do veículo no campo, quais são os concorrentes reconhecidos, com quais valores ela procura manter a sua autoridade, além da sua trajetória específica. Ao comentar o papel de editorialistas, Bourdieu reforça que entender o profissional agindo nessa função envolve identificar a sua posição no veículo bem como abordar a trajetória da publicação e, assim, pensar que posicionamentos são ou não compatíveis com a sua história e a sua posição, sendo esse, na verdade, o significado das experiências que se enunciam como preceitos éticos, como o “apartidarismo” (IBIDEM, p. 69).

Quanto ao seu grau de autonomia, Bourdieu chama atenção para o fato de que o campo jornalístico é mais dependente de forças externas do que todos os outros campos de produção cultural, pois depende da demanda, está sujeito à sanção do mercado e ao “plebiscito”, talvez mais que o político, conforme citamos. Há grande importância para o controle da audiência e da vendagem, por exemplo, que passam a ser vistas como critério de legitimidade. Uma das consequências disso, e do papel social acima mencionado, é que tal heterogeneidade acaba sendo introduzida em outros campos, o que justifica a importância da análise e da crítica a esses meios. Além disso, a disputa pelo furo ou informação exclusiva gera uma “circulação circular”, em que há frequente monitoramento da concorrência, o que, por sua vez, resulta em homogeneização (IBIDEM, p. 30-31).

Temos, portanto, um espaço social marcado por disputas internas, com valores próprios e, contudo, profundamente ligado a estruturas de poder que lhes são externas, sobretudo as econômicas. As análises, assim, devem levar em conta ambos os aspectos, pois ora o jornal pode atuar visando à manutenção do seu prestígio (por exemplo, empregando recursos para se mostrar mais “objetivo” que outros ou buscando coerência com sua trajetória), ora pode mudar de posições, tendo em vista a demanda do seu público e o medo do controle plebiscitário.

### 3.3.3. *Incursões no campo político*

Como outros campos, o político é definido como um microcosmo no interior do grande mundo social, com formas particulares de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global. Da mesma maneira que em outros campos, há mecanismos de controle de entrada nesse setor da sociedade, que fazem com que o ingressante nele deva passar por uma verdadeira conversão. A separação básica que ele opera é entre profissionais e profanos, com a particularidade de que o papel dos profissionais é constantemente avaliado pelos profanos (BOURDIEU, 2011, p. 195). Há condições sociais que estatisticamente se relacionam ao acesso ao microcosmo político, dentre os quais Bourdieu destaca o gênero (propensão menor das mulheres), o tempo livre e a instrução (propensão menor dos menos instruídos) (IDEM, 2008, p. 371-429). A política opera por meio de uma exclusão, segundo a qual só os políticos podem falar de política. Pertencer ao campo, mesmo ao discordar de seus pares, é concordar sobre o terreno do desacordo. É preciso aprender a fazer política, dominar a competência específica o campo, e a forma mais erudita dessa cultura é o direito constitucional (IDEM, 2011, p. 200).

Um elemento importante do funcionamento do campo político é a maneira como interesses internos ao campo apresentam-se como expressão de interesses de cidadãos. Como em outros campos, os agentes da política estão em um campo de força em disputa pelas posições de maior poder simbólico. Nesse caso, o objeto comum em disputa é o poder sobre o Estado (IDEM, 2011, p. 203), e as ações têm em vista a perpetuação nas posições de poder ou a transformação do estado de coisas, por parte daqueles que não controlam o Estado. Tomar posição, em política, é ocupar posição em um espaço de posições, e as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura de forças do campo político em dado momento. Porém tais intenções são apresentadas de modo a que pareçam expressar os interesses dos cidadãos (profanos) que lhes delegaram poder (IDEM, 2011, p. 198).

Para Bourdieu, o objetivo da política é dizer o que é o mundo social, em que as visões são apresentadas como bem fundamentadas e baseadas na objetividade: “A política é a luta para impor o princípio legítimo de visão e divisão, em outras palavras o que é dominante e reconhecido como merecedor de dominar, ou seja, carregado com violência simbólica” (IDEM, 2005, p. 39). Essas visões são colocadas para escrutínio público, no que Bourdieu chama de “plebiscito”. O objetivo de cada agente é acumular poder, capital e autoridade específica, para impor crenças. Como em outros campos, existir é se diferenciar (assim como os fonemas nas línguas), marcar posição no campo.



Como veremos a seguir, esse princípio de legitimidade é um ponto de encontro importante entre campo político e campo jornalístico e, na nossa pesquisa, será fundamental buscar ver como textos jornalísticos operam com os valores do campo político, interferindo naquilo que se considera o princípio legítimo de visão social.

#### 3.3.4. *O papel do jornalismo na legitimação social*

Campos sociais estão, muitas vezes, relacionados, e influenciam um ao outro, e algo dessa natureza certamente ocorre, de maneira marcada, entre o campo jornalístico e o campo político. Há, entre eles, uma relação de concorrência e luta permanente, e o campo jornalístico, estando de certa forma englobado no político, não deixa de exercer influências significativas sobre este.

Essa influência se apresenta sob a forma de processos de categorização que redundam em lutas pelo estabelecimento de visões de mundo legítimas. Quanto à legitimação, Falcone (2011, p. 18) afirma que se trata de um trabalho discursivo, e não de um dado *a priori*, e que é uma ação individual e coletiva de estabelecer o ilegítimo e o legítimo, a partir de operações sociais e cognitivas que resultam da categorização de atores e grupos sociais.

Nesse sentido, para Bourdieu, o campo jornalístico e o campo político têm em comum a reivindicação da imposição da visão legítima do mundo social, havendo lutas internas para a imposição dos princípios dominantes. Esse trabalho relaciona-se às categorias de percepção e divisão do mundo social, categorias que são constituídas e adquiridas socialmente. Elas se mostram de forma dual e oposta (em pares como teoria/prática) e, com base nelas, a própria realidade social é definida, naquilo que pode se chamar da *doxa*. Uma das funções das classificações ou taxonomias do mundo social será dizer quem está dentro (cidadão) e quem está fora (estrangeiro), ou, em outros termos, quem são os atores legítimos (IDEM, 2005, p. 36-38).

Assim, um dos principais eixos de intervenção do campo jornalístico no político é por meio de práticas discursivas que redundam em legitimar ou deslegitimar fatos e atores sociais, o que, em última medida, será determinante na definição das representações sociais do político.

### 3.3. **Comentários finais**

Instituições jornalísticas, no âmbito de sua atuação no campo político, possuem portanto, o poder social de fazer entidades existirem de modo explícito, bem como o de categorizar. Tais agentes são capazes de influir decisivamente na visão do mundo social e, mais

especificamente, no campo político, o que pode ser uma via para entender como contextos micro de análise podem ser incorporados a contextos macro, de acordo com as ideias de Hanks. Ou seja, relacionar o texto a seu contexto é entender de que modo, por exemplo, o agente jornalístico intervém no campo político por meio da compreensão dos esquemas de percepção e apreciação disponíveis, influenciando a definição de mundo social no sentido de intervir nos processos de legitimação de atores sociais. É nessa direção que buscaremos empreender as nossas análises, pensando, por exemplo, como as tomadas de posição de um veículo jornalístico atuam para deslegitimar um ator social, observando se as formas de categorização e recategorização empregadas podem ser relacionadas com os valores que, segundo Bourdieu, marcam a distribuição do poder simbólico no interior desse campo. Além disso, de que forma tais tomadas de posição, pensadas em relação a diferentes momentos dos protestos de 2013, podem se relacionar a valores do próprio campo jornalístico e, mais especificamente, da posição do jornal neste.

Nesse âmbito, optamos por recortar a análise nos procedimentos de referenciação, observando especialmente suas funções argumentativas e sua relação com valores dos campos político e jornalístico. Assim, pensamos ser possível relacionar, de forma mais detida e fina, os contextos locais de enunciação com a configuração social mais ampla em que os acontecimentos têm lugar.

## 4. REFERENCIAÇÃO EM TEXTOS E ENTRE TEXTOS

Neste capítulo, apresentaremos os pressupostos teóricos que informam e compõem as nossas análises. Em primeiro lugar, explicitamos uma visão geral do processo de referenciação, visto de forma não representacional, com ênfase em seu caráter processual e dinâmico. Além disso, tratamos de mecanismos responsáveis pela construção das cadeias referenciais, mas que também possuem funções argumentativas, as quais remetem às relações entre os textos e seus contextos de produção. Por fim, procuramos mostrar a forma como se dá tal articulação entre esses elementos textuais e seus contextos sociais de produção, enfatizando a maneira como textos podem ser incorporados a campos sociais específicos.

### 4.1. Referenciação e cadeias referenciais

#### 4.1.1. *Referenciação, categorização e recategorização*

Partimos de um entendimento do processo de referenciação que se afasta de uma visão especular e representacional da referência, segundo a qual há referentes pré-constituídos e externos ao discurso, que, em última análise, poderia se adequar mais ou menos a tais realidades. Nessa perspectiva, trata-se de entender como atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão sentido ao mundo (MONDADA e DUBOIS, 2015, p. 20), vendo o resultado dessa forma de referenciação como a construção dinâmica de objetos de discurso. Mais do que se falar de uma referência, portanto, trata-se de considerar os processos de referenciação.

Parte importante desse processo envolve a maneira como objetos de discurso são categorizados. As categorias têm a função de construir e estabilizar o mundo, de maneira que uma mesma cena pode ser tematizada diferentemente e pode evoluir focalizando diferentes partes ou aspectos, numa construção colaborativa entre sujeitos dos objetos de discurso (IBIDEM, p. 25 e p. 35). Partindo de tais pressupostos, Marcuschi (2007) aponta as possibilidades da língua de trabalhar e retrabalhar as versões públicas do mundo. Dessa forma, as representações importam menos do que as atividades descritivas dos interlocutores. Essas descrições são parte do mundo que descrevem e possuem três características: são reflexivas (elaboram as circunstâncias de sua aparição na mesma medida em que a elas se ajustam), indexicais (repousam no contexto em que são fabricadas) e *ad hoc* (invocadas e fabricadas para fins práticos).

Esse processo de construção contínua implica uma não correspondência entre as coisas do mundo e as categorias linguísticas que lhes seriam correspondentes. Antes, há constantes reelaborações, que “podem ser vistas como recursos que asseguram uma plasticidade linguística e cognitiva e uma garantia de adaptação contextual e adaptativa” (MONDADA & DUBOIS, 2015, p. 25). Diferentes cenas podem ser tematizadas e reelaboradas ao longo do tempo, e reenquadramentos contextuais podem implicar reavaliações de categorias. Assim, a estabilidade das categorias de referenciação não é absoluta. Ela é produto de atividades discursivas específicas e, em dadas circunstâncias, pode sofrer transformações. Estamos, portanto, diante de uma instabilidade que faz parte do modo de funcionamento da língua em uso, e da constituição das representações do mundo social, seja em termos sincrônicos, seja diacrônicos.

Na mesma direção, Apothéloz & Reichler-Beguelin (1995) rejeitam uma abordagem extensional da referenciação segundo a qual a designação deve se adequar à identidade da coisa designada. Os autores comentam estudo de Charolles & Schnedecker como exemplar dessa visão teórica, pois estes se valem de exemplos de anáfora pronominal em que, para eles, as predicções afetam a possibilidade de emprego de pronomes em função de relações de identidade. Aos pressupostos dessa abordagem, Apothéloz & Reichler-Beguelin chamam de ontologia *naïve*, pois, segundo ela, a regulação do uso da língua é feita pela realidade extralinguística, como se a linguagem fosse um mero decalque do real. Os autores recusam-se a ver a tarefa do linguista como de validação ou legitimação das designações, e sim como de registrar as práticas efetivas e dar conta delas e, da mesma maneira, não aceitam a função do falante como de meramente identificar e registrar relações pré-existentes entre palavra e coisa.

Trata-se de um corte epistemológico do objeto da linguística, diferenciando-a das preocupações dos psicólogos (estabelecer regularidades de discretização, por exemplo) e de filósofos (busca de essências ou das qualidades essenciais ou não de objetos). Para eles, em vez de buscar recobrir ambigualmente a coisa extralinguística, o objeto de discurso tem em vista a representação alimentada pela atividade linguística, de forma que “o estado da memória discursiva (ou da esquematização em curso), determinante para a interpretação dos anafóricos, não se confunde com o estado do mundo” (APOTHÉLOZ & REICHLER-BEGUELIN, 1995, p. 239). Assim, a questão não são as metamorfoses dos objetos do mundo extralinguístico, e sim “aquelas que afetam a bagagem de conhecimentos de que dispõem, a cada momento do discurso, os interlocutores a propósito de um referente dado” (IBIDEM, p. 239-240).

Partir de uma noção especular e extensional da referência para a referencialização, enquanto construção dinâmica de objetos de discurso, também afeta a compreensão do léxico e do processo de designação, o que é importante para considerarmos os processos de categorização e recategorização. Para Apothéloz e Reichler-Beguelin, em vez de um “estoque de etiquetas” emanados das coisas do mundo, o léxico é “um conjunto de recursos para as operações finalizadas de designação” (IBIDEM, p. 241). Esses dispositivos são extremamente maleáveis e não cessam de ser discursivamente trabalhados, em mudanças que refletem as modificações nas perspectivas sobre os objetos, que se dão ao longo da história. Dessa forma, a adequação referencial dirá respeito não a constrangimentos ontológicos, e sim socioculturais. O locutor pode escolher uma série de expressões no processo de recategorização, não só para identificar o referente, mas também para adaptar a expressão referencial, de acordo com visões de cada momento. As funções desempenhadas por essas escolhas são diversas, por exemplo funções argumentativas, sociais, polifônicas e estética-conotativas, num processo que sempre se dá de forma contextualizada (IBIDEM, p. 141-142).

Assim, os fenômenos da categorização e da recategorização são vistos como processos ricos e dinâmicos, que se inserem na maneira como, por meio de práticas textuais, são construídas, reconstruídas, moduladas e encadeadas as formas como se constituem os objetos do discurso. Tais fenômenos têm papel importante na própria textualização, por meio, especialmente, dos processos de progressão referencial.

#### 4.1.2. *Progressão referencial*

Marcuschi (2008) considera que a questão referencial é central na produção e na compreensão de textos, relacionando-se com diversas questões, como a coerência, a continuidade tópica e a atividade inferencial. Segundo o autor, a progressão referencial “diz respeito à introdução, identificação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às *estratégias de designação de referentes* e formando o que se pode denominar *cadeia referencial* (MARCUSCHI, 2008, p.141).

Para Koch (2011, 2013, 2014), o processo de construção de objetos de discurso ao longo do processamento textual envolve três princípios que representam operações básicas: construção/ativação, reconstrução/reativação e desfocalização/de-ativação. A primeira marca a introdução de um objeto textual ainda não mencionado, que passará a ser uma espécie de endereço cognitivo na memória. Tal introdução pode ser de dois tipos: não ancorada, quando diz respeito a objeto de discurso totalmente novo; ou ancorada, quando “um novo objeto de

discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação” (KOCH, 2014, p. 36). Incluem-se, nesse último caso, relações meronímicas, ou seja, em que há uma relação de ingrediência, como entre vagões e bancos em relação a trens.

Já a segunda forma é a reintrodução, por uma forma referencial, de um objeto de discurso já diretamente ativado na memória operante enquanto objeto de discurso, o que faz com que este permaneça saliente. Tem-se aqui os diversos casos de anáfora textual, que podem envolver ou não correferencialidade, bem como recategorização. Por fim, ocorre uma desfocalização ou desativação quanto a posição focal é tomada por um novo objeto de discurso, deixando o anteriormente ativado fora do foco, em estado de ativação parcial ou *stand by*, já que ele pode voltar a ser ativado.

O fenômeno da progressão referencial, portanto, diz respeito às cadeias referenciais que constituem, de maneira rica e complexa, a construção de objetos de discurso. Tal processo envolve a inserção e a retomada, muitas vezes com papéis tanto referentes à memória, quanto às intenções e aos projetos de dizer dos atores sociais, já que, ao reativar um elemento já apresentado, ou mesmo ao ativar um elemento de forma ancorada, podem-se construir cadeias de significação e ressignificação que vão, de maneira dinâmica, modelando e remodelando objetos de discurso. Como afirma Koch, no processo de compreensão, “desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas informações e/ou avaliações acerca do referente” (KOCH, 2011, p. 83-84).

#### 4.1.3. *Estratégias de progressão referencial*

A construção das cadeias referenciais vem sendo objeto de muitos estudos na Linguística Textual, com avanços importantes na compreensão dos tipos de formas linguísticas empregadas, bem como de suas complexas funções no processo de textualização. Por meio delas, ocorrem os processos de categorização e recategorização que compõem a constituição dos objetos de discurso.

Koch (2011) organiza em três grupos as principais estratégias de progressão referencial: o uso de pronomes ou elipses; o uso de expressões nominais definidas e o uso de expressões nominais indefinidas. Em termos de estudo de processos de categorização e recategorização, destacamos aquelas estratégias que envolvem formais nominais, ou seja, “formas linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante (que pode ser um  $\emptyset$ ) seguido de um nome

(substantivo)” (KOCH, 2001, p. 75). A seleção do determinante, do nome e as diversas funções desempenhadas no encadeamento referencial são importantes fatores na compreensão desse fenômeno.

Quanto às funções, tais formas nominais são marcadas por seu caráter híbrido, já que podem se relacionar a aspectos cognitivos-discursivos, semântico-pragmáticos, argumentativos e textuais. Assim, ao remeterem a objetos de discurso já ativados, têm a função de trazê-los de novo à memória operacional, além de terem papel importante na organização textual, por meio da paragrafação cognitiva, assinalando introdução, mudanças e desvios de tópico. Contudo chamamos atenção para um outro importante papel desempenhado pelas formas nominais na progressão referencial: o argumentativo. Este ocorre seja por meio da seleção do nome-núcleo, seja de acréscimo de modificadores com carga semântica positiva ou negativa (KOCH, 2011, p. 90-106). Quanto a esse último aspecto, destacamos, seguindo Koch (2001), as descrições definidas, as anáforas indiretas e as nominalizações.

#### 4.1.3.1. Anáforas diretas: descrições definidas

As descrições definidas há muito têm papel importante no estudo da referência. De acordo com Koch, são as formas referenciais definidas têm as seguintes configurações possíveis:

Det. + Nome

Det. + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)

Det. {Artigo definido / Demonstrativo}

Modificador {Adjetivo / SP / Oração relativa} (KOCH, 2011, p.

87)

Dentre as propriedades que se podem atribuir aos objetos de discurso, tal estratégia seleciona aquelas que, num dado contexto, estão de acordo com seus projetos de dizer (KOCH, 2011, 2013). São fundamentais, portanto, no estudo das recategorizações. Por exemplo, mantendo-se a correferência, pode-se, ainda assim, apontar aspectos diferentes de um mesmo objeto, fazendo com que não haja, ao mesmo tempo, cossignificação. Como resultado, tem-se, muitas vezes, uma rica cadeia referencial, com modulações e matizes diversos, os quais, conjuntamente, compõem os objetos de discurso.

#### 4.1.3.2. Anáforas indiretas

Marcuschi define a anáfora indireta como “estratégia endofórica de ativação de referentes novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita” (MARCUSCHI, 2005, p. 53). O autor observa que a anáfora indireta pode ser constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente e a sua relação com o antecedente tem uma associação ou outro aspecto que a fundamenta cognitivamente ou discursivamente. Apesar de não haver correferencialidade, e de um objeto de discurso não ter sido ativado com antecedente, há uma relação de dependência interpretativa em relação a elementos textuais prévios (KOCH, 2011, p. 107).

Mesmo que o interesse pelo fenômeno seja mais recente, a ocorrência ao longo dos textos é bastante comum, compondo um aspecto fundamental da textualização, quanto à manutenção temática e à construção da coerência.

#### 4.1.3.3. Nominalizações

Apothéloz (1995) define a nominalização como operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou um estado que foi anteriormente significado por uma proposição. Enquanto operações, as nominalizações estabelecem como referente ou objeto de discurso um conjunto de informações que não tinha antes tal estatuto, retomando um processo que foi significado predicativamente. Aos elementos já presentes no texto, aos quais a nominalização faz referência, o autor chama informações suporte. Para Apothéloz, enquanto expressões anafóricas, as nominalizações comportam um nome que se chamará substantivo predicativo, no sentido de que é predicativo por seu significado, e não por ter se derivado de um morfema verbal. O autor observa ainda que as nominalizações podem manifestar fenômenos de derivação semântica, principalmente por metonímia, e elas nem sempre possuem congruência referencial quanto às informações suportes.

Como aponta Koch (2011), bem como outros, uma função textual própria das nominalizações é o encapsulamento ou sumarização, por meio da qual as informações suporte são sintetizadas em um substantivo predicativo tornando-se, então, objeto de discurso. Por encapsulamento, Conte (2015, p. 178) entende um “recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”, o que é principalmente comum em textos escritos. Esta autora ainda lembra que se trata de uma categorização de conteúdos do contexto, que ocorre por nomes tidos como neutros, bem como



por nomes avaliativos, aos quais ela chama “axiológicos”, o que torna a nominalização até mesmo um meio de manipulação dos leitores. Duas características dessas estratégias são destacadas por ela: os referentes não são indivíduos, mas entidades de ordem superior, como estados de coisas, situações, fatos, proposições, etc.; e o antecedente deve ser reconstruído pelo leitor, não estando claramente presente no texto.

#### **4.2. Progressão referencial entre textos**

Embora tradicionalmente o fenômeno da progressão referencial seja objeto de análises em textos considerados isoladamente, também é possível pensar em sua ocorrência entre textos diversos. Em dissertação sobre a cobertura midiática da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo sobre os eventos ocorridos em Paris em 2015 que viriam a ser conhecidos como “Atentados em Paris”, Menegaldo (2016) sustenta haver uma progressão referencial entre os textos publicados ao longo de um período no tempo, no âmbito de uma cobertura continuada, no sentido de que “a introdução de um objeto-de-discurso em um texto ocorre de maneira ancorada, ou seja, associada a textos anteriores” (MENEGALDO, 2016, p. 26). A seleção e retomada de itens lexicais específicos permitiria, nesse sentido, consolidar os objetos de discurso, por meio da repetição de elementos identificadores (como “ataques” e “terroristas”), em categorizações e recategorizações que manteriam as identidades referenciais. Assim, afirma Menegaldo, “a manutenção discursiva caracteriza-se como um recurso textual-discursivo, por meio do qual a identidade referencial é construída e mantida” (IDEM, p. 125). Com tal manutenção, consolida-se também um modo de compreender os assuntos abordados.

Assim, destacamos alguns elementos da proposta referente ao fenômeno da progressão referencial entre textos:

- a) a introdução de um objeto de discurso é ancorada em textos anteriores;
- b) categorizações e recategorizações mantêm a identidade referencial dos objetos de discurso;
- c) tal identidade referencial resulta na consolidação de uma forma de compreender os objetos de discurso.

Conforme veremos, as análises empreendidas neste trabalho procuram aplicar o conceito de progressão referencial entre textos, considerando a introdução de objetos de discurso ancorada em textos anteriores, mas problematizando a questão da identidade referencial, tendo em vista a possibilidade de haver mudanças de escopo em objetos de discurso,

bem como a de consolidação de uma forma de compreendê-los, já que, ao longo do tempo, o mesmo ator social pareceu ajustar e calibrar os elementos de construção dos objetos de acordo com formulações distintas do contexto social.

### **4. 3. Outros processos e estratégias**

Embora esta dissertação se concentre na identificação e análise qualitativa das cadeias referenciais dos textos em questão, é preciso considerar outros importantes processos e estratégias concernentes à referenciação como um todo. Com base especialmente em Koch (2011), trataremos a seguir da progressão textual e dos articuladores textuais.

#### *4.3.1. A progressão textual*

Segundo Koch (2011, p. 121), a progressão textual ou sequenciação “diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático discursivas, à medida que se faz o texto progredir”. Tais procedimentos dizem respeito à relação com interdependência das partes do texto, a qual é garantida pelos sequenciadores e pelo encadeamento tópico.

Um dos principais recursos da progressão textual é a recorrência, que ocorre em várias formas: de itens lexicais, com acréscimo de sentido a enunciado; por meio de paralelismo, com a repetição de estruturas sintáticas, preenchidas com itens lexicais diferentes; por paráfrase, com o mesmo conteúdo semântico sendo apresentado sob formas estruturais diferentes (expressões introdutoras, como isto é, ou seja, quer dizer, etc); de recursos fonológicos, por meio de alguma invariante fonológica, como metro, ritmo, rima, assonâncias ou aliterações; e de tempo verbal, graças à qual pode-se, por exemplo, identificar o texto como comentário ou relato.

Outro recurso é a progressão temática, referente a articulações do tipo tema-rema, em que se estabelecem relações entre informação temática (em geral, dada) e remática (em geral, nova). Há diversos tipos de progressão temática, e geralmente ocorrem mais de um num mesmo texto. Pode haver, por exemplo, por meio de tema constante, com progressão linear, por subdivisão de um hipertema, por subdivisão do rema ou por salto temático.

Outro processo essencial de referenciação é a progressão ou continuidade tópica, a qual diz respeito aos segmentos tópicos que compõem o texto e que são relacionados direta ou indiretamente ao tópico discursivo. Marcuschi (2008) comenta, quanto às relações entre

progressão referencial e progressão tópica, que se trata de processos codeterminados, havendo dependência, mas não biunivocidade entre eles.

As principais características dos tópicos são centração e a organicidade. A primeira envolve a concernência (interdependência semântica entre enunciados), a relevância (proeminência de conjunto de referentes em virtude de posição focal) e a pontualização ou delimitabilidade (possibilidade de localização de conjunto tido como focal por marcas linguístico-discursivas). Já a organicidade diz respeito à natureza das relações entre tópicos e relações hierárquicas entre tópicos menos e mais abrangentes

A continuidade tópica apresenta-se como condição para o texto ser considerado coerente, e a topicalidade é um princípio organizador do discurso. Atua no mesmo sentido que a continuidade referencial (a qual não permite que estes sejam arquivados na memória de longo prazo, e sim sejam mantidos em estado de ativação) e a continuidade temática (emprego de termos de um mesmo campo semântico/lexical que mantém ativado frame).

#### 4.3.2. *Articuladores Textuais*

Articuladores textuais ou operadores de discurso estabelecem o encadeamento de segmentos textuais de qualquer extensão, com funções lógico-semânticas, funções enunciativas ou discursivo-argumentativas. Podem ser de conteúdo proposicional, que marcam relações espaciais, temporais e lógico semânticas; enunciativos ou discursivos-argumentativos, que estabelecem relações como contrajunção, justificativa, explicação, generalização, disjunção argumentativa, especificação, comprovação, entre outras; e meta-enunciativos, que comentam a própria enunciação: delimitadores de domínio, organizadores textuais, modalizadores epistêmicos, atitudinais ou afetivos, axiológicos, de caráter deôntico, atenuadores e metaformativos.

Descrições definidas, anáforas indiretas e nominalizações estão entre as estratégias recategorizadoras mais importantes nas análises textuais que faremos. Ao mesmo tempo, cumprindo funções textuais e argumentativas, tais formas ajudam a acompanhar as nuances de construção de sentido por meio das quais são constituídos os objetos de discurso e, de forma mais ampla, os projetos de dizer dos atores sociais. Some-se a isso a possibilidade de observar a evolução de objetos de discurso ao longo de uma sequência de textos, por meio da possibilidade de análise da progressão referencial entre os textos. Tais processos, no estabelecimento dinâmico dos objetos de discurso, complementam outros procedimentos, como a progressão textual e os articuladores textuais.

Observando o tecido textual por meio dessas espécies de nós de significações, podemos entender de que forma as partes dos textos relacionam-se no plano cotextual, bem como de que forma compõem a relação dos textos com o próprio tecido social, articulando-o a contextos situacionais, a campos sociais e ao quadro social mais amplo nos quais os textos foram produzidos e circularam. A próxima seção dedica-se a explicitar a forma como esse último aspecto será observado.

## 5. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentaremos, em primeiro lugar, justificativas para a escolha dos nossos objetos de análise e, em seguida, os procedimentos analíticos adotados.

### 5.1. Seleção dos objetos de análise

#### 5.1.1. Seleção do período

Quanto ao recorte temporal, adotaremos aqui a classificação proposta por Singer (2013) para os momentos diversos das manifestações, que ele divide em três períodos. O primeiro, que engloba as mobilizações de 6, 10, 11 e 13 de junho, foi praticamente circunscrito à cidade de São Paulo e fortemente marcado pela atuação do Movimento Passe Livre (MPL), com características de ação autonomista e uma bandeira específica: a revogação do aumento de passagens de transporte público que entrara em vigor naquele ano.

A segunda etapa, composta pelas manifestações diárias de 17 a 20 de junho, vai da reação à repressão policial sofrida pelos manifestantes, passa a envolver um quadro muito mais heterogêneo de atores, estratégias e pautas de mobilização (entram em cena a saúde e educação “padrão FIFA”, o caráter oposicionista e as bandeiras anticorrupção, notadamente), além de praticamente se nacionalizar, culminando na maior das manifestações, no último dia do período indicado. A terceira, que envolve manifestações diluídas entre o dia 21 e o fim daquele mês, teria como característica a divisão em ocorrências com pautas específicas (redução de pedágios e contra o programa Mais Médicos, por exemplo).

Tendo em vista o caráter decisivo desses momentos, analisaremos, inicialmente, cinco editoriais da Folha de S. Paulo, publicados de 13 a 23 de junho de 2013, compreendendo a primeira e a segunda etapas de junho de 2013. Pensamos que, neste momento, houve uma certa instabilidade na forma como atores sociais construíram os objetos de discurso concernentes aos eventos políticos do período, já que houve uma notável sequência algo inesperada de acontecimentos, de proporções e sentidos então (ou quiçá até hoje) bastante disputáveis socialmente. É com base nessa leitura que o primeiro e o segundo períodos das manifestações nos parecem especialmente interessantes do ponto de vista das análises de cadeias referenciais, indicando o surgimento do tema na cobertura e nos editoriais da Folha de S. Paulo, bem como mudanças na forma como a instituição se posicionava em relação aos eventos em curso.

### 5.1.2. *Escolha e constituição do Corpus: textos de tomada de posição*

Já a opção pela análise dos editoriais se dá por este ser o gênero jornalístico mais prototipicamente ligado à tomada de posição. Na sua classificação dos gêneros dos discursos de informação, Charaudeau (2013) classifica o editorial como sendo o gênero jornalístico de maior engajamento das instâncias internas do veículo, entendendo como engajamento as manifestações de opinião própria ou apreciações próprias pelo autor do texto. Além disso, o autor define a finalidade do editorial como sendo de “trazer ponto de vista suscetível de esclarecer tanto os acontecimentos mais importantes da atualidade” (CHARAUDEAU, 2013, p. 235). No caso da Folha de S. Paulo, os textos não são assinados, reforçando a concepção de que o editorial deve refletir a posição do próprio veículo sobre os temas tratados. Pensamos, portanto, que se trata de um gênero adequado para a análise de orientações argumentativas e de suas relações com o ator social responsável por sua produção.

Evidentemente, isso não implica que tomadas de posição não ocorram no âmbito de entrevistas ou reportagens, por exemplo. Se partirmos dos pressupostos de que a referenciação é, entre outros aspectos, o processo de construção dos objetos de discurso, e que esses são produzidos tendo em vista as posições e valores sociais de indivíduos e grupos, acreditamos que há também estratégias de referenciação correlacionáveis a valores de campo nesses casos. Contudo, o fato de a tomada de posição parecer constituir como a própria razão de ser dos editoriais nos parece um bom motivo para a escolha de textos desse gênero como nossos objetos de análise.

Devemos, além disso, levar em conta outras características importantes desse gênero jornalístico. Bentes (1992), a partir da análise de editoriais de grandes jornais brasileiros no período das eleições presidenciais de 1989, apresenta características desse gênero textual com base em uma análise discursiva. Em primeiro lugar, é importante considerar algumas das condições de enunciação dos editoriais. Como em outros gêneros típicos do campo jornalísticos, editoriais se relacionam com a eclosão e a evolução de acontecimentos, ou seja, de referenciais externos à instituição. Diferentemente do que ocorre com outros gêneros jornalísticos, existem peculiaridades aqui quanto às relações e papéis institucionais que entram em jogo. Ainda que algum nível de papel institucional esteja presente em toda a produção jornalística, nos editoriais, o enunciador não fala por si, e sim toma papel de cumprir uma função institucional, com a função prática de conquistar a adesão de um conjunto de leitores às suas teses. Além disso, a produção dos textos, nesse caso, ocorre de maneira especial em função de

relações de dominação no interior da instituição jornalística (por exemplo, entre diretores e editoriais), bem como de uma relação de dominação do próprio jornal quanto a seus leitores.

Outro elemento importante dos editoriais, segundo a análise de Bentes, diz respeito à legitimação do jornal. É comum que, nesses textos, haja uma legitimação explícita da própria fala, com paráfrases dos manuais de redação da empresa, quando houver, além de uma legitimação implícita, por meio de elementos diversos que reforçam a autoridade da publicação. Isso ocorre, por exemplo, pela presença de opiniões normativas ou de caráter moral (que reafirmam noções difusas), bem como da postulação de uma “racionalidade”, com recursos como o uso de dados e citações de pessoas com prestígio social. A autora identifica dois elementos fundamentais na construção discursiva dos editoriais: a crítica genérica, que se refere a todos ou a grandes grupos, com função de reafirmar uma imagem desejada de isenção e objetividade; e a crítica específica, que desautoriza a fala de outros.

Ao longo de nossa leitura, percebemos que, na prática linguística, tais características muitas vezes se fazem presentes, de forma que entendemos ser importante relacionar a valores do campo jornalístico e do campo político.

## 5.2. Procedimentos analíticos

Na análise dos textos selecionados, partimos de levantamentos de ocorrências de cadeias referenciais e verificamos também outros processos de referenciação. Cada texto foi analisado a partir das categorias linguísticas abordadas no capítulo sobre referenciação e especialmente em Marcuschi & Koch (2002). Procuramos identificar os elementos que tivessem função de ativar o objeto de discurso ou servir de âncora a um objeto ativado posteriormente. Além disso, identificamos os diversos tipos de estratégias de referenciação empregados, classificadas ao tipo de relação com o referente ou objeto de discurso (se há ou não recategorização).

A partir desse levantamento, selecionamos as cadeias referenciais mais relevantes para nossa análise, de acordo com os objetivos do trabalho, considerando cada texto, bem como o conjunto deles. Considerando os resultados, apresentamos as cadeias identificadas e selecionadas em gráficos correspondentes a cada texto individual, com as classificações do tipo de ocorrências.

Para analisar e comparar cadeias referenciais relevantes para nosso empreendimento, postulamos três grupos de cadeias referenciais a serem verificadas em todos os textos, e às quais nomeamos **as manifestações, o poder público e a violência**. Isso nos permitiu verificar a

hipótese de progressão referencial entre textos, que comentaremos ao fim das análises individuais. Além desses grupos de cadeias referenciais em comum, contudo, não deixamos de analisar cadeias próprias de cada texto, com o objetivo de acentuar as estratégias presentes em cada um deles, bem como sua vinculação à leitura de contexto feita em cada momento pelo editoralista, a qual relacionamos a valores dos campos jornalístico e político.

No recorte que fizemos das cadeias referenciais entre os textos, não nos ativemos, naturalmente, ao critério da correferencialidade, embora fosse possível isolar alguns objetos de discurso (como o Movimento Passe Livre) que ocorrem em todos os textos. Em vez disso, organizamos conjuntos de cadeias referenciais em três grandes grupos, os quais, de certa forma, relacionam-se com as cadeias sobretudo via relações de natureza parte-todo. Assim, por um lado discriminaremos o Movimento Passe Livre uma sequência própria de cadeias referenciais, e, por outro, relacionamos tais cadeias a outras duas relacionadas aos manifestantes em geral, que denominamos “manifestantes legítimos” e “manifestantes ilegítimos”. De forma análoga, cadeias referenciais próprias à prefeitura e ao governo federal, por exemplo, são discriminadas, porém mantendo-se agrupadas junto aos poderes públicos. Assim, podemos perceber relações como a presença ou ausência de determinados atores em cada texto, ou a presença de atores em todos os textos, mas com recategorizações significativas.

A partir de tais levantamentos, promovemos uma análise qualitativa dos dados, tendo em vista os pressupostos teóricos dos quais partimos, os objetivos da pesquisa e a reconstituição geral e particular dos contextos de enunciação. Procuraremos observar a correlação entre estratégias de referenciação e valores dos campos jornalístico e político. Destacamos a seguir os principais valores considerados:

Tabela 1 – Valores dos campos jornalístico e político

<b>Valores de campo</b>	
<b>Jornalístico</b>	<b>Político</b>
afirmação de objetividade	avaliação de profissionais por profanos
valorização do furo	tempo livre
independência	instrução
coerência com a reputação do jornal	domínio de formas de falar
disputa com outras empresas	direito constitucional
preceitos éticos	expressão de interesses como sendo dos cidadãos



apartidarismo	interpretações fundamentadas e objetivas
sanção do mercado	
plebiscito do público	
audiência/vendagem	

Tais valores correspondem à apresentação dos campos jornalístico e político presente em capítulo anterior. Entendemos que não devemos tomá-los como algo estanque ou a priori, mas que se trata de importantes orientações de leitura, tendo em vista nossos pressupostos e os objetivos deste estudo. Embora esse tipo de apresentação possa dar lugar a abordagens que reduzam o texto a elementos do contexto social, buscamos considerá-los não como causas determinantes de escolhas subjetivas de indivíduos abstratos e a-históricos, e sim como parâmetros de um agir comunicativo incorporados nos atores sociais e históricos desses campos, constituintes da sua visão de mundo, e que deixam marcas em sua produção discursiva, em suas operações de contextualização, em seus posicionamentos e reposicionamentos, tendo em vista uma realidade social marcada por disputas internas e externas de prestígio e poder simbólico.

## 6. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos a análise dos textos selecionados, conforme a abordagem apresentada, e tendo em vista a contextualização feita em capítulo anterior. A seguir, apresentaremos os levantamentos das cadeias referenciais que ocorrem entre os textos, seguidos das respectivas análises. Nos segmentos de texto apresentados, as formas referenciais selecionadas para análise estão em negrito e, quando julgamos necessário, os elementos de referência ou referentes textuais dessas formas estão sublinhados.

### 6.1. Análise de cadeias referenciais nos textos

#### 6.1.1. Análise de cadeias referenciais no Texto 1

O primeiro dos textos analisados é o editorial publicado pela Folha de S. Paulo em 13 de junho e que tem como tópico principal a manifestação contra o aumento das tarifas de transporte público ocorrida dois dias antes, o qual já era o terceiro ato dessa natureza convocado pelo Movimento Passe Livre. Trata-se, portanto, de texto pertencente ao que, na proposta de Singer, corresponde à primeira fase das manifestações de junho de 2013: de caráter restrito à cidade de São Paulo, mobilizado pelo MPL e com a pauta específica da revogação do aumento. Analisaremos as cadeias referenciais que estabelecem a construção, no texto, de quatro objetos de discurso: **Movimento Passe Livre**, **a violência dos manifestantes**, **a proposta da gratuidade do transporte público** e, por fim, **o Poder Público**.

##### 6.1.1.1. Movimento Passe Livre

Ativado no parágrafo inicial como principal responsável pelo protesto, o objeto de discurso “Movimento Passe Livre” é construído, ao longo do texto, por uma cadeia referencial da qual destacamos os seguintes excertos:

(1) Pior que isso, só o declarado objetivo central **do grupelho**.

(2) **Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes** justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação.

(3) Cientes de sua condição marginal e sectária, **os militantes** lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade.

No caso de (1), a descrição definida empregada indica um esforço de deslegitimação no interior do campo político por marcar, nos parece, dois aspectos. Em primeiro lugar, indica um não reconhecimento de pertença legítima ao campo político, o que está marcado principalmente no sufixo, de valor depreciativo. Para efeito de comparação, caso a proposta do passe livre (o objetivo central) fosse feita por um partido político de esquerda com representação parlamentar, parece inverossímil que o jornal empregasse tal forma, que indica tanto um diminutivo quanto insignificância simbólica. Sendo assim, o MPL é indicado não como profissional reconhecido, mas como profano, desqualificação que também se contagiaria para a sua proposta, em relação à qual o jornal não abandonará uma clara oposição. Em segundo lugar, ainda que de forma menos clara, talvez seja possível relacionar a forma nominal a um contraste com outro fator de legitimação do campo político: a representação de interesses dos cidadãos em geral. No contexto, “grupelho” reforça que se trata da defesa de grupos em detrimento do interesse público, já que o MPL estará associado, ainda, a “condição marginal e sectária” e “oportunismo corporativista”, como se vê em (3).

Em (2), temos o núcleo nominal acompanhado de dois modificadores, um adjetivo anteposto e uma oração relativa. Interpretamos essa ocorrência como de anáfora indireta por que não há relação de correferencialidade, e sim uma relação parte/todo, já que se trata de destacar uma parte do grupo mais amplo. Nesse caso, reforça-se a não legitimidade do MPL enquanto ator político, mais uma vez enfatizando que não se trata de profissionais do campo, mas agora enfatizando a falta de conhecimentos necessários, já que o capital próprio da política envolve apresentação de visões de mundo tidas como fundamentadas e objetivas. Isso ocorre em dois níveis. Primeiro, fala-se de uma maioria que sequer possui conhecimentos para justificar as estratégias tomadas, já que a predicação “possuem algo na cabeça além de capuzes” se refere apenas a poucos. Segundo, considerando a sequência da frase, há também uma desqualificação da posição tomada por aqueles que possuem algum conhecimento, por meio da desqualificação dos argumentos antecipados (“a suposta violência da polícia”).

Por fim, em (3), vemos uma argumentação um pouco menos marcada, mas ainda assim presente, no sentido de indicar uma oposição ao interesse da população em geral. A forma nominal “militantes”, embora não necessariamente depreciativa, vem se relacionando mais a grupos que defendem pautas mais radicais ou específicas. No contexto, isso se reforça pela já mencionada relação a interesses sectários e corporativistas, além da conhecida ênfase nos efeitos prejudiciais para o trânsito causados por manifestações políticas em horário comercial. A isso somam-se as expressões “sua condição marginal e sectária” e “oportunismo

corporativista”, as quais salientam, respectivamente, a falta de representatividade e de defesa de interesse público, o que desqualificaria o grupo em termos de capital simbólico na política.

Assim, vemos, na sequência de expressões nominais recategorizadoras, passos importantes na construção de uma determinada seleção de características do MPL, que redundam num esforço, por parte do editorial, de mostrar que não se tratava ali de um ator político legítimo, seja por não ter o cacife necessário a um grupo profissional, seja por não representar interesses mais amplos da sociedade.

#### 6.1.1.2. *Violência dos manifestantes*

Podemos distinguir, ao longo do texto, uma outra cadeia referencial, ativada também desde o primeiro parágrafo, que diz respeito especificamente a ações que teriam sido tomadas pelos manifestantes ao longo dos protestos. Embora componham, sem dúvida, a construção da forma como o texto categoriza o MPL, parece-nos que esses dispositivos merecem uma análise à parte. Destacamos os seguintes trechos.

(4) Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam **a violência** como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação.

(5) No que toca **ao vandalismo**, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis.

Uma série de elementos anteriormente apresentados no texto (como as menções a pessoas feridas e danos a ônibus e vidros de agências bancárias) é encapsulado na expressão nominal presente em (4). A ênfase no emprego da violência desqualifica a ação, no campo político, no sentido de que se trata de um recurso oposto à linguagem e ao comportamento tidos como legítimos no campo para a apresentação de propostas e a resolução de conflitos, ou seja, uma participação regrada num debate tido como racional e fundamentado. Embora tal leitura pareça óbvia, parece-nos importante cotejar essa nominalização a outras possíveis e que ocorrem em textos jornalísticos cujo tópico é a violência cometida pela polícia em protestos políticos. Não é raro, por exemplo, que ocorra uma forma como “o conflito”, o que categoriza de outra maneira o fenômeno. Acentuar que se trata de uma violência, portanto, é marcar que, nesse caso, não há justificativa, marcando, no contexto, um caráter de certa forma gratuito nos atos. Ao mesmo tempo, cabe notar a forma como o jornal categoriza a repressão policial, como

“à suposta brutalidade da polícia”, o que, senão legitima a violência policial, no mínimo desqualifica possíveis protestos contra a repressão.

Quanto a (5), não é simples definir o papel da expressão nominal definida “o vandalismo” nas cadeias referenciais do texto. Por um lado, poderíamos tomá-lo como nominalização deverbal clássica do trecho “O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista [grifo nosso]”. Contudo a distância entre os termos e o fato de que essa nominalização também pode abarcar outros segmentos proposicionais, desde a frase inicial, parece autorizar a interpretação de que temos aí um processo mais complexo, que abarca e rotula todo um conjunto de elementos textuais prévios, inclusive o trecho destacado acima. Outro elemento que parece autorizar essa interpretação é o fato de a expressão ocorrer no último parágrafo do texto, o que, no plano composicional do gênero, pode ter função de retomar e abarcar todo o percurso argumentativo. Vemos aí, portanto, algo que dá sequência ao procedimento presente em (4).

De toda maneira, a seleção da forma nominal “vandalismo” tem forte peso argumentativo. Por um lado, reforça o caráter não legítimo dos meios empregados, em desacordo com os valores do campo político, conforme comentamos em relação a (4). Por outro, especificamente constrói uma separação entre formas legítimas e ilegítimas de violência, pois a ocorrência se dá numa construção que, retomando diversos dados apresentados no texto, é posta em oposição a uma forma legítima de violência, a “força da lei”, conforme comentaremos com mais detalhe abaixo. “Vandalismo” parece marcar, nesse tipo de contexto, justamente a violência sem justificativa política possível e, portanto, que pode ser objeto de repressão por parte da violência exercida pelo Estado tida como legítima.

Dessa forma, as formas como as ações dos manifestantes são categorizadas e recategorizadas indicam um reforço da tentativa de deslegitimar o protesto, que se soma à desqualificação do grupo responsável pelo protesto. Não há espaço, no campo político legítimo, para ações violentas de vandalismo.

#### 6.1.1.3. *Passé Livre*

Um outro elemento importante da forma como o jornal constrói o objeto de discurso das manifestações nesse primeiro momento são as referências à pauta central do Movimento Passé Livre, que lhe dá seu nome. Nos protestos, o grupo tinha como principal pauta a revogação do aumento das tarifas, porém sem deixar de lado seu objeto central. No trecho seguinte, há diversos elementos que nos parecem significativos para nossa análise.

(6) Pior que isso, só o **declarado objetivo central do grupelho (I)**: transporte público de graça (II). O irrealismo **da bandeira (III)** já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista.

De forma geral, percebe-se um esforço de deslegitimação, alinhado aos já analisados, no sentido de caracterizar o passe livre como proposta não fundamentada nem objetiva, ou seja, irrealista. Quanto às estratégias de progressão referencial, temos (I) e (III) como formas nominais que se remetem a (II), de forma, respectivamente, catafórica e anafórica. Destacamos, aqui, o valor argumentativo específico do primeiro modificador do nome em (I), o adjetivo “declarado”. Conforme se vê na sequência, ele se relaciona também com a “intenção oculta” apresentada pelo jornal. O mero fato, contudo, de haver uma suspeição quanto ao que diz o grupo e ao que ele de fato defende já nos parece indicativo de uma nova forma de deslegitimação quanto ao campo político. Afinal, a participação neste pressupõe objetividade na apresentação de propostas, sendo a existência de uma “agenda oculta” costumeiramente um motivo de suspeição e descrédito.

A forma como a bandeira da gratuidade ampla do transporte público é apresentada, portanto, contribui para o projeto de dizer do editorial, de desqualificação e condenação do protesto e de seus atores principais.

#### 6.1.1.4. *Poder Público*

Uma última cadeia referencial que julgamos importante para a análise é aquela relativa ao poder público. Destacamos o seguinte trecho:

(7) No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: **a força da lei (I)**. Cumprir investigar, identificar e processar os responsáveis (II). Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

A expressão nominal “a força da lei”, em (I) não deixa de estar ancorada na referência ampla ao poder público e também aos órgãos envolvidos, especialmente a Prefeitura (inclusive a Companhia de Engenharia de Trânsito) e a Polícia Militar, órgão do Governo Estadual. Na verdade, se tomarmos (II) como anáfora indireta de (I), parece mesmo haver uma referência mais forte ao órgão policial, que, aliás, já se mostra *a priori* mais associável à expressão.

Complementando a análise que apresentamos da função argumentativa da expressão “ao vandalismo”, vemos aí uma evidência de legitimação do emprego da força, já que os traços semânticos selecionados opõem, justamente, o que haveria de não legítimo politicamente na

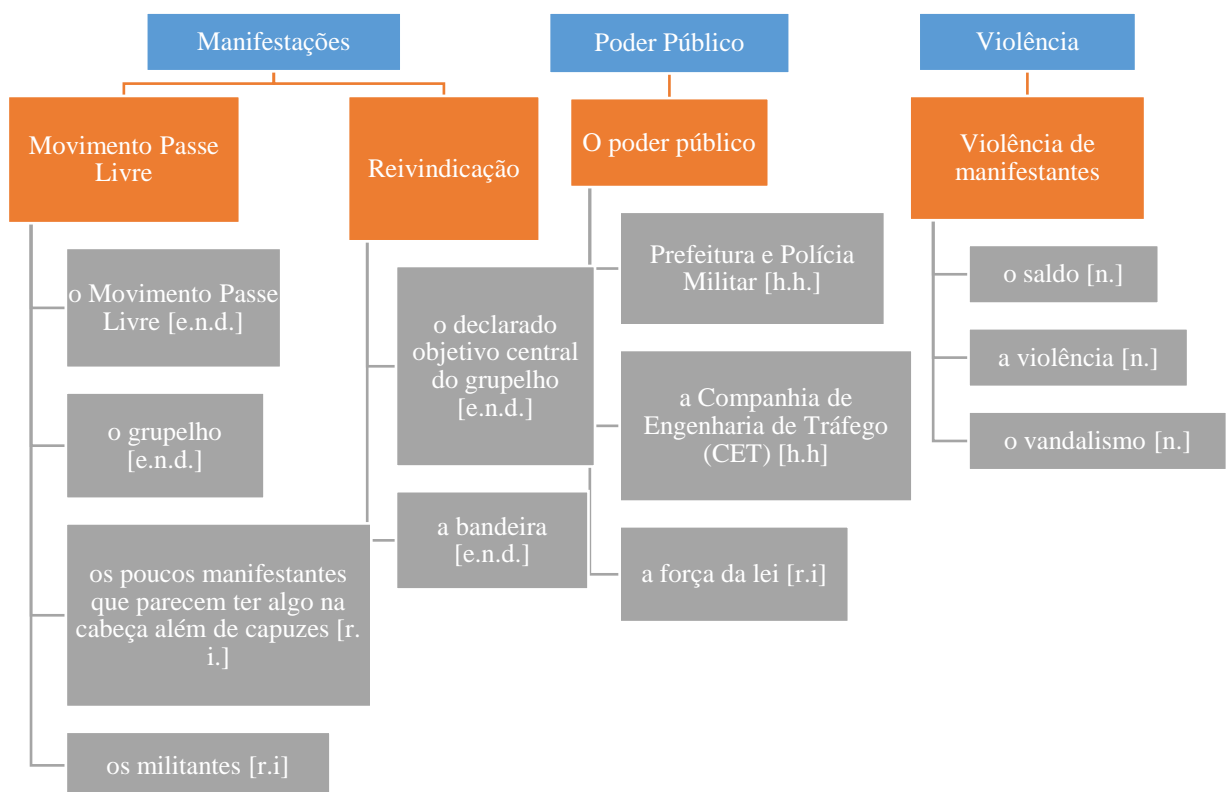
violência dos manifestantes ao que haveria de legítimo na violência que poderia ser utilizada como recurso pelo Estado. Tal leitura, nos parece, é reforçada por outro elemento presente na mesma edição do jornal: o destaque de capa dado a um policial militar que foi ferido e teria sido cercado e ameaçado por manifestantes, e, ainda assim, recusou-se a utilizar sua arma de fogo.

Ao contrário da violência dos manifestantes, a da polícia teria, potencialmente, justificativas e o respaldo da legalidade, o que a credencia como legítima no campo político, segundo a construção da Folha de S. Paulo nesse primeiro editorial analisado.

#### 6.1.1.5. Conclusões parciais a respeito do Texto 1

O levantamento das cadeias referenciais analisadas é apresentado na Figura 1:

FIGURA 1 – Cadeias referenciais no Texto 1



Fonte: Elaborada pelo próprio autor

e. n. d. – Expressão Nominal Definida

r. i. – Relações Indiretas

h. h. – Hiponímia / Hiperonímia

n. – Nominalização

Tomadas em conjunto, as cadeias referenciais destacadas contribuem para um projeto de dizer que busca deslegitimar as manifestações naquele seu primeiro momento. As estratégias analisadas relacionam-se a valores do campo político cuja ausência torna os atores e pautas apresentadas como não legítimas: o caráter profissional dos atores e as propostas justificadas e objetivas, por exemplo. Em paralelo, há um esforço por legitimar a ordem pública potencialmente ameaçada, inclusive com certa autorização para o emprego de meios violentos.

Além disso, podemos ver, quanto à tomada de posição no campo jornalístico, a busca do jornal do plebiscito favorável de seus leitores, já que suas posições, desde o trânsito desimpedido, passando pela defesa do patrimônio, e chegando ao controle de qualidade das pautas políticas, são apresentadas como tendo em vista interesses gerais, por meio de linguagem tida como objetiva. Percebe-se, inclusive, certo conforto da publicação na posição de detentora do poder de legitimação social na política, como se vê no emprego de articuladores metadiscursivos que indicam uma posição de autoridade (“**É hora de pôr um ponto final nisso**”; (“**Cumpre** investigar, identificar e processar os responsáveis”).

Assim, há de fato indícios, a partir da análise qualicorrelação entre a progressão referencial por formas nominais e valores de campo.

#### 6.1.2. *Análise de cadeias referenciais no Texto 2*

Publicado em 15 de junho, o Texto 2 tem como tópico principal o quarto protesto do Movimento Passe Livre pela revogação do aumento das tarifas de transporte, ocorrido dois dias antes, ou seja, no mesmo dia da publicação do Texto 1. Assim como no caso da manifestação de que falava o editorial anterior, a do dia 13 ainda se agrupa na primeira fase dos protestos, de acordo com a proposta de Singer. Pode-se dizer que esse evento, ou a reação a ele, foi um ponto de inflexão importante para a segunda fase dos protestos. Nesse dia, houve forte repressão policial, a qual, desta vez, atingiu até mesmo repórteres da própria Folha de S. Paulo. Se o Texto 1 concentra-se em marcar oposição ao Movimento Passe Livre e legitimar reações da Polícia Militar, o Texto 2, conforme veremos, parece ter como principal objeto posicionar-se contra a forma como a violência policial se deu naquele dia. Em nossa análise, consideramos importante assinalar a intertextualidade implícita presente em relação ao Texto 1, bem como a críticas feitas a este, que o associavam ao aumento da repressão policial<sup>24</sup>. Pensamos que, tendo em vista o

---

<sup>24</sup> Em 14 de junho, por exemplo, o Blog “Vi o mundo” publicou artigo nesse sentido, intitulado “Editoriais de Estadão e Folha pediram violência da PM”. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/lino-bocchini-editoriais-do-estadao-e-da-folha-incitaram-a-violencia-da-pm.html>. Acessado em 13 jul 2018.



campo jornalístico, a empresa preocupava-se em manter coerência com a sua reputação (ou que sustentava ser a sua reputação), passando a negociar, tendo em vista os eventos ocorridos, no sentido de que não houvesse sanção do mercado ou do plebiscito dos leitores que a deslegitimasse enquanto veículo jornalístico. Embora não haja menção explícita ao editorial anterior, pensamos que esse era um importante elemento emergente no posicionamento tomado pelo jornal quanto à manifestação do dia 13. Nesse sentido, é interessante notar que a edição do dia 13 de junho trazia também resultado de uma pesquisa do Instituto Datafolha segundo a qual 55% dos paulistanos apoiavam as manifestações organizadas pelo MPL, e 78% consideravam que eram mais violentos do que o necessário. Embora não seja simples esta correlação causal, este levantamento e pesquisas seguintes parecem caminhar ao lado do reposicionamento do jornal quanto aos eventos de junho, no sentido de alinhar-se à opinião da maioria.

Selecionamos para analisar quatro cadeias referenciais, relacionadas à construção de objetos de discurso que chamamos de **Movimento Passe Livre, Polícia Militar, ação da Polícia Militar** e, por fim, **não manifestantes**.

#### 6.1.2.1. *Movimento Passe Livre*

A ativação, nesse caso, ocorre no segundo parágrafo do edital, no qual o jornal deixa claro manter a condenação ao movimento, às manifestações e à pauta central, em termos semelhantes àqueles presentes no Texto 1. O grupo é associado à tentativa de paralisação da cidade, à depredação de equipamentos públicos e a ter uma reivindicação central “irreal”. No sexto parágrafo, consideramos haver uma anáfora indireta com valor argumentativo, que merece ser comentada:

(8) Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas por alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado **do radicalismo sectário** que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas.

No caso da expressão em destaque, pensamos ver um caso de anáfora indireta, que remete às atitudes e à pauta central do Movimento Passe Livre. Seguindo essa interpretação, a introdução de um novo objeto de discurso aparece aqui ancorada em elementos anteriormente ativados, o nome do movimento social e as menções à irrealidade da sua proposta e ao caráter condenável das suas manifestações, no que diz respeito à ordem pública.

O trecho menciona que “o radicalismo sectário” teria se impregnado nas manifestações, as quais, até esse dia, tinham a liderança clara do MPL. Além disso, como vimos na análise do

texto anterior, o posicionamento da Folha de S. Paulo quanto à pauta central do grupo, o Passe Livre ou tarifa zero, é claramente de oposição, já que, no editorial do dia 13 de junho, há um claro esforço de deslegitimação do grupo e dessa reivindicação central. O nome selecionado, “radicalismo”, tem viés de deslegitimação e é relacionável, principalmente, à valorização de interpretações de mundo tidas como fundamentadas e objetivas. O modificador “sectário”, por sua vez, reforça a não legitimidade das pautas e estratégias do grupo, no sentido de que elas não expressariam interesses como sendo dos cidadãos em geral, e sim de uma pequena minoria. Trata-se, por tanto, de reencenamento das categorias já empregadas no Texto 1.

#### 6.1.2.2. *Ação da Polícia Militar*

Destacamos, nesse caso, uma série de nominalizações correlacionadas ao longo do texto. Por isso, não temos propriamente antecedentes claros, mas podemos dizer que um primeiro elemento de ancoragem ocorre já no primeiro parágrafo, na predicação “protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir”. Além disso, especialmente no terceiro e no quarto parágrafos, são especificadas as ações de violência contra manifestantes, jornalistas e transeuntes. Ao longo do texto, destacamos uma série de nominalizações que, nos parece, têm importante função argumentativa, contribuindo para a intenção de deslegitimar tais ações da polícia.

(9) Sete repórteres da Folha terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à **violência indiscriminada da polícia**.

(10) **As arbitrariedades cometidas pela polícia no quarto protesto** não poderiam contrastar de modo mais nítido com a exemplar disciplina exibida pelo PM Wanderlei Vignoli, na terceira manifestação.

(11) Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica **o emprego de meios excessivos pela polícia**.

Em (9), (10) e (11), uma série de nominalizações têm, claramente, função de encapsulamento, resumindo sequências anteriores do texto, bem como função argumentativa, por meio da forma como ocorrem as categorizações dos eventos. Em (9), é interessante a seleção do modificador “indiscriminada”, que cria o pressuposto de que o problema dos atos violentos foi não terem sido efetuados de acordo com os critérios corretos. Isso, por um lado, parece se relacionar com uma reafirmação de que supostos abusos de manifestantes devem sim sofrer resposta da “força da lei”, e, por outro, deslegitima os atos daquele dia, no sentido de que

não respeitam os direitos constitucionais cujo conhecimento legitima as ações no campo político. Na mesma direção podem ser lidos (10) e (11): “arbitrariedades” remete justamente a um poder que é exercido fora dos limites da lei (o que é uma forma de dizer que, dentro desses limites, ele é legítimo), assim como “meios excessivos”.

Tudo se passa como se a violência policial a ser considerada ilegítima no campo político seja a que, episodicamente, se deu naquele evento. Tal posicionamento pode ser contrastado com outros conhecimentos de mundo relacionados às ações da Polícia Militar de São Paulo. Interessante mencionar que, por conta dos eventos de junho de 2013, o Estado de São Paulo foi condenado, em primeira instância, a pagar R\$ 8 milhões por danos morais coletivos em nome de um fundo de proteção a direitos difusos, tendo em vista o desrespeito a direitos dos cidadãos que ocorreram naquele momento, especialmente o direito de reunião e o de livre expressão<sup>25</sup>. Contudo, a ação da Defensoria Pública que resultou na sentença já mencionava abusos relatados contra o próprio Movimento Passe Livre desde manifestações de 2011<sup>26</sup>, para não mencionar frequentes questionamentos quanto ao respeito a direitos humanos por parte da instituição, seja cotidianamente, seja em eventos históricos, como o massacre do Carandiru.

Algo de certa forma distinto ocorre em (12):

(12) Não é só por solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço, **as agressões sofridas por repórteres desta Folha --e de outros órgãos de imprensa.**

Nesse caso, não temos uma referência ampla à ação da Polícia Militar, mas sim uma retomada de conteúdos proposicionais presentes no parágrafo anterior, “Sete repórteres da Folha terminaram atingidos” e “A jornalista Giuliana Valone foi alvejada no olho”. A seleção do termo “agressões” enfatiza o caráter deliberado e ilegítimo das ações, enfatizando também a não concordância com direitos constitucionais que dariam legitimidade à ação policial.

Vale a pena notar que essa última caracterização também pode ser vista como posicionamento no campo jornalístico, pois, defendendo seus funcionários, o ator social defende a legitimidade do seu lugar do campo, bem como do próprio campo nas relações sociais maiores. Assim, além de “solidariedade profissional” e do fato de que “como quaisquer cidadãos, eles não poderiam ser atacados por policiais”, o texto denuncia a importância de

<sup>25</sup> Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/10/26/decisao-que-condena-estado-de-sp-por-violencia-policial-em-protestos-e-emblematica/>.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/0/ACP%20-%20direito%20de%20reuni%C3%A3o%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL%203.pdf>

resguardar o trabalho da imprensa, por sua capacidade de oferecer relatos que se tomam por objetivos e independentes, capazes de combater o “radicalismo sectário” das manifestações.

#### 6.1.2.3. *Polícia Militar*

Se algo chama atenção na progressão referencial relativa à Polícia Militar, é seu caráter, por assim dizer, neutro. No texto, ocorrem sinonímias e outras expressões recategorizadoras que parecem cumprir, principalmente, a função de evitar outras repetições lexicais, que ocorrem bastante no texto. Isso contrasta com as formas recategorizadoras que retomam a ação da polícia militar nas manifestações do dia 13/16, conforme analisamos acima.

Como entender esse contraste de tratamento? Pode-se ver aí elementos argumentativos. Considerando o posicionamento social da Folha de S. Paulo e a tendência, abordada na análise do Texto 1, de defesa da manutenção da ordem social, é lícito pensar que, a despeito do esforço de deslegitimar as ações pontuais da instituição, o ator social não deixa de ver nessas ações um desvio, insuficiente para questionar a legitimidade dessa instituição. Como vimos, tampouco é por falta de elementos que poderiam ver, no abuso de autoridade, uma regra de comportamento da polícia paulista, e não uma exceção. Pode-se contrastar essa estratégia com aquela presente na cadeia referencial relativa ao MPL no Texto 1, em que o próprio ator social é alvo de categorizações deslegitimadoras, e não apenas as ocorrências de ações violentas nas manifestações.

#### 6.1.2.4. *Não manifestantes*

Destacamos essa cadeia referencial por interpretarmos que a sua construção tem papéis argumentativos importantes. Ela se dá, principalmente, nos seguintes segmentos:

(13) Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. **Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar** foram atacados com cassetetes e bombas.

(14) Revela-se despreparo – e covardia –, entretanto, quando se ataca indiscriminadamente **a população indefesa (I)**, ainda que sob a justificativa de defender a liberdade de ir e vir **dos prejudicados pela manifestação (II)**.

Em (13), o trecho em negrito especifica, com base numa relação parte–todo, quem seriam as pessoas sem envolvimento no confronto. Há uma ênfase no perfil de “cidadão comum” (transeuntes, funcionários, frequentadores de bar) e na oposição aos manifestantes que seriam violentos (“manifestantes pacíficos”). Em (14), há uma anáfora que seleciona, entre os

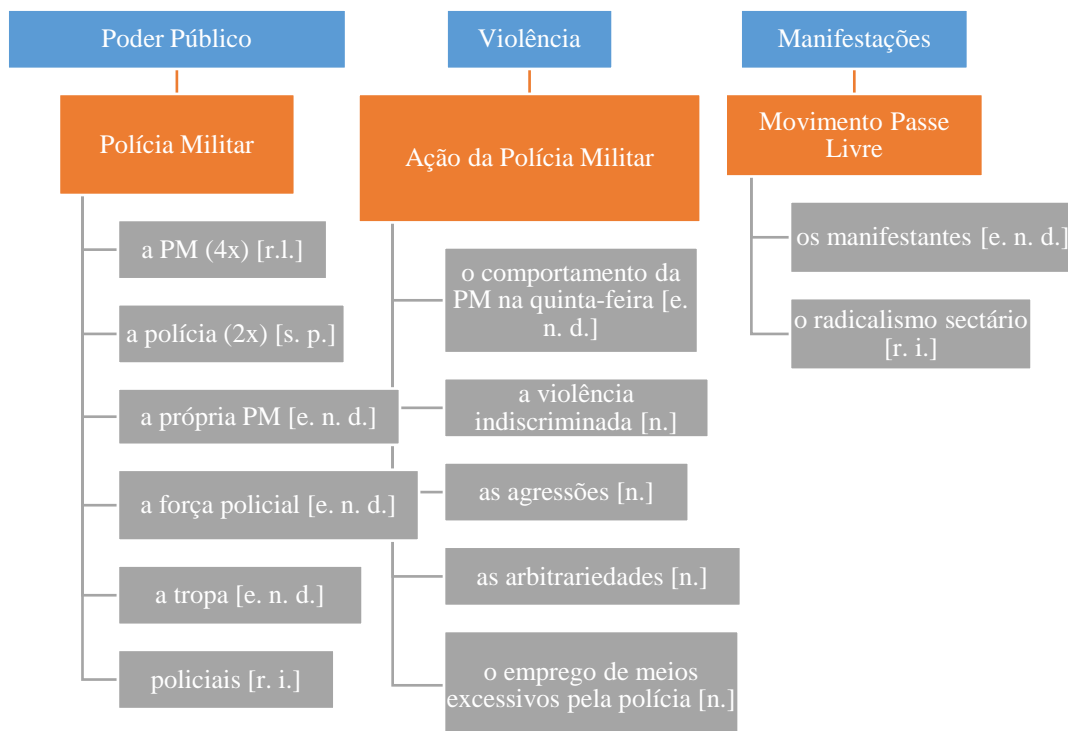
traços semânticos do objeto, a ausência de possibilidade de defesa. Depois, podemos interpretar “os prejudicados pela manifestação” como uma anáfora indireta, pois não há correferencialidade, já que se trata também de pessoas que, por exemplo, teriam sido prejudicadas pelo trânsito.

No conjunto, a forma como o jornal constrói a cadeia referencial parece ter dupla direção: estabelecer um antagonismo entre população em geral e manifestantes pacíficos *versus* manifestantes violentos; e, de forma complementar, aproximar-se da defesa dos interesses dos primeiros. Assim, o posicionamento pode ser lido como uma forma de manter a deslegitimação dos grupos considerados radicais, no campo político, pois esses grupos não seriam pacíficos e prejudicariam a população em geral. Além disso, no campo jornalístico, as construções asseguram o papel do jornal enquanto de defensor do interesse da população em geral, o que contrasta com o papel, de que foi acusado, de agente de estímulo da violência policial. Este último ameaçaria sua posição no campo e a coerência com sua própria trajetória.

#### 6.1.2.5. Conclusões parciais a respeito do Texto 2

O levantamento das estratégias de progressão referencial é apresentado na Figura 2:

FIGURA 2 – Cadeias referenciais no Texto 2



Fonte: Elaborada pelo próprio autor

e. n. d. – Expressão Nominal Definida

r. i. – Relações Indiretas

n. – Nominalização

h. h. – Hiponímia / Hiperonímia

r. l. – Repetição Lexical

s. p. – Sinonímia/paráfrase

O conjunto de cadeias referenciais analisadas no Texto 2 de fato indica um projeto de dizer que busca ajustar o posicionamento tomado no Texto 1 quanto às manifestações em seu primeiro momento, aquele comandado pelo Movimento Passe Livre e com a pauta central da revogação do aumento das passagens. O grupo político segue sendo deslegitimado, embora em muito menor medida do que no Texto 1. A Polícia Militar, enquanto instituição, não é alvo do mesmo processo de deslegitimação, enquanto as ações violentas daquela manifestação específica são retratadas como um ponto fora da curva da legalidade. Por fim, há um esforço de construir uma espécie de relação de solidariedade com a população em geral, vista como prejudicada tanto pela violência da Polícia Militar, quanto pelos métodos dos manifestantes violentos.

Nesses processos de construção de objetos de discurso, encontramos vinculações com valores de campos importantes, como a busca de coerência e de aceitação plebiscitária do jornal, bem como a tentativa de considerar legítima a violência da polícia quanto a certos grupos (pois estes não atenderiam a valores de campo, como o respeito ao direito e a apresentação de interpretações fundamentadas), bem como de considerar ilegítima a violência da polícia quando voltada a atores tidos como politicamente legítimos, seja o cidadão comum, seja o jornalista no exercício da sua profissão.

### 6.1.3. *Análise de cadeias referenciais no Texto 3*

O Texto 3 tem como tópico principal as diversas manifestações ocorridas no país na sequência da manifestação de 13 de junho e das suas repercussões, incluindo as reações à violência policial. O momento marca a passagem para o que Singer chama de a segunda fase dos protestos, na qual espalham-se manifestações pelo país, e ocorre a inclusão de pautas diversificadas, desde a rejeição à violência da polícia, até queixas diversas quanto à classe política, a corrupção e pedidos de melhoria de serviços públicos.

O editorial da Folha de S. Paulo, publicado em 19 de junho, busca, de certa forma, fazer um diagnóstico das manifestações até aquele momento. É notável a mudança na tomada de posição quanto aos protestos e mesmo quanto ao Movimento Passe Livre. Se no Texto 1 há uma forte deslegitimação das pautas, do movimento e da ocupação nas ruas, no Texto 3 mostra-se um posicionamento em geral mais favorável, embora mantenham-se críticas às pautas dos protestos iniciais, quer a tarifa zero, quer a revogação do aumento das tarifas. Mantém-se também a crítica ao “vandalismo”, mas agora este é tomado como algo ligado a grupos minoritários. Interessante notar que pesquisa do Instituto Datafolha referente a 18 de junho

atestava que 77% da população da cidade estava a favor dos atos (contra 55% em 13 de junho, conforme pesquisa já mencionada), e que 51% considerava que a polícia agia de forma mais violenta do que devia. Esse dado parece reforçar a hipótese de que o realinhamento do jornal se relacionava, em alguma medida, à busca do que Bourdieu chama de sanção plebiscitária do público leitor.

A análise das cadeias referenciais do texto pode elucidar, no quadro interpretativo que seguimos, essa mudança de posicionamento do veículo. A partir do levantamento, destacaremos cadeias referenciais relativas aos três objetos de discurso que aparecem nos outros textos, e mais a **caracterização das manifestações e novas reivindicações**. Assim como na análise do Texto 2, consideramos importante considerar a intertextualidade implícita quanto aos editoriais anteriores, quando isso for relevante para a compreensão dos trechos selecionados, a qual pode envolver o fenômeno da progressão referencial entre textos.

#### 6.1.3.1. *Manifestantes*

Antes mesmo do início do corpo do texto, encontra-se o seguinte segmento:

(15) Apesar de cenas isoladas de vandalismo, protestos mobilizam **a classe média insatisfeita** com desempenho de vários níveis de governo

A expressão em destaque está no segmento entre o título e o início do texto, elemento que, no jargão jornalístico, é chamado de “olho”. Portanto, parece correto considerá-lo como elemento catafórico, prévio à ativação do referente propriamente dita. Opera como anáfora indireta porque designa uma parte do conjunto maior dos manifestantes. Pode ser contrastado com a minoria responsável pela violência, como se verá abaixo.

Que tal subgrupo tenha sido escolhido para iniciar a referência aos manifestantes nos parece significativo. Como mencionamos, o Texto III distancia-se bastante do Texto I quanto a evidências de tomadas de posição no sentido de legitimar as manifestações. Embora a base social do Movimento Passe Livre também seja a classe média, e também insatisfeita, tal recorte não foi feito naquele primeiro momento. Considerando os leitores do jornal, os valores do campo jornalístico e do campo político, o fato de uma manifestação ser da classe média, e não do “sectarismo de grupos”, torna-a, certamente, mais legítima.

No corpo do texto, menciona-se uma pesquisa do Instituto Datafolha, do mesmo grupo empresarial, segundo o qual os manifestantes têm perfil de classe média e “média alta” e, em sua maioria, têm diploma universitário. Se, por um lado, o texto afirma que “as marchas não

são representativas da demografia brasileira”, o que poderia não as legitimar, por outro, os traços escolhidos na descrição correspondem a valores que, no campo político, conferem poder simbólico. Mais uma vez, convém apontar que algo muito semelhante poderia ter sido dito dos membros do Movimento Passe Livre, o que mostra que a seleção de informações sobre atores políticos é, de fato, um processo de escolha, consciente ou não, de construção de objetos de discurso visando a este ou aquele efeito no sentido de legitimar ou não o grupo de que se trata.

Vale a pena, ainda, lembrar das discussões a respeito da chamada nova classe média no Brasil, bem como ao perfil de classe dos manifestantes, que mencionamos ao abordar a leitura de André Singer sobre os movimentos de 2013. A escolha do jornal parece indicar um certo recorte da realidade, e essa primeira aproximação, no texto, indica que a publicação se posiciona no sentido de tomar as manifestações como sendo de uma classe média tradicional.

Em seguida, ocorre um outro recorte, também por anáfora indireta:

(16) O porte dos protestos dos últimos dias, por todo o país, e o caráter em geral pacífico das marchas deixaram patente que a depredação partiu de **grupos minoritários**.

(17) É positivo que o MPL tente isolar e conter **manifestantes violentos**, como diante da prefeitura paulistana.

Em (16), o recorte parte – todo, nesse caso, terá função importante, pois o recurso à violência, que aparece como elemento de deslegitimação no campo político, agora se encontrará restrito a uma minoria. Nada impediria, talvez, que uma categorização semelhante pudesse ocorrer quanto aos responsáveis por atos violentos nos protestos da primeira fase. Contudo, naquele momento, a violência, conforme vimos, pareceu caracterizar o grupo como um todo. Nesse sentido, é interessante notar que a forma como as relações semânticas dessa natureza aparecem no texto pode, com auxílio de elementos valorativos (como o modificador nesse caso) ter função argumentativa relevante. Algo na mesma direção ocorre em (17), em que o modificador “violentos” tem papel restritivo, pois pressupõe que os manifestantes em geral não o são. É interessante notar, ainda, que, no contexto imediato da oração, há uma clara separação entre os manifestantes violentos e o Movimento Passe Livre.

A seguir, analisaremos anáforas relacionadas aos manifestantes como um todo.

(18) Por mais que a ação truculenta da Polícia Militar paulista, na quinta-feira, tenha sido decisiva para engrossar **a multidão nas ruas**, está claro que a reivindicação de reverter os



aumentos de tarifa se tornou o veículo de uma insatisfação profunda, ainda que difusa, sem dúvida insuflada pela mordida da inflação nos salários.

(19) O tamanho das marchas se impôs como índice de mudança de qualidade dos protestos. Mal ou bem, **a massa** falou pela maioria e falou contra os poderes constituídos.

No Texto 1, a cadeia referencial de caracterização dos manifestantes confundia-se com a do Movimento Passe Livre e tinha traços de deslegitimação (“grupelho”, “militantes”). No Texto 3, em (18) e (19), as recategorizações selecionam como traço principal a representatividade numérica. A legitimação aqui ocorre em oposição à deslegitimação presente em “grupelho”, pois acentua-se que os movimentos se tornam mais representativos dos interesses da população em geral, o que podemos relacionar a um valor importante do campo político, como vimos. Isso, aliás, é evidenciado na predicação presente em (19): “a massa falou pela maioria”.

Os agentes das manifestações, portanto, de acordo com essa cadeia referencial, dividem-se em uma maioria representativa da sociedade e uma minoria violenta. Dessa forma, o texto posiciona-se no campo político buscando legitimar uns e deslegitimar outros, como já se mostrava no Texto 2. Ao mesmo tempo, aproxima-se do grupo tido como majoritário, evitando, no campo jornalístico, deslegitimar-se.

#### 6.1.3.2. *Caracterização das manifestações*

No segmento abaixo, interpretamos que (III) e (IV) retomam (I), enquanto (V) retoma (II). Há seleção de traços semânticos que adicionam informações e esclarecem o posicionamento do ator social quanto às manifestações.

(20) A fluidez e a desorganização dos protestos (I) tornam sua pauta caleidoscópica, multifacetada e cambiante (II). Essa é a sua força, e também sua vulnerabilidade.

(21) Em primeiro lugar, **a ausência de uma voz unificada** (III) torna a interlocução com o poder público muito difícil. Depois, **a direção fragmentada** (IV) abre inúmeras oportunidades para a ação de grupos arruaceiros. **A falta de foco** (V), por fim, tende a multiplicar as demandas, o que também serve para diluí-las.

Como se vê, nesse trecho, há uma relativa desqualificação das manifestações. Em (III) e (IV), parece haver relação com a falta de representatividade e organização, que podemos relacionar a traços que distinguem os políticos profissionais dos profanos no campo político.

Em (V), temos uma relação com a falta de uma interpretação objetiva da realidade, enfatizando a não validade de pautas tão heterogêneas.

Essa cadeia referencial indica que a legitimação dos protestos, por parte do jornal, não é completa, pois há uma relativa deslegitimação de alguns dos seus traços, que podemos remeter a características do campo político.

#### 6.1.3.3. *Movimento Passe Livre*

Não há, *a priori*, retomada textual com recategorização de marcado valor argumentativo, ocorrendo, conforme a tabela de levantamento, apenas anáforas em que o referente é reativado como “o movimento”. Se pensarmos no primeiro texto analisado, chama atenção essa aparente neutralidade, que pode indicar uma maior aceitação do MPL enquanto ator político legítimo, ou ao menos uma tomada de posição do jornal no sentido de expressar que, naquele momento, passava a considerar o movimento um ator legítimo.

Tal interpretação é reforçada, especialmente, pelo primeiro parágrafo, segundo o qual “um equívoco comum foi subestimar a importância que o Movimento Passe Livre (MPL) poderia alcançar no meio social”. Há aí uma espécie de *mea culpa*, embora o texto omita, provavelmente com intenção, o fato de que a própria Folha de S. Paulo havia se posicionado daquela forma, bastando lembrar da expressão nominal “o grupelho”. Pode-se pensar aqui numa espécie de percepção, por parte do ator social jornalístico, de que o MPL teria dado início a algo que se tornaria muito maior.

Tal diferença sugere que mesmo o emprego de nomes pouco avaliativos e relativamente neutros pode, em determinados contextos emergentes, ter funções importantes nos projetos de dizer de atores sociais. A nova tomada de posição do jornal, nesse sentido, estaria relacionada ao fato de que as manifestações haviam ganhado adesão de outras parcelas da sociedade. Uma oposição clara colocaria em risco a posição do jornal no campo jornalístico enquanto representante dos interesses gerais dos leitores. Ao mesmo tempo, a diluição de pautas de questionamento da ordem também facilita essa aproximação, o que analisaremos no tópico seguinte.

#### 6.1.3.4. *O Poder Público*

Embora não tenha havido propriamente uma ativação do objeto de discurso “Poder Público”, trata-se, claramente, de uma cadeia referencial importante do editorial do dia 19. Se, no dia 13, o editorial enfatizava a presença de órgãos municipais, e, no dia 16, concentrava-se

em tratar da Polícia Militar (estadual), há, no Texto 3, uma espécie de federalização do Poder Público. Além do governador de São Paulo e do prefeito da capital, aparecem agora um governador de outros Estado, Sérgio Cabral (Rio de Janeiro), além da presidente Dilma Rousseff e do Congresso nacional, como se pode ver em (22) e (23).

(22) **A presidente Dilma Rousseff (PT), os governadores Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT)**, foram criticados nos maiores protestos.

(23) Não será surpresa se o movimento acabar por esvair-se e ser eclipsado na campanha eleitoral de 2014, cuja antecipação pode agora ser vista como um sintoma de falência **da política atual (I)**, tão bem representada **pelo comportamento do Congresso Nacional (II)**.

Essa nacionalização do objeto de discurso “Poder Público” parece se vincular a uma estratégia discursiva de, por um lado, tornar alvos do protesto o Governo Federal, então com popularidade ainda alta, e, por outro, endossar, em alguma medida, o novo conjunto de reivindicações que marcaram esse momento dos eventos políticos de 2013 (ver na análise seguinte), visto que a federalização dos atores deve estar atrelada à superação da pauta da revogação do aumento de transportes, de âmbito municipal. Quanto à inclusão do Governo Federal, pode-se pensar no posicionamento do jornal no campo político, à direita do partido governante, o que indicaria um interesse em canalizar os protestos para Brasília.

#### 6.1.3.5. *Novas reivindicações*

Esse referente é ativado quando, no texto, afirma-se que “está claro que a reivindicação de reverter os aumentos de tarifa se tornou veículo de uma insatisfação profunda, sem dúvida insuflada pela mordida da inflação nos salários”. Destacamos, abaixo, dois segmentos em que há retomadas com recategorização.

(21) "Não são só 20 centavos" (I) foi uma das palavras de ordem da passeata de segunda-feira em São Paulo. De fato, eram muitas **as bandeiras (II): de críticas aos gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando por vagos pedidos por "mais direitos" (III)**.

A reprodução de um dos principais *slogans* das manifestações, (trecho sublinhado em I) parece ter certa função encapsuladora, também podendo haver relação catafórica com (II). Já o segundo trecho sublinhado (III) especifica as bandeiras, selecionando algumas das reivindicações. Chama atenção que só há claro movimento de deslegitimação quanto aos

pedidos por mais direitos, por meio do modificador “vagos” e do emprego das aspas. O termo relaciona-se à valorização, no campo político, de visões tidas por fundamentadas e objetivas.

No texto, mais abaixo, logo se adiciona que a classe política passou a ser alvo dos protestos, com ênfase maior para a presidente Dilma Rousseff e, em menor medida, para os governadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, Sérgio Cabral e Geraldo Alckmin, e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. A seguir, ocorre o segmento que destacamos:

(22) “**Nada disso** torna menos irrealista a demanda maior do movimento, tarifa zero”.

As nominalizações podem ocorrer também com formas pronominais, e nos parece que é o que se dá no caso. Logo após a apresentação das novas reivindicações e das críticas à classe política, o jornal faz questão de reafirmar o posicionamento contra a demanda pelo passe livre. Assim, a expressão pronominal encapsula o sentido de segmentos anteriores para, então, permitir uma espécie de diferenciação entre “isso”, “as novas demandas”, e o passe livre, a demanda inicial.

No conjunto, embora as anáforas destacadas não tenham diretamente um caráter axiológico relacionável a valores de campo, é válido concluir que a mudança do posicionamento do jornal, de uma deslegitimação para uma legitimação dos protestos, coincide, em parte, com uma mudança das pautas das manifestações, conforme as descrições do próprio editorial. Um dos elementos de explicação desse processo pode ser que, no caso das manifestações que passam a ser defendidas (ainda com cautela), não há questionamentos da ordem social, mas apenas de atores políticos específicos (à exceção do então governador de São Paulo, quase todos distantes do jornal no campo político), de um evento específico (a Copa do Mundo) e do combate à corrupção pelas próprias instituições do Estado, no caso, o Ministério Público. Ao mesmo tempo, mantém-se a rejeição ao passe livre, como se mostra no trecho “Nada disso torna menos irrealista a demanda maior do movimento, tarifa zero” e, ainda, uma desqualificação dos pedidos por mais direitos.

Dessa forma, a construção da cadeia referencial relaciona-se com o projeto de dizer do jornal, o que, por sua vez, guarda relação com aquilo que, nos campos jornalístico e político, deve ser considerado legítimo. Posicionando-se como espécie de controlador da legitimidade de pautas no campo político, o jornal concentra esforços de deslegitimação para determinadas pautas, indicando apoio tácito ou explícito a outras.

### 6.2.3.6. *Violência dos manifestantes*

Por fim, analisamos a cadeia referencial relacionada aos eventos caracterizados como sendo atos de violência dos manifestantes. O primeiro deles, de função catafórica, ocorre antes do corpo do texto, no “olho” do editorial:

(23) Apesar de **cenas isoladas de vandalismo**, protestos mobilizam a classe média insatisfeita com desempenho de vários níveis de governo

Chama atenção, evidentemente, o modificador “isoladas”. Tendo em vista a função do “olho” na estrutura do gênero, de resumir o conteúdo do texto, tal escolha não nos parece sem consequências, visto que já prepara uma certa caracterização dos eventos de violência que vinham sendo noticiados nos protestos. Se, no Texto I, era difícil distinguir entre “vândalos” e manifestantes, no Texto 3, a violência aparecerá como episódica e não representativa, o que complementa a caracterização dos manifestantes, já mencionada em nossa análise.

Tal modificação também é visível nos segmentos (24) e (25):

(24) Por outro lado, suspender o reajuste (em São Paulo, de R\$ 3 a R\$ 3,20) é decisão política extremamente custosa, na medida em que possa traduzir capitulação do poder público perante **atos violentos**.

(25) São decerto condenáveis, até criminalmente, **os atos de vandalismo e a depredação a palácios** (a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foi o pior exemplo). É positivo que o MPL tente isolar e conter manifestantes violentos, como diante da prefeitura paulistana.

Se, no Texto 1, expressões nominais como “a violência” e “o vandalismo” categorizam os protestos como um todo, conforme analisamos, no Texto 3, o modificador “atos” parece ter função de restringir a violência, que deslegitima os atores no campo político, apenas a elementos pontuais, como já indicado.

No segmento (26), vemos uma espécie de anáfora indireta, tendo em vista que a expressão faz referência a elementos textuais, mas também parece apontar para a possibilidade de eventos futuro, indo além, portanto, da correferencialidade.

(26) Em primeiro lugar, a ausência de uma voz unificada torna a interlocução com o poder público muito difícil. Depois, a direção fragmentada abre inúmeras oportunidades para **a ação de grupos arruaceiros**.

Em vez de uma caracterização geral, ocorre também uma restrição a grupos, os quais são desqualificados, politicamente, por não atenderem a elementos de legitimação do campo político, sobretudo ligados à obediência e defesa da ordem legal.

No conjunto, portanto, a cadeia referencial analisada reforça a interpretação de que houve uma modificação na tomada de posição do ator social, do Texto 1 ao Texto 3. Embora a deslegitimação da violência de manifestantes quanto ao campo político permaneça, elementos como modificadores são utilizados no sentido de não fazer com que tal caracterização imponha-se às manifestações como um todo. Assim, o jornal segue legitimando-se enquanto ator do campo jornalístico, que defenderia interesses coletivos que o qualificam diante do controle plebiscitário de seus leitores.

#### 6.1.3.7. Conclusões parciais a respeito do Texto 3

O levantamento das estratégias de progressão referencial é apresentado nas Figuras 3 e 4:

FIGURA 3 – Cadeias referenciais no Texto 3 relativas a Manifestações

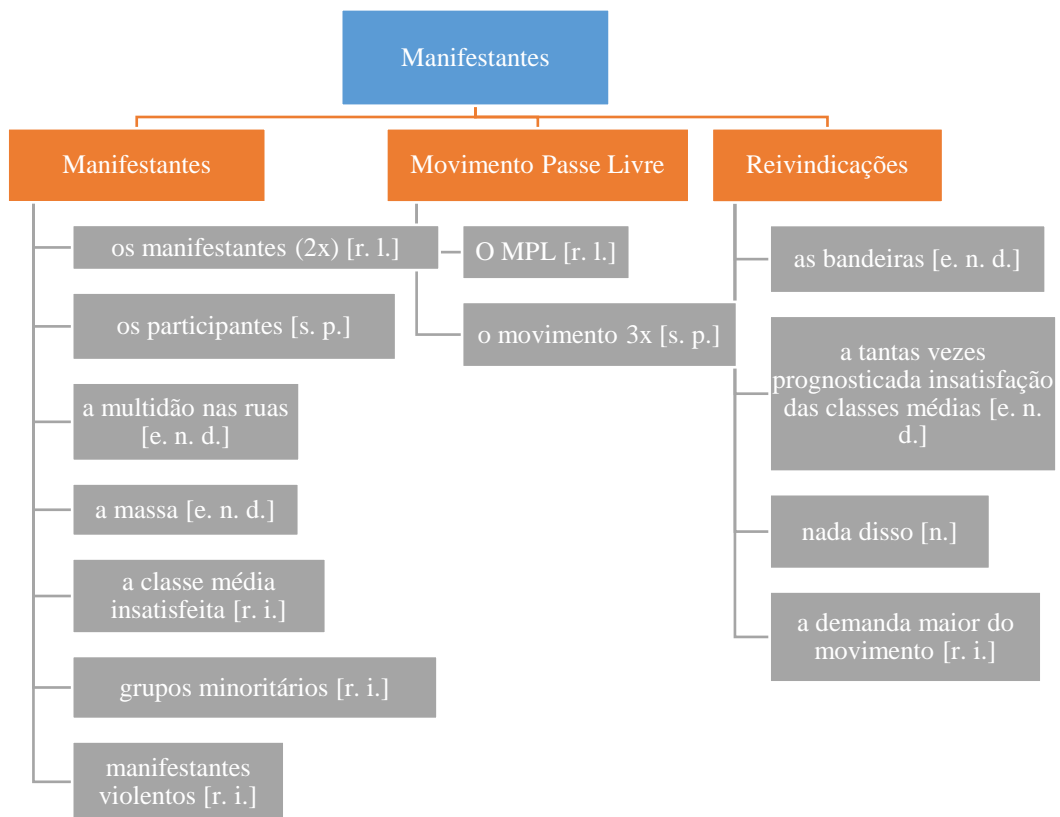
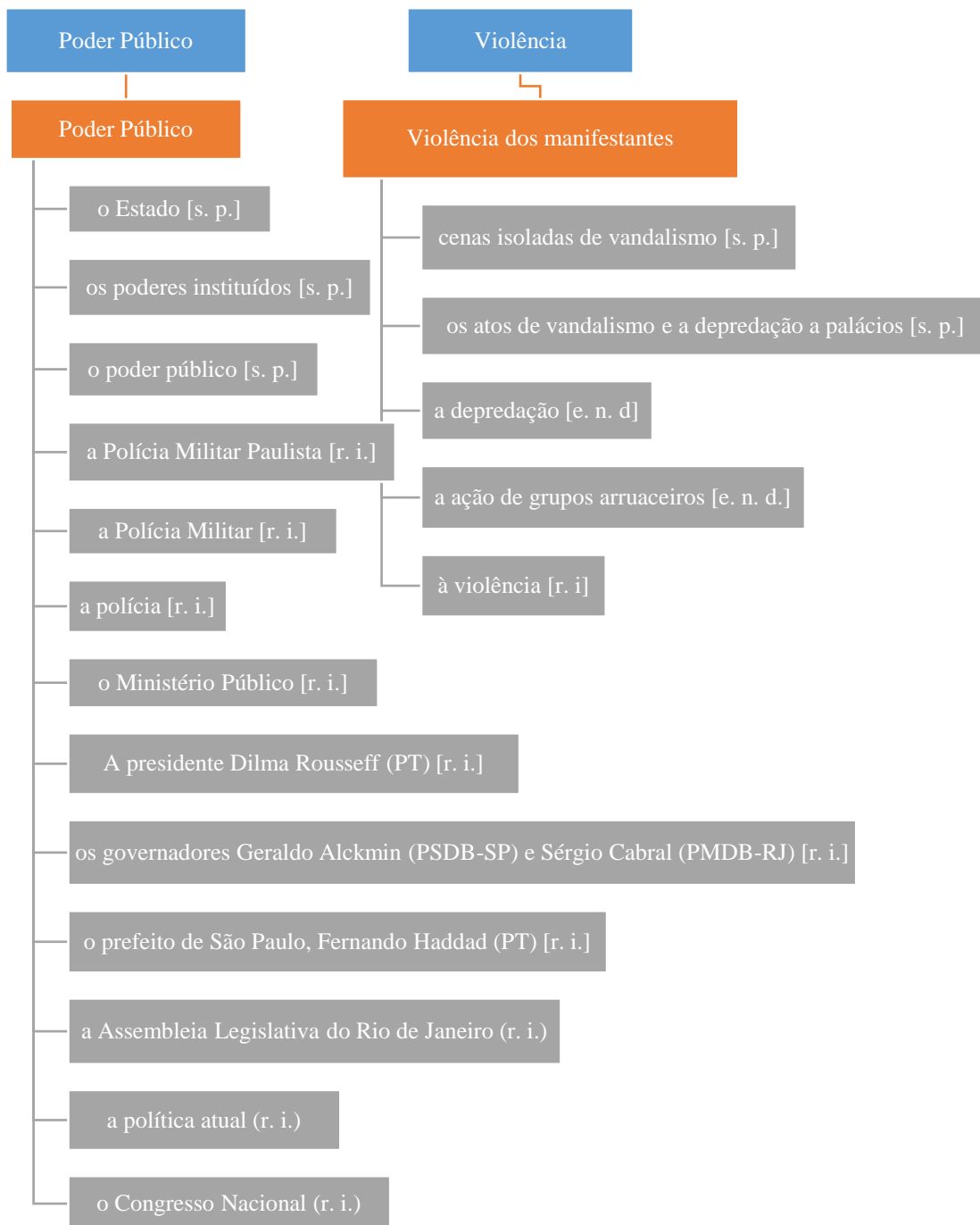


FIGURA 4 – Cadeias referenciais no Texto 3 relativas a Poder Público e Violência



Fonte: Elaborada pelo próprio autor

e. n. d. – Expressão Nominal Definida

h. h. – Hiponímia / Hiperonímia

r. i. – Relações Indiretas

r. l. – Repetição Lexical

n. – Nominalização

s. p. – Sinonímia/paráfrase

Quanto às cadeias referenciais analisadas, concluímos que elas indicam uma atuação da Folha de S. Paulo no sentido de estabelecer o que, nas manifestações, poderia ou não ser considerado politicamente legítimo. Torna-se evidente um reconhecimento do Movimento Passe Livre enquanto ator político legítimo, embora sua pauta central siga sendo desqualificada politicamente. No que tange ao Poder Público, a análise evidenciou uma federalização dos atores estatais relacionados com as manifestações. Novas pautas também passam por um processo de legitimação, que busca ser feito de acordo com valores do campo político. Ao mesmo tempo, há uma clara legitimação dos protestos como um todo, com seus manifestantes sendo majoritariamente reconhecidos como cidadãos que defendem interesses gerais do país. O recurso à violência e a busca de interesses sectários passam a se restringir a grupos minoritários, os quais permanecem sendo considerados politicamente ilegítimos.

#### 6.1.4. *Análise de cadeias referenciais no Texto 4*

Espécie de sequência e complemento do Texto 3, o Texto 4 tem, como tópico principal, a avaliação das repercussões políticas dos eventos ocorridos até ali. Além de considerar o que ocorre em outro Estado, o Rio de Janeiro, o editorial do dia 20 de junho também nacionaliza os eventos na medida em que toma como objeto também o governo federal. Contudo sua avaliação se concentra sobretudo na projeção de consequências políticas para o prefeito da capital paulista e para o governador do Estado. No conjunto, o jornal se alinha com uma espécie de crítica genérica à “classe política tradicional” como um todo, tentando marcar uma postura de apartidarismo e “jornalismo crítico”, ao não restringir as considerações negativas ao Partido dos Trabalhadores.

Em nossa análise, destacamos os três objetos de discurso já presentes nos textos anteriores, tento em vista o nosso objetivo de analisar uma eventual progressão referencial entre os textos. Cumpre notar que, no caso do objeto “Poder Público”, não ocorre propriamente uma ativação prototípica dele no texto. Optamos por manter a nomeação como instrumento de comparação entre os textos, destacando, na Tabela 4, quatro diferentes objetos de discurso: a política nacional, o prefeito Fernando Haddad, o governador Geraldo Alckmin e a presidente Dilma Rousseff. Além disso, comentaremos brevemente os objetos de discurso “reivindicações” e “manifestações”.

##### 6.1.4.1. Movimento Passe Livre

Por tratar especificamente das consequências dos eventos políticos de junho para o campo da política, o editorial do dia 20 pouco trata do Movimento Passe Livre. Como se pode



ver nos segmentos abaixo, chama atenção, seja pela forma neutra de tratamento, seja pelo contexto das nomeações nos enunciados, que o MPL se mantém como ator legitimado e até “vencedor” das disputas até esta data, tendo em vista o cumprimento da revogação do aumento das tarifas.

(27) A revogação do aumento das tarifas de transportes em São Paulo e no Rio é uma vitória indiscutível **do Movimento Passe Livre**.

(28) **O movimento** adquiriu tamanha repercussão no tecido social que ceder já se tornava imperativo de bom-senso.

#### 6.1.4.2. O Poder Público

Dividimos a análise dos segmentos relativos ao Poder Público de acordo com a ativação de objetos de discurso específicos, os quais, contudo, podem ser analisados em termos de relação parte/todo, produzindo um encadeamento textual que perfaz um objeto de discurso complexo. Por exemplo, entre “as forças políticas majoritárias”, estão o PT e o PSDB, bem como os governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro e os prefeitos das capitais de tais estados. Tal objeto está relacionado, em nosso ver, ao projeto de discurso específico do editorialista naquele momento, qual seja, construir uma crítica do campo político nacional como um todo.

Há, ao longo do texto, menções a esse objeto de discurso mais amplo, como se vê nos segmentos 29 a 31.

(29) No momento, nenhuma **das forças políticas majoritárias** no país pode colher benefícios do que acontece. Ao contrário: acumulam derrotas, sem exceção.

(30) **Políticos tradicionais** sentem a exigência de reinventar-se, mas para tanto as manifestações ainda não parecem ter força bastante.

(31) É mais fácil parar metrópoles, como São Paulo e Rio, do que tirar do atraso **a política nacional**.

As expressões utilizadas em nos segmentos 29 e 30 caracterizam a classe política tradicional como um grupo dominante e tradicional. Quanto ao atributo “tradicional”, deve-se salientar que, no contexto, há conotação negativa, tendo em vista a percepção do momento de que haveria uma insatisfação difusa dos brasileiros quanto à política, o que se estaria manifestando nas ruas, sobretudo desde que as bandeiras do MPL deixaram de ser dominantes

nos eventos ou nas coberturas midiáticas. Vemos aqui sobretudo, por parte do editorialista, um esforço de aproximação com o que seria o sentimento de seus leitores, em atendimento à busca de sanção do mercado e ao caráter plebiscitário do campo jornalístico.

Entre os membros da classe política tematizados no editorial, destaca-se o prefeito Fernando Haddad, cuja atuação é objeto de análise e crítica. Por um lado, a rejeição das pautas do MPL pelo jornal primeiro levou a publicação a apoiar o reajuste das passagens, mas, por outro, o diagnóstico apresentado no editorial é de enfraquecimento político do prefeito do PT.

(32) **O enfraquecimento de seu cacife político** encontra paralelo no campo do governo estadual.

O encapsulamento no segmento 32 sintetiza as conclusões do jornal sobre a atuação do prefeito até aquele momento. Considerando este editorial, tudo se passa como se houvesse uma legitimação do prefeito no campo político, já que o reajuste teria sido uma interpretação fundamentada e objetiva da realidade da cidade, de acordo também com os preceitos do direito. Por outro lado, a falha em apresentar a medida como sendo de interesse dos cidadãos teria feito com que o prefeito perdesse a disputa simbólica com o MPL, e, portanto, restasse com menos capital político.

A cadeia referencial relativa ao governador Geraldo Alckmin não chega a indicar diretamente o posicionamento do jornal naquele momento quanto ao governador do Estado. Contudo, como se exemplifica nos segmentos 33 e 34, e já se antecipava no 32, há uma espécie de equiparação com o diagnóstico referente a Haddad.

(33) Em tese representando uma força oposta ao PT de Haddad, **o tucano Alckmin** paga um duplo preço.

(34) Entre o excesso e a omissão policial, **o comando do Estado** parecia oscilar, incapaz de definir-se quanto à alternativa de menor custo eleitoral.

Ao apresentar-se como crítico de ambos no editorial, claramente a Folha de S. Paulo busca legitimação no campo jornalístico por meio de uma performance de apartidarismo e independência, a qual corrobora a tentativa de aproximação com o que seria a leitura da população de descrédito da política como um todo, comentada anteriormente.

Por fim, assim como no Texto 3, aparece agora, como parte da classe política atingida pelos eventos de rua, a presidente Dilma Rousseff. A ativação do objeto de discurso no segmento 35, em *I*, chama atenção para a situação algo confortável do governo federal, embora,

na construção como um todo, fique clara a intenção de apontá-la como alvo central da “insatisfação difusa”.

(35) Ironicamente, para **uma administração que conta com índices de popularidade ainda altos** (*I*), embora em queda, também o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) (*II*) se viu atingido por um sentimento de insatisfação difuso, expressado nas maiores cidades do país.

#### 6.1.4.3. A violência

Como está centrado no tópico das consequências para a classe política dos eventos de junho de 2013, o editorial do dia 20 pouco menciona a violência. O tema é tratado no âmbito da avaliação do governo do Estado, conforme se vê no segmento 36:

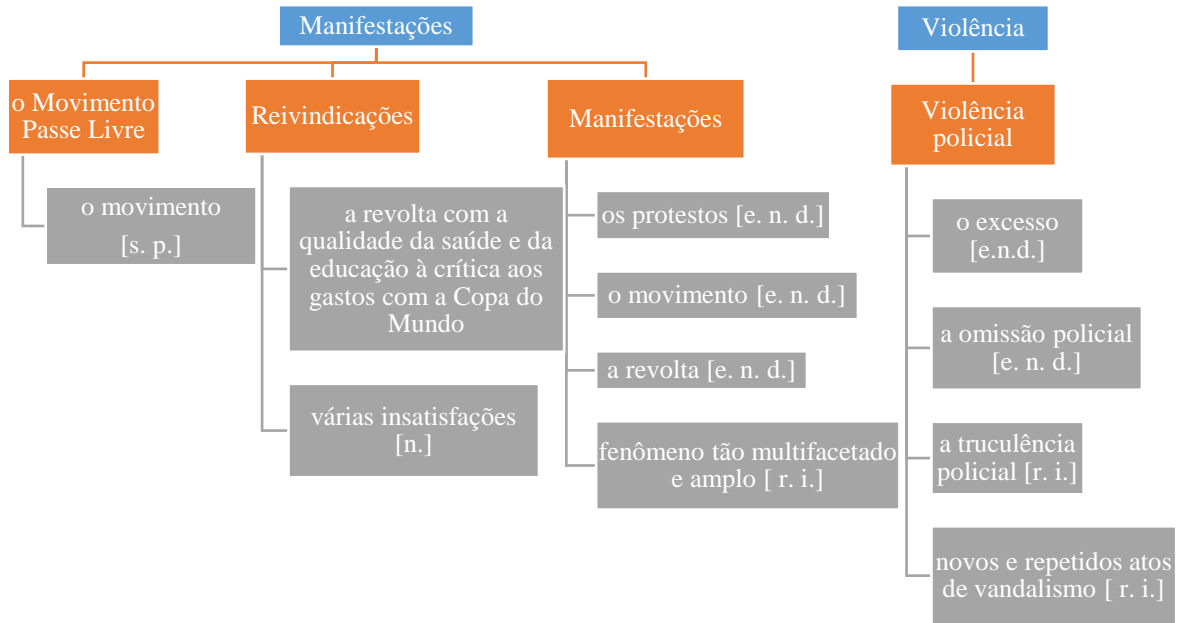
(36) De um lado, a truculência policial verificada na quinta-feira passada (*I*) despertou largos contingentes da classe média para o movimento. De outro, novos e repetidos atos de vandalismo (*II*) se registraram. Entre **o excesso** (*III*) e **a omissão policial** (*IV*), o comando do Estado parecia oscilar, incapaz de definir-se quanto à alternativa de menor custo eleitoral.

Ao retomar “a truculência policial verificada na quinta-feira passada” como “excesso” e os “novos e repetidos atos de vandalismo” como “a omissão policial”, o editorial parece buscar, sobretudo, manter ou construir uma linha de coerência com os editoriais dos dias 13 e 15 (Textos 1 e 2). Com isso, ao passo que defende e reafirma seu posicionamento (sem, por exemplo, uma autocrítica quanto à provável incitação à violência da polícia presente no primeiro editorial), o jornal busca legitimação política enquanto ator que defende o direito constitucional (violência da polícia nos limites da lei, bem como defesa da ordem contra “vandalismo”) e expressa interesses dos cidadãos. Chama atenção, nesse sentido, que a busca de tal coerência envolva uma equiparação entre o abuso de poder por parte da Polícia Militar e a destruição de patrimônio privado por parte de manifestantes – equivalência que, por si só, diz muito sobre a leitura que o jornal de fato faz do direito no país.

#### 6.1.4.4 Conclusões parciais a respeito do Texto 4

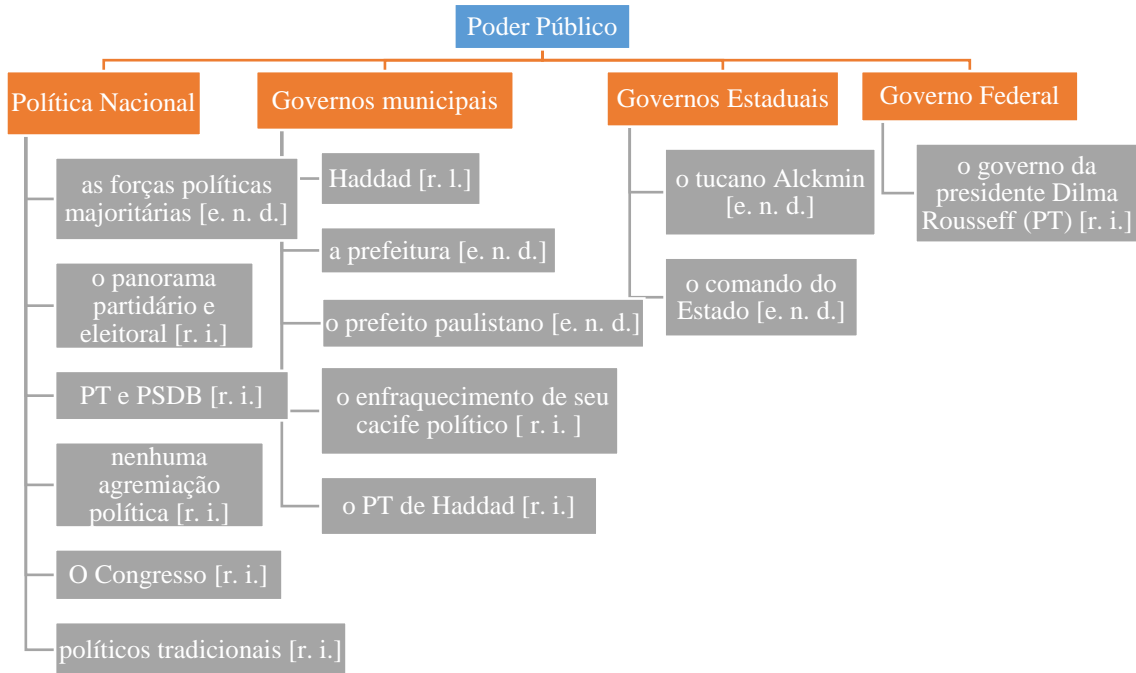
O levantamento das cadeias referenciais do Texto 4 é apresentado nas figuras 5 e 6:

FIGURA 5 – Cadeias referenciais no Texto 4 relativas a Manifestantes e Violência



Fonte: Elaborada pelo próprio autor

FIGURA 6 – Cadeias referenciais no Texto 4 relativas a Poder Público



Fonte: elaborada pelo próprio autor.

e. n. d. – Expressão Nominal Definida

r. i. – Relações Indiretas

n. – Nominalização

h. h. – Hiponímia / Hiperonímia

r. l. – Repetição Lexical

s. p. – Sinonímia/paráfrases

A análise das cadeias referenciais do Texto 4 mostra que, em complemento aos esforços do Texto 3, o jornal faz uma espécie de balanço dos acontecimentos de junho, destacando as suas consequências para o campo político.

As análises apontam um esforço do editorialista para diferenciar o jornal (dominante no seu campo) dos políticos no poder (dominantes em sua própria esfera). Com isso, buscava se afirmar como em harmonia com os supostos interesses públicos e de seus leitores, alinhando-se com a interpretação de que toda o sistema político se mostrava podre. Se a performance de uma postura que se quer apartidária já é constituinte dos valores de campo do jornalismo, e parte clara do projeto editorial da Folha de S. Paulo, nesse momento ele se apresenta como uma rejeição ampla e difusa da política. Tal movimento da publicação, bastante significativo, parece ser a resposta a um temor de perda de legitimidade, seja pela ameaça de rejeição do controle plebiscitário, seja pela ameaça à reputação histórica do jornal, que não poderia perder o alinhamento com o que já se apresentava como um “momento histórico”. Lembramos aqui o discurso de autolegitimação da Folha de S. Paulo como defensora da democracia no país, bem como o destaque que a empresa dá a suas posturas em momentos importantes do período de redemocratização, especialmente a campanha pelas Diretas e pelo *impeachment* de Fernando Collor.

#### 6.1.5. Análise de cadeias referenciais no texto 5

O tópico principal do Texto 5 é o pronunciamento feito pela então presidente, Dilma Rousseff, em 21 de junho de 2013<sup>27</sup>. Nesse discurso, ela afirmou que os eventos mostraram a “força de democracia e desejo da juventude de fazer o Brasil avançar”. Ao longo do texto, houve condenações de caráter genérico à violência, bem como a afirmação de que o governo teria compromisso com os “primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia”. Essa violência foi associada no discurso ao vandalismo e restrita a grupos minoritários, como quando o texto afirma “A voz das ruas não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros”. Como forma de reação, defendeu uma “oxigenação” do sistema político, por meio do diálogo com líderes de manifestações, além de medidas como um plano nacional de mobilidade urbana, a destinação de recursos do petróleo para a educação, a vinda de médicos do exterior para ampliar atendimento do SUS e uma reforma política.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidente/pronunciamento-da-presidente-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acessado em 8 jul 17.

Embora o discurso não seja nosso objeto de análise, é válido apontar que o texto parece indicar uma espécie de aproximação momentânea com o discurso dos meios de comunicação, por exemplo a Folha de S. Paulo, com respeito à questão da violência. Isso fez com que o governo recebesse críticas à esquerda, por exemplo à falta de condenação da violência cometida pela polícia e a adesão a um discurso semelhante ao da imprensa, que defendia a legitimidade de manifestações e condenava o “vandalismo”, legitimando a atuação muitas vezes abusiva da polícia<sup>28</sup>.

Esse teor do pronunciamento oficial parece explicar o tom em geral elogioso presente no Texto 5 desde o seu título, “Mensagem bem-vinda”. O editorial afirma que Dilma Rousseff “reage em tom conciliador aos protestos, mas firme no repúdio à violência”. De modo geral, legitima as pautas genéricas da fase final dos eventos de junho, especialmente o combate à corrupção, e identifica a violência dos manifestantes em grupos minoritários, não suficientemente criticados pelo Movimento Passe Livre. O texto apontou apenas um caráter vago nos compromissos assumidos no discurso.

#### 6.1.5.1. *Manifestantes*

No segmento 37, as expressões *I* e *II* designam partes do todo dos manifestantes, associados a predicções relativas à violência e ao vandalismo. Os modificadores escolhidos para os núcleos nominais em *I* selecionam atributos que, por um lado, deslegitimam esses manifestantes, já que, no campo político, o caráter minoritário pode ser usado como forma de não atender à necessidade de expressar interesses como sendo interesses dos cidadãos em geral. Por outro lado, o todo das expressões garante que tal deslegitimação no campo político não atinja o conjunto mais amplo das pessoas nas ruas.

(37) **Cidadãos isolados e grupos minoritários** (*I*) produziram episódios de violência selvagem – e é digno de nota que **o Movimento Passe Livre** (*II*) não tenha repudiado de forma inequívoca, até aqui, o vandalismo que tem irrompido nas marchas.

É interessante notar também que o segmento, se por um lado acusa o MPL de omissão por meio da predicação, deixa claro que esse movimento não seria o responsável direto pelo

---

<sup>28</sup> Um exemplo é o texto “Violência: questão da questão”, de Diego Viana, membro do grupo Diversitas (Núcleo de Estudo de Diversidades, Intolerâncias e Conflitos), da FFLCH-USP. In: Viana, Diego. Violência: questão da questão. Disponível em: <https://vianadiego.wordpress.com/2013/10/28/violencia-questao-da-questao/>. Acessado em 26 ago 2017.

“vandalismo”, o que nos parece mostrar, mais uma vez, a legitimação política do MPL que foi se operando ao longo dos eventos de junho nos editoriais do jornal.

#### 6.1.5.2. O Poder Público

##### 6.1.5.2.1. Dilma Rousseff

Conforme comentamos inicialmente, o conjunto do texto em geral legitima as posições defendidas por Dilma Rousseff em seu discurso. Ao mesmo tempo, conforme se vê no segmento 38, a expressão nominal *I* constitui uma leitura dos eventos relacionada à nacionalização das pautas, a qual colocava o governo federal numa situação mais frágil e defensiva.

(38) Como os distúrbios prosseguiram e a pauta de demandas se desdobrou, **o alvo primário** (*I*) passou a ser **o governo federal** (*II*).

Pensando no texto como um todo, o posicionamento do jornal nesse momento quanto à presidência pode ser lido como tendo em vista a coerência com os posicionamentos anteriores, já que o discurso coincidia com a forma como os eventos vinham sendo apresentados nos editoriais.

##### 6.1.5.2.2. Intervenção policial e responsabilização civil e penal

(39) Aos atos de saque, depredação e agressão física a agentes públicos nenhuma democracia pode responder senão com intervenção policial e responsabilização civil e penal de seus autores. Dilma reafirmou **esse princípio basilar** (*II*).

A nominalização (*II*) legitima a atuação repressiva das polícias, utilizando uma expressão que mostra tentativa de reforçar a uma leitura segundo a qual as atuações da polícia e do judiciário vinham seguindo o direito constitucional, o que as legitimaria no campo político.

##### 6.2.5.3. A violência

Como de praxe nos textos escolhidos, a questão da violência tem papel relevante nos comentários do jornal sobre o pronunciamento presidencial. Destacamos dois segmentos:

(40) Enfatizou a manutenção da lei e da ordem como condição do convívio democrático, criticando **o flanco mais vulnerável do movimento**.

(41) Sobre os questionamentos à Copa do Mundo, disse que os gastos federais são financiamentos que serão ressarcidos. Conclamou todos a restabelecer o clima de hospitalidade e a abandonar **a violência "que envergonha o Brasil"**.

Em 40, o núcleo nominal enfatiza que o jornal não atribui a violência como característica central das manifestações. E, em 41, a escolha, como modificador, da oração subordinada adjetiva entre aspas, citando o discurso oficial, pode ser lida, em parte, como indicadora de que o jornal buscava acentuar como a sua própria leitura do fenômeno da violência fora legitimada oficialmente. Quanto à relação entre violência e legitimação no campo político, segue valendo o que afirmamos a respeito de outros textos: ela se coloca como antagônica às negociações regradas feitas por profissionais e tidas como legítimas.

#### 6.1.5.4. Reivindicações

A cadeia referencial relativa às reivindicações praticamente enumera as pautas que se apresentavam como associadas aos movimentos de rua, nessa fase de junho de 2013: a insatisfação subjacente; a revolta com os péssimos serviços públicos; o tema da reivindicação inicial dos protestos; as áreas de educação e saúde; os questionamentos à Copa do Mundo. Destacamos o seguinte trecho:

(42) Em suma, a presidente reagiu **ao inconformismo geral** com firmeza e disposição para melhorar.

Muito diferente do que acontecia quanto à suposta falta de legitimidade das pautas iniciais encabeçadas pelo MPL, o conjunto das questões dessa fase do processo é vista como representativa da população em geral, e, portanto, legítima, conforme se vê na escolha do modificador da expressão em destaque. O caráter genérico e não vinculado a ideais vistos como transformadores pode explicar o movimento de aproximação do jornal quanto a elas, tendo em vista sua posição dominante no campo social.

#### 6.1.5.5. Manifestações

Quanto à cadeia referencial relativa às manifestações, destacamos um segmento:

(43) A presidente Dilma Rousseff demonstrou discernimento e equilíbrio ao extrair lições **dos protestos que se espalharam pelo país**.

Em primeiro lugar, o modificador oracional indica a nacionalização dos protestos, e, portanto, das pautas, tendência já observada em textos anteriores. No contexto do editorial, tal característica pode ser vista como legitimadora dos eventos, por seu caráter representativo dos interesses dos cidadãos em geral. Isso, mais uma vez, guarda relação com a busca de reafirmação de legitimidade no campo jornalístico por parte da Folha de S. Paulo, tendo em

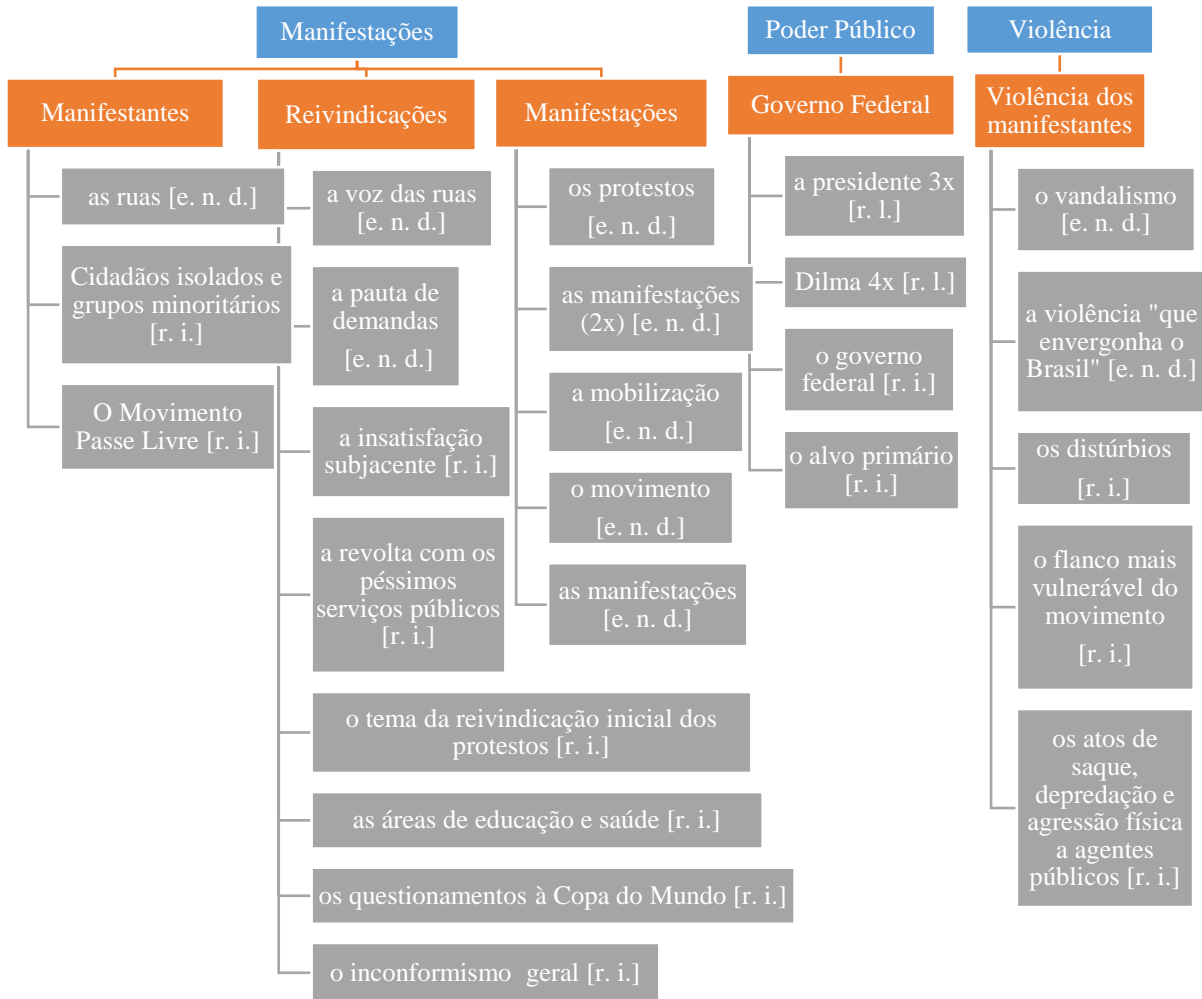


vista o caráter plebiscitário comentado por Bourdieu como inerente à legitimação nessa esfera social.

6.1.5.6 Conclusões parciais a respeito do Texto 5

O levantamento das estratégias de progressão referencial é apresentado na FIGURA 7:

FIGURA 7 – Cadeias referenciais no Texto 5



Fonte: Elaborada pelo próprio autor

e. n. d. – Expressão Nominal Definida

r. l. – Repetição Lexical

h. h. – Hiponímia / Hiperonímia

n. – Nominalização

r. i. – Relações Indiretas

s. p. – Sinonímia/paráfrase

A leitura e análise das cadeias referenciais do Texto 5 indicam que, ao referendar o pronunciamento de Dilma Rousseff, o editorialista procura manter, na construção do objeto de

discurso, coerência com a forma como a Folha de S. Paulo vinha se posicionando nos últimos editoriais. Segundo esse posicionamento, os eventos de junho passam a ter legitimidade política, por serem representativos da sociedade e por defenderem pautas relacionadas ao que seria o interesse público. Sua abrangência é nacional e diz respeito especialmente à presidência da República. Quanto à violência, ela é ilegítima quando praticada na forma de vandalismo por parte de uma minoria de representantes, o que torna legítima a intervenção da polícia e do Judiciário.

Assim, o jornal articula especialmente os valores de direitos constitucionais (segurança, proteção da propriedade), para deslegitimar parte dos manifestantes no campo político. Assim, um ator socialmente dominante põe-se ao lado da manutenção da ordem. Ao mesmo tempo, legitima as agora diluídas reivindicações, localizadas no âmbito da forma como, no campo jornalístico, apresenta-se o valor da defesa do interesse público. Dessa forma, procura manter sua legitimidade de campo, esforçando-se para adequar-se ao controle plebiscitário do seu público, bem como à sua história, que, segundo sua visão oficial, relaciona-se à defesa de grandes manifestações pela democracia no Brasil.

Mais do que apoio ao governo no momento, parece se tratar de um apoio a certos valores que coincidem com seus interesses tendo em vista o momento e a disposição dos campos sociais.

## **6.2. A hipótese da progressão referencial entre textos**

Nesta seção, apresentaremos análises que comparam determinados objetos de discurso entre os textos analisados. Selecionamos três cadeias referenciais que aparecem nos cinco textos e nos parecem relevantes para pensar na hipótese da progressão referencial entre os textos, bem como da relação entre esse processo e a inserção dos textos no contexto social maior.

Partimos, conforme apresentamos anteriormente, dos seguintes elementos apresentados por Menegaldo (2016) para o fenômeno da progressão referencial entre textos, que o nosso trabalho colocará em questão quanto aos fenômenos analisados:

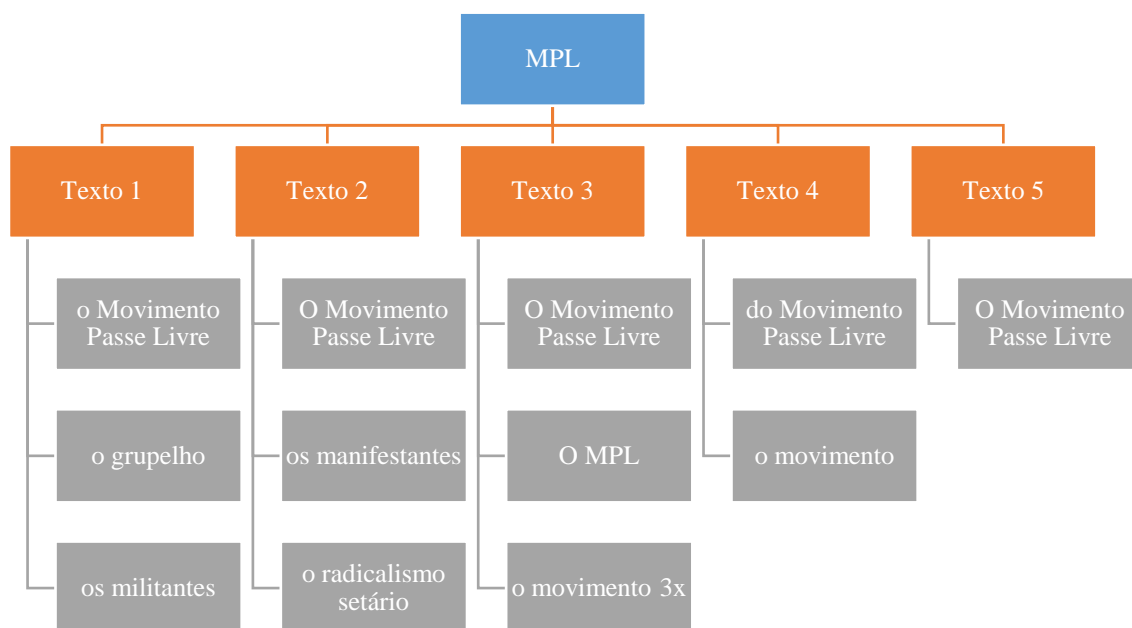
- a) a introdução de um objeto de discurso é ancorada em textos anteriores;
- b) categorizações e recategorizações mantêm a identidade referencial dos objetos de discurso;
- c) tal identidade referencial resulta na consolidação de uma forma de compreender os objetos de discurso.

A seguir, analisaremos separadamente séries de cadeias referenciais divididas em três grandes grupos: **Manifestações, Poderes Públicos e Violência**. Essa escolha se deve ao fato de que, no caso das cadeias relativas a manifestantes, quando for o caso, relacionaremos também cadeias ancoradas em elementos correlacionados, como manifestação e reivindicações. Como resultado, conforme veremos, encontramos diferenças quanto à proposta apresentada, no sentido de nem sempre haver identidade referencial, especialmente, bem como de haver um esforço de consolidação mais complexo dos posicionamentos do ator social, que associamos ao caráter heterogêneo e rapidamente cambiante do contexto dos eventos de junho.

### 6.2.1. Manifestações

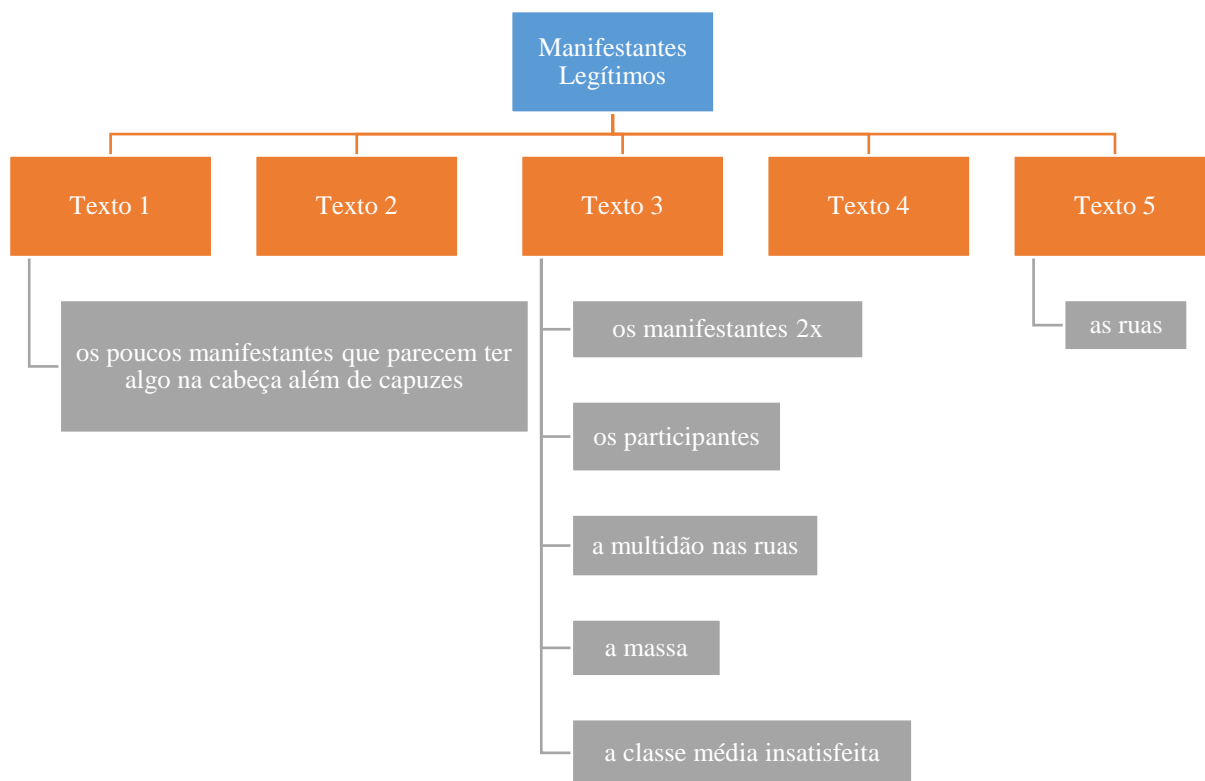
A seguir, apresentamos três séries de comparações entre cadeias referenciais relacionadas a “Manifestações”, levando em conta os cinco textos analisados:

FIGURA 8 – Movimento Passe Livre



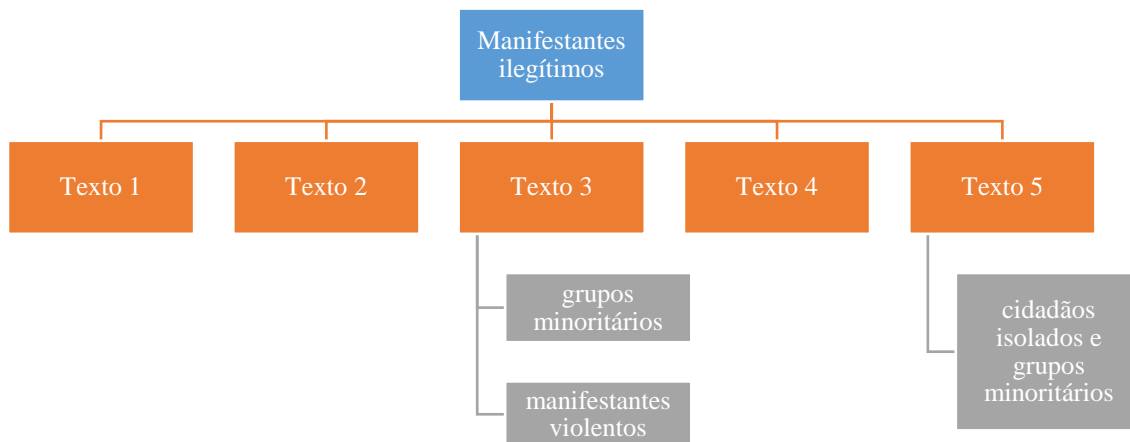
Fonte: elaborada pelo autor.

FIGURA 9 – Manifestantes legítimos



Fonte: elaborada pelo autor.

FIGURA 10 – Manifestantes ilegítimos



Fonte: elaborada pelo autor.

Três fenômenos chamam atenção na análise da progressão referencial relacionada a “manifestantes”: a mudança na categorização do Movimento Passe Livre, a integração de outros atores sociais enquanto manifestantes e a legitimação política dos grupos a partir da segunda fase dos eventos, com a progressiva categorização dos atores sociais ligados ao “vandalismo” enquanto pouco representativos dos eventos.

Quanto ao MPL, as recategorizações deslegitimadoras do primeiro texto (“o grupelho” e mesmo “os militantes”, como vimos) dão lugar a meras repetições e sinonímias, num efeito de neutralidade que associamos, em nossas análises, a uma forma de legitimação. Pensamos que essa modificação se relaciona a mudanças na leitura feita pelo ator social em relação ao contexto: uma vez que há a percepção de ganho de importância e representatividade do MPL e de suas pautas, o jornal parece esforçar-se para salvaguardar-se de um possível desencontro em relação ao controle plebiscitário do seu público. De toda forma, há correferencialidade entre as ocorrências, mas não propriamente identidade referencial, tendo em vista a mudança quanto às categorizações.

Já a integração de outros atores sociais como parte do objeto de discurso “manifestantes” ocorre especialmente no texto 3, com expressões como “a multidão”, “a massa” e “a classe média insatisfeita”. Conforme analisamos, tais expressões legitimam os participantes do evento junto ao campo político no sentido de que os interesses representados parecem ser dos cidadãos e não de grupos (ou grupelhos). Tal movimento pode ser associado ao controle plebiscitário e ao interesse de audiência e vendagem ou mesmo, frente ao maior número de pessoas nas ruas, à percepção de que o jornal poderia ficar do lado “errado” da história, o que iria contra a coerência com seus posicionamentos anteriores em momentos chave da democracia do país, como a campanha Diretas Já ou o *impeachment* de Fernando Collor. Portanto, na análise dessas cadeias referenciais associadas, percebemos uma espécie de ajuste ou modulação no posicionamento do veículo, frente à evolução de suas leituras de contexto, e não a uma consolidação de posicionamento.

Por fim, quanto aos manifestantes relacionados a ações violentas, parece haver um esforço em dois sentidos: por um lado, consolidar a crítica à violência de alguns grupos e, por outro, separá-los do todo dos manifestantes. Chama atenção, por exemplo, a repetição da expressão “grupos minoritários” nos textos 3 e 5. Nesse caso, não está claro se há identidade referencial entre os textos, mas sim que ocorre um esforço pela restrição da deslegitimação

relacionada à violência apenas a uma parte do todo “manifestantes”. A repetição de formulações semelhantes a partir do texto 3 sugere alguma consolidação nesse sentido.

Sendo assim, as diferentes categorizações e focos relacionados a partes das cadeias referenciais reunida no grupo “manifestantes” parecem se orientar por tentativas momentâneas de consolidar posicionamentos do jornal nos campos jornalístico e político, tendo em vista as mudanças no contexto de enunciação e as próprias relações entre os textos.

### 6.2.2. *Violência nas manifestações*

A seguir, apresentamos duas séries de cadeias referenciais, a primeira relacionada à violência de manifestantes (Fig. 11), e a segunda, à violência policial (Fig. 12):

FIGURA 11 – Violência de manifestantes

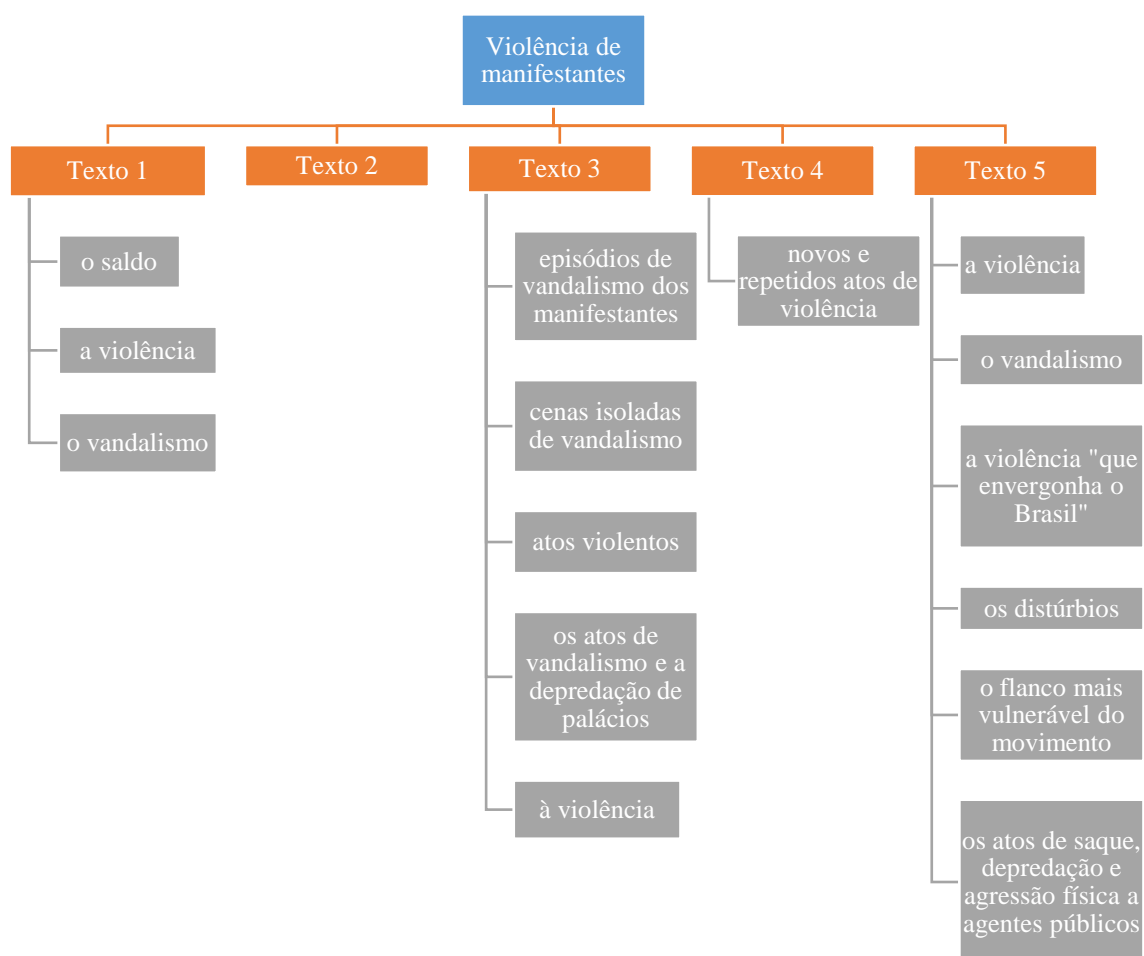
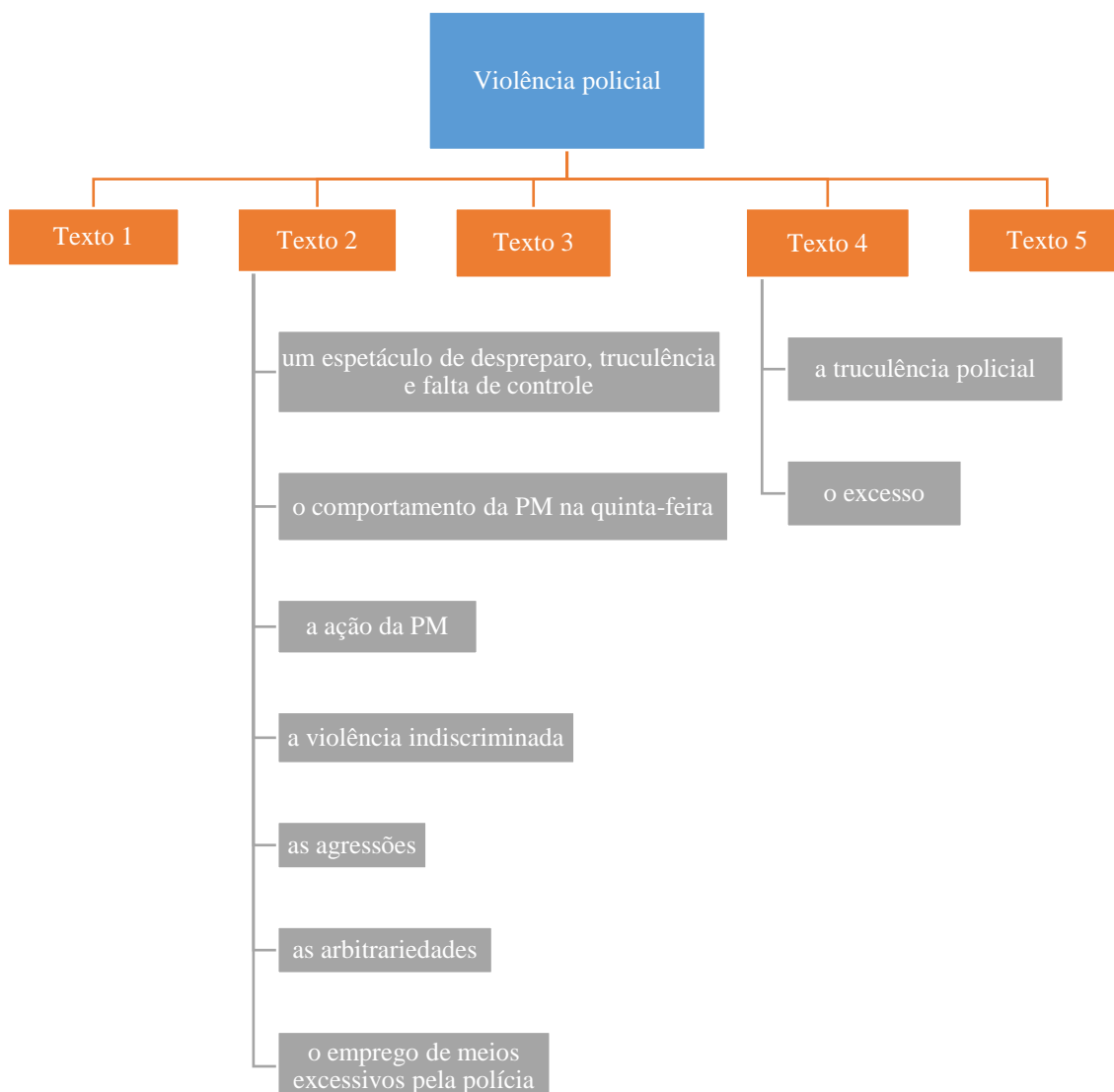


FIGURA 12 – Violência policial



Fonte: elaborada pelo autor.

Ao longo dos editoriais de junho, as cadeias referenciais relativas à violência indicam que os posicionamentos da Folha de S. Paulo orientam-se em torno de uma clivagem entre a violência legítima e a ilegítima. A primeira aparece como a ação da polícia dentro do que seriam os limites legais e contra pessoas responsáveis por atos que afetariam o patrimônio público e privado. A segunda é relacionada ao “vandalismo” de manifestantes, de um lado, e aos abusos e desproporções da ação da polícia, de outro.

A evolução das cadeias referenciais mostra que, num primeiro momento, essa clivagem opõe o Poder Público, que exerce a violência legítima, e os “militantes” responsáveis pela violência nas ruas. Assim, a cadeia referencial do Texto 1 relativa à violência tem como escopo

a manifestação como um todo e, vale lembrar, o texto acaba por defender uma ação da polícia (já desde o título, “Retomar a Paulista”). No Texto 2, o foco da cadeia referencial relativa à violência é a própria polícia, e há expressões que indicam se tratar de uma crítica pontual, como “à violência indiscriminada” e “o emprego de meios excessivos pela polícia”. Como vimos, tal movimento, ao tempo em que deslegitima atos violentos cometidos pela PM, procura manter a coerência quanto ao Texto 1, sugerindo a legitimidade de uma violência sem excessos e com a correta discriminação. O Texto 3 retoma as cadeias referenciais do Texto 1 e do Texto 2, mas com uma diferença importante: muda o escopo relacionado à violência dos manifestantes, que, conforme analisado no item anterior, passa a referir-se apenas a um grupo minoritário. Nesse sentido, chamam atenção expressões como “episódios de vandalismo dos manifestantes” e “cenas isoladas de vandalismo”. Destacamos, por fim, que, no Texto 5, parece haver um reforço das categorizações presentes no Texto 3, como se vê na expressão “o flanco mais vulnerável do movimento”.

O principal papel desse objeto de discurso, portanto, parece se relacionar com a legitimação no campo político, no sentido de que o exercício de atos violentos contrários ao o aparato legal deslegitimaria os seus atores. Como vimos, trata-se muito mais de uma tomada de posição de campo do que de uma condenação irrestrita, já que a violência abusiva da polícia, por exemplo, não é alvo de críticas quando parece direcionada apenas às pessoas que seriam responsáveis pelo “vandalismo”. O que talvez confira coerência aos posicionamentos do jornal ao longo de junho de 2013 quanto a essas cadeias referenciais é uma certa defesa da ordem, que pode ser relacionada à sua própria situação dominante no campo social.

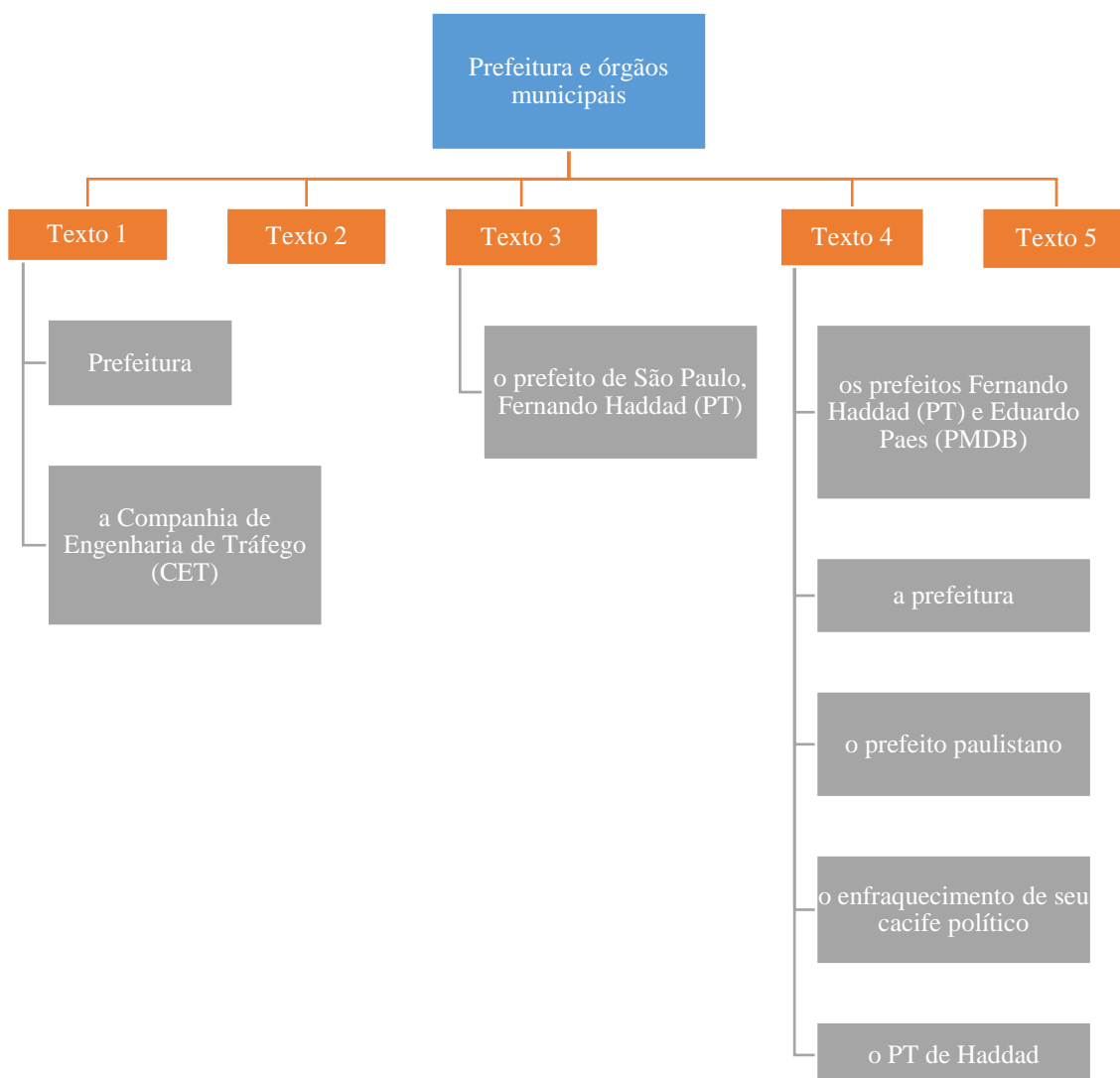
Assim, no caso da violência, pode-se identificar uma identidade referencial relativa ao que podemos chamar de “vandalismo dos manifestantes”. Ainda assim, há mudanças de escopo, já que começam a ocorrer, em seguida, expressões como “cenas de vandalismo”, mais restritas. Se podemos ver uma consolidação nos posicionamentos do jornal, é no sentido de deslegitimar manifestações de violência que possam ser lidas como ameaçadoras da ordem. Por outro lado, a relativa variação observável quanto à violência da Polícia Militar mostra uma certa flexibilidade quanto à realização dessa manutenção, já que a condenação de abusos, em um momento, pode ser utilizada como deslegitimadora, enquanto em outros não. Isso indica um processo dinâmico de leituras, releituras, posicionamentos e reposicionamentos, que ocorrem à medida que a formulação de contextos sociais se transforma.



### 6.2.3. Poder Público

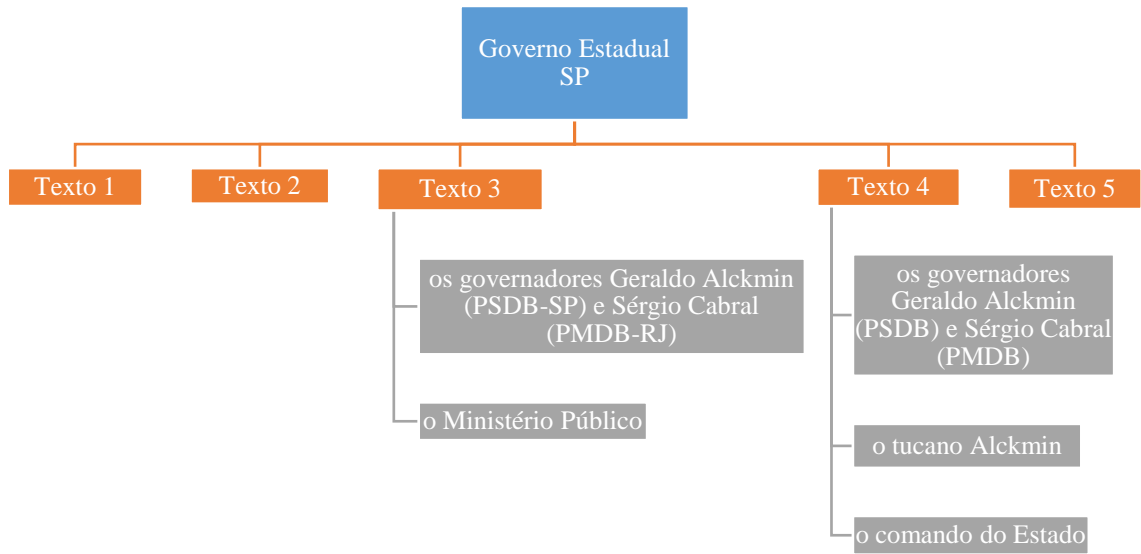
As cadeias referenciais relacionadas ao Poder Público, ao longo dos textos analisados, apresentam uma mudança no sentido de começarem por autoridades locais e terminarem pela presidência da República e por todo o sistema político. Como vimos, há um certo movimento de federalização e nacionalização, que pode ser observado ao longo das cadeias. Isso pode ser visto pela análise em conjunto das séries seguintes de cadeias referenciais (Figuras de 13 a 18):

FIGURA 13 – Prefeitura de São Paulo e órgãos municipais



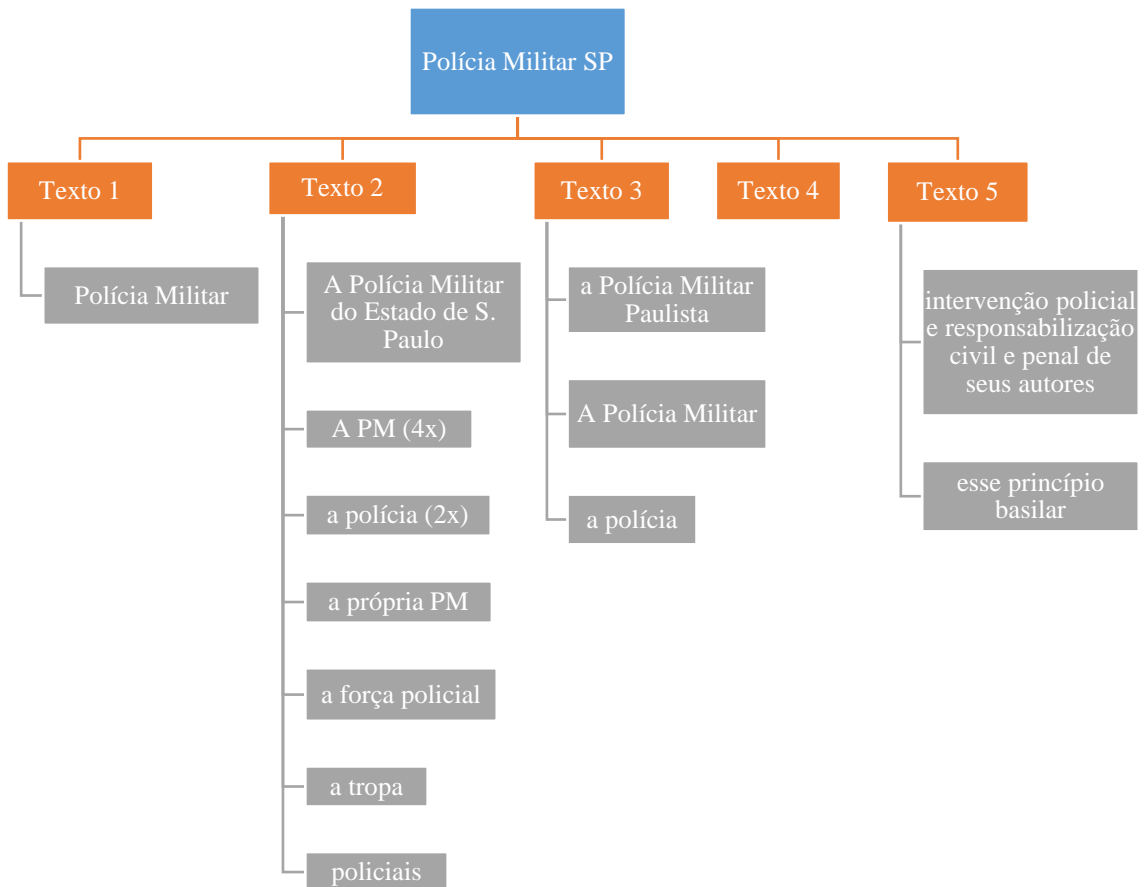
Fonte: elaborada pelo autor.

FIGURA 14 – Governo do Estado de São Paulo



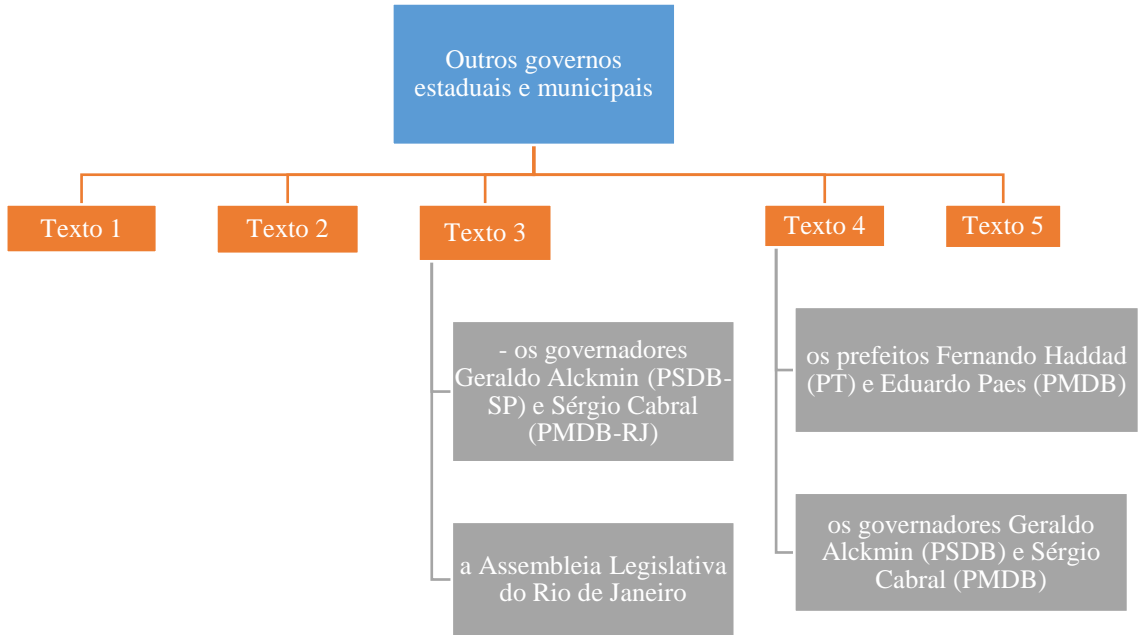
Fonte: elaborada pelo autor.

FIGURA 15 – Polícia Militar



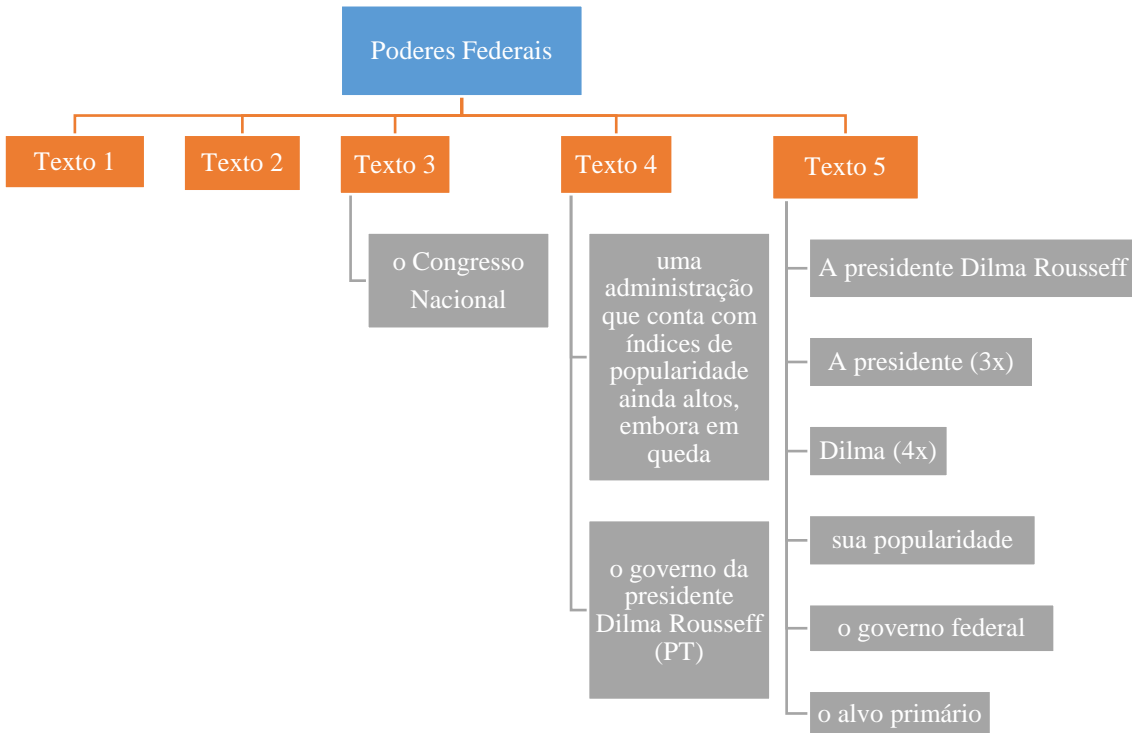
Fonte: elaborada pelo autor.

FIGURA 16 – Outros governos municipais e estaduais



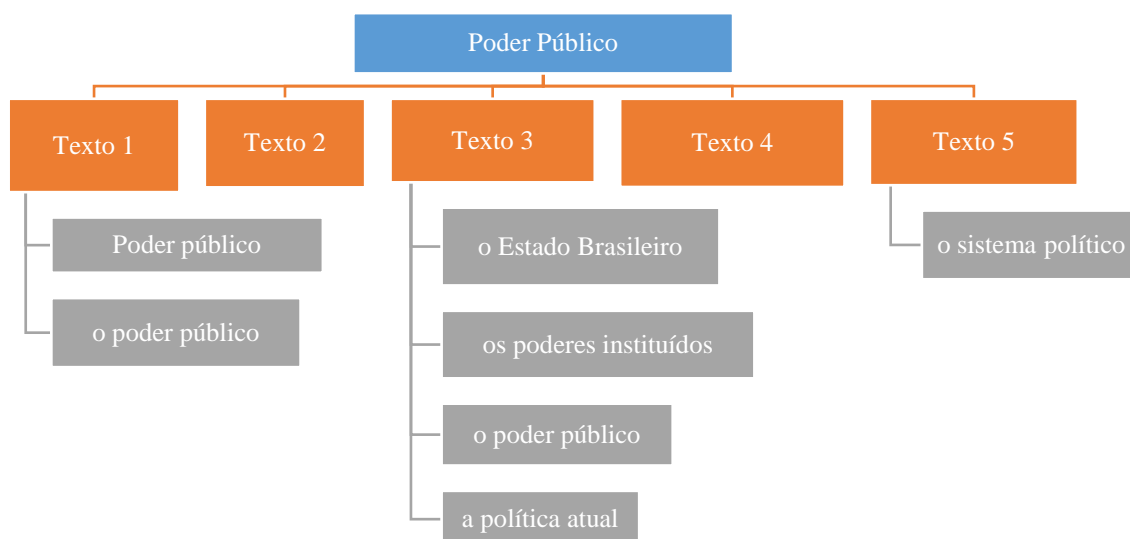
Fonte: elaborada pelo autor.

FIGURA 17 – Poderes federais



Fonte: elaborada pelo autor.

Figura 18 – Poder Público



Fonte: elaborada pelo autor.

Para o nosso recorte de análise, importa notar que esse processo pareceu caminhar na direção de reforçar que o governo federal era o principal alvo das manifestações, como se percebe claramente pela leitura em conjunto das Figuras 16 e 17. Isso pode se relacionar a uma oposição ao governo federal por parte do veículo, ainda que o último editorial indique um alinhamento, que nos parece pontual. Além disso, a presença de autoridades de diversos partidos e a adesão a uma crítica generalizada ao sistema político parecem ter em vista valores do campo jornalístico, como a afirmação do apartidarismo e a tentativa de aproximar-se da direção da opinião do público, no sentido de adiantar-se ou responder ao controle plebiscitário.

Vale dizer que não se pode propriamente falar de identidade referencial nesse caso, já que houve intensa variação nos atores sociais que eram apontados como responsáveis principais das questões postas em causa pelas manifestações. Além disso, aqui também, mais do que uma consolidação de leitura dos objetos de discurso, parece ter havido uma tentativa de alinhar-se, passo a passo, à leitura que seria a dos leitores, de que “todo o sistema” seria alvo dos protestos, sendo que não nos pareceu haver indicações de que esta era a postura original da Folha de S. Paulo.

O conjunto de análises mostra que há distinções entre o fenômeno sob nosso exame e aquele de Menegaldo (2016) no que concerne à caracterização de uma progressão referencial

entre textos. Ali, havia um mesmo ator social agindo no sentido de consolidar uma forma de compreender um objeto de discurso (no caso, os chamados ataques de Paris), valendo-se de categorizações e recategorizações que mantinham a identidade referencial de tais objetos. Já quanto aos textos desta pesquisa, apenas um outro elemento da progressão referencial entre textos se fez presente: a introdução de objetos de discurso ser ancorada em textos anteriores.

### **6.3. Relações entre as análises e a contextualização**

As análises apontam um certo contexto político emergente em vista do qual foram elaborados os editoriais. Tal contexto, por sua vez, insere-se no momento histórico pelo qual passava o país. Destacamos, no capítulo de contextualização, as leituras feitas por Nobre e Singer sobre esse momento e sobre as manifestações. Embora elementos dessa contextualização já estejam presentes nas próprias análises, convém explicitar algumas considerações sobre a relação entre os resultados obtidos e os quadros interpretativos apresentados anteriormente.

Quanto ao pemedebismo, lembremos que Nobre propõe esse conceito como uma cultura política caracterizada, entre outros elementos, por um sistema hierarquizado de vetos a pautas e atores sociais relacionados a demandas de maior democratização. Como a redemocratização do país trouxera possibilidades amplas de demandas emancipatórias e maior participação popular, o sistema político teria configurado o pemedebismo como forma de conter ou controlar o ritmo dessa democratização. Assim, seriam formadas amplas maiorias congressuais capazes de vetar medidas democratizantes e impedir a entrada de novos participantes da arena política, mantendo a estrutura do poder político. Tal lógica seria mais decisiva do que a polarização entre PT e PSDB, os quais nada mais seriam do que síndicos do condomínio pemedebista. É nesse sentido que Nobre verá com otimismo as manifestações de junho de 2013, enquanto possibilidade de ruptura com o pemedebismo, e, portanto, como um elemento de democratização e emancipação política.

A partir de nossas análises, propomos que, quanto ao que Nobre denomina pemedebismo, há dois momentos no posicionamento da Folha de São Paulo, análogos aos dois períodos iniciais das manifestações. Primeiro, parece haver um esforço conjunto com o sistema político de refrear impulsos de participação popular e exercer um poder de veto. Especialmente no Texto 1, há um esforço por parte do ator social de criar barreiras de participação e vetos a determinadas pautas. Ainda que não se trate propriamente dos vetos por meio de votação no Congresso, o jornal vale-se da sua posição no campo jornalístico para ditar ou tentar ditar regras sobre quais formas de participação são válidas, que atores de fato podem compor o campo

político e quais pautas são legítimas para fazer parte do debate político. Nesse sentido, seria possível dizer que esse representante privilegiado do campo jornalístico não diferiu de maneira tão significativa do campo político. Tanto no primeiro quanto em editoriais seguintes, características importantes da cultura política do pemedebismo, conforme compreendido por Nobre, parecem moldar também o comportamento do jornal.

Depois, após evidências de que o público leitor passa a defender as manifestações, o jornal parece refutar essa aproximação com o sistema político. À medida que as manifestações se federalizam e as pautas se ampliam e diluem, o alvo dos protestos passa a ser não o aumento das tarifas, e sim ora a presidência da República, ora toda a classe política. Nesse sentido, o jornal volta-se contra a classe política como um todo, buscando alinhar-se à população em geral no que seriam esforços de democratização. Passa-se da crítica aos “grupelhos” à crítica à “política tradicional”, que, em certa medida, é o próprio pemedebismo conforme a leitura de Nobre.

Sendo assim, de maneira análoga ao que acontece quanto à defesa da democracia ao longo da história da Folha de S. Paulo, a crítica ao pemedebismo também aparenta ser uma espécie de moeda de troca, empenhada quando necessário ou conveniente. Ator social privilegiado do campo jornalístico, a Folha ora intervém com intenção de veto a formas de participação popular e a pautas específicas, assim como a classe política, ora apresenta-se como aliada dos interesses gerais da população contra essa mesma classe, fazendo coro às críticas generalistas à política. Se a questão de Nobre é compreender em que medida as manifestações de junho de 2013 tinham um potencial de romper com o pemedebismo, certamente não é o apoio da imprensa que torna essa possibilidade mais plausível, pois esta própria imprensa também se mostra capaz de resguardar as posições dominantes no campo político quando isso for conveniente.

Quanto à leitura de Singer acerca do momento atual, é interessante pensar como os posicionamentos da Folha de S. Paulo quanto às manifestações de junho de 2013 se relacionam com a configuração eleitoral vigente no país então, a qual o autor denomina de lulismo. Conforme expusemos, tratou-se de uma mudança na base eleitoral do PT em direção aos setores mais marginalizados economicamente na sociedade, sobretudo a partir do êxito dos programas sociais do primeiro governo Lula. Essa nova base teria garantido ao partido as vitórias eleitorais subsequentes, inclusive as de Dilma Rousseff e Fernando Haddad. Ao mesmo tempo, o partido perderia parte de sua base tradicional, a classe trabalhadora organizada e a classe média urbana, a qual convergiria para o PSDB.

Conforme vimos anteriormente, Singer caracteriza a composição social das manifestações como sendo de membros de um novo proletariado escolarizado e da classe média. Quanto ao quadro ideológico, o autor aponta uma oscilação entre esquerda e direita e a presença do dado novo de pautas ligadas a um centro pós-materialista, relacionadas à qualidade de vida, à segurança física e econômica e à participação dos cidadãos na política por meio do uso de redes sociais. Assim, Singer vê naquele momento menos uma apropriação por parte da direita do que uma sutil ressignificação pós-materialista da política.

Partindo dessa leitura, dois pontos chamam atenção na nossa análise. Primeiro, os esforços de legitimação política das manifestações correspondem, nos editoriais da Folha de S. Paulo, a uma caracterização das manifestações como voz da classe média. A partir da reação à violência policial (que pode ter sido incentivada pelo primeiro editorial analisado e pela cobertura do jornal como um todo), os manifestantes deixam de representar o sectarismo e passam a falar em nome de uma classe média capaz de exprimir uma diluída insatisfação geral da população. Dessa forma, o jornal parece reforçar a relação entre interesse público geral e interesse da classe média, cujos interesses a própria publicação defenderia, de acordo com seu discurso de autolegitimação.

Em segundo lugar, as cadeias referenciais relacionadas às reivindicações não parecem evidenciar a caracterização de um centro pós-materialista, conforme o conceito utilizado por Singer. Nos editoriais da Folha de S. Paulo daquele momento, a pauta da tarifa zero, que teve origem no próprio PT e era defendida no momento por um grupo de esquerda ligado a demandas por uma nova política, dá lugar a reivindicações que parecem se aproximar do discurso histórico da classe média, especialmente o discurso moral sobre a corrupção do Estado e os gastos públicos, pautas que ganharam corpo nos protestos contra a realização da Copa do Mundo de futebol. Sendo assim, pode-se pensar que houve uma seleção por parte do jornal, entre as múltiplas reivindicações existentes nas manifestações, daquelas que as caracterizariam e que as tornariam politicamente legítimas.

Portanto, as análises dos textos ora corroboram, ora desafiam, ora complementam as leituras feitas por esses autores do campo político brasileiro contemporâneo. Os dados não são suficientes para afirmar que o jornal se apropriou de forma eficaz das manifestações em nome da classe média da qual se diz representante, porém mostram um esforço nesse sentido, o qual envolveu aproximações e distanciamentos táticos em relação ao que Nobre denomina de pemedebismo.

## 7. Considerações finais

Esta pesquisa se propôs como objetivo compreender a inserção de textos em contextos sociais amplos, correlacionando, especialmente, a progressão referencial e outras estratégias de referenciação a valores de campos sociais. A realização das análises enseja algumas considerações a respeito desse objetivo geral, bem como das hipóteses levantadas. Dividiremos essas considerações em dois grupos: primeiro, e o que é nosso objeto principal, sobre a contribuição que pode ter esta pesquisa para os estudos da linguagem; em segundo, algumas observações sobre o objeto de discurso dos textos analisados, as manifestações de junho de 2013, no que diz respeito ao que se pôde observar a partir do *corpus* analisado.

Nossa hipótese teórica de fundo é de que os processos de referenciação devem ser compreendidos tendo em vista a inserção das produções textuais em contextos sociais mais amplos, no que haveria um papel especial dos valores de campos sociais em que os atores estão inseridos. De fato, como parte dos elementos responsáveis pela construção textual e dos recursos argumentativos do projeto de dizer dos sujeitos sociais, as estratégias de referenciação, e especialmente a constituição de cadeias referenciais, apresentam-se como elementos que compõem, a partir de cenários emergentes, a inserção de textos no contexto social mais amplo. Não à toa, isso se dá, muitas vezes, com a mediação de valores de campos sociais aos quais os atores pertencem e no âmbito dos quais os textos são produzidos e circulam, afinal tais valores são vitais para conferir sentido de manutenção ou conquista de poder simbólico nos universos sociais mais restritos e mais amplos, assim como nas intervenções nas trajetórias de outros atores em um ou mais campos.

Nesse sentido, procuramos aplicar, nas análises, a hipótese empírica de que a construção dinâmica de objetos de discurso pelo ator social “Folha de S. Paulo”, representante privilegiado da grande imprensa no país, é constituída tendo em vista o contexto de enunciação e, especialmente, os valores dos campos jornalístico e político. Se considerarmos que houve, por parte do jornal, uma mudança de posicionamento frente às manifestações daquele mês, cumpria entender a forma como tal mudança se apresentou e se a correlação com valores de campos sociais elucidaria o movimento desse ator social. Ora, uma das dimensões de tal mudança, nos textos, se constitui por meio dos encadeamentos referenciais, com papel de destaque na produção dos objetos de discurso. As formas nominais utilizadas para primeiro deslegitimar o MPL, depois abandonadas, indiciam a assunção de uma nova estratégia quanto a esse ator social. A nacionalização observada nas construções referenciais relativas ao Poder Público, por sua vez, transforma as manifestações em algo que tem como alvo a classe política como um



todo, em especial a Presidência da República. A legitimação da violência policial oscila não de acordo com seu caráter arbitrário, mas sim de acordo com uma certa leitura do momento e contra quais atores sociais essa violência é exercida. Tomando os editorialistas do jornal sujeitos idealizados, e a língua, como um sistema simbólico autônomo, dificilmente poderíamos entender melhor tais movimentações. Porém, tomando as estratégias referenciais como parte de um campo simbólico que é incorporado a campos sociais mais amplos, como o jornalístico e o político, parece-nos que tivemos maiores condições de compreender cada um desses atos linguísticos, seja quanto às seleções lexicais de um dado texto, seja quanto à maneira como novos textos dialogam com anteriores, como forma de um mesmo ator se adaptar a novas constituições contextuais e sustentar um projeto de coerência com a sua trajetória em seus campos.

Procuramos também verificar a hipótese da progressão referencial entre textos, partindo de uma formulação segundo a qual esta opera por meio do ancoramento de objetos de discurso em textos anteriores e da consolidação de uma certa visão de mundo por parte do ator social produtor dos textos, envolvendo a manutenção de uma identidade referencial. Segundo nossa análise dos textos em questão, a progressão referencial entre textos, em contextos sociais específicos, pode ocorrer sem duas características apontadas no trabalho de Menegaldo (2016): a manutenção de uma identidade referencial e a consolidação de uma mesma forma de construção de objetos de discurso. Pode haver, por parte de um mesmo ator, reavaliações de um outro ator social dentro de modificações na formulação do contexto social, o que implica novas estratégias referenciais, que podem se mostrar seja por meio de reavaliações quanto à legitimação ou à deslegitimação, seja por meio de mudanças de escopo, como observado quanto ao Poder Público ao longo de junho de 2013.

Por um lado, podemos nos ver autorizados a empregar o conceito de progressão referencial, já que, no âmbito de textos individuais, a introdução ancorada de objetos de discurso é suficiente para o estabelecimento de cadeias referenciais, sem que haja necessidade de correferencialidade. É o caso, principalmente, das diversas e numerosas formas de anáforas indiretas. Por outro lado, a dificuldade de verificar uma consolidação de uma mesma forma de compreender objetos de discurso (como no caso das modificações de encaminhamentos argumentativos relacionados ao Movimento Passe Livre), bem como de estabelecer uma identidade referencial (como na chamada federalização dos alvos dos protestos) nos autoriza a conceber outras formas de compreender o fenômeno em estudo.

O que parece estar em jogo é um mesmo ator social que se vê levado a modificar seus projetos de dizer ao longo de um período de dez dias nos quais era difícil haver uma leitura consolidada do contexto social. A cada novo dia, praticamente, novos eventos, abordagens e outras leituras de contexto tornavam difícil manter a mesma estratégia argumentativa presente em textos anteriores, das quais fazem parte as cadeias referenciais e as diferentes construções de objetos de discurso. A posição do ator social no campo jornalístico e no político certamente não mudaram, e, por extensão, tampouco a natureza da sua atuação em ambos os campos. Contudo o jornal viu-se levado a reconsiderar posicionamentos anteriores e abordagens de objetos de discurso que, diante das reformulações de contexto e da situação de interação com outros atores sociais, permitissem a ele o cumprimento de seus propósitos comunicativos e sociais.

Sendo assim, estamos diante de um momento que explicita a natureza sociocognitiva da construção de objetos de discurso, a partir de um monitoramento constante de possíveis transformações que ensejem reconsiderações quanto ao que havia sido dito em dias anteriores. Não se trata, certamente, de mera incoerência ou inconsistência, já que os propósitos sociais do jornal no campo jornalístico e no político parecem manter-se. O que está em jogo é um projeto de dizer que não parte de um sujeito a-histórico e isolado, e sim de um ator social imerso em contextos históricos complexos e em intensas interações com outros atores sociais. Face a reconfigurações nas formulações do contexto social, há uma variação qualitativa nos processos de referenciação, uma mudança de tom ou sistemas de valores. Poderíamos chamar tal processo, dessa forma, de uma espécie de modulação referencial entre textos.

Tal fenômeno, segundo entendemos a partir das análises, possuiria algumas peculiaridades:

- um mesmo ator social;
- um conjunto de textos produzidos ao longo de uma sequência temporal;
- reconfigurações do contexto social;
- variações na constituição de cadeias referenciais entre os textos dados, seja quanto a esforços de legitimação e deslegitimação, seja de mudança eventual de escopo quanto à identidade referencial.

Tudo considerado, a interpretação das cadeias referenciais, em muitos momentos, realizou-se de acordo com a linha de leitura proposta. Contudo, evidentemente, algumas considerações precisam ser feitas nesse momento a respeito dos resultados. Por um lado,

partindo de um horizonte teórico definido, o tipo de análise empregado ajuda a tornar mais claros elementos valorativos implícitos em certos contextos sociais, e que podem não aparecer mesmo em leituras bem informadas dos textos, sobretudo quando se trata de material de grande repercussão e já sujeito a diversas leituras e análises. É o caso de interpretações feitas desde o momento dos acontecimentos a respeito da postura da grande imprensa sobre as manifestações de 2013. Por outro lado, ela se coloca o desafio de analisar o texto a partir de elementos “micro” de construção da textualidade, o que auxilia no cuidado de não estabelecer uma leitura sociológica reducionista, na qual o texto é apenas produto de determinados modelos de compreensão da sociedade previamente dados. Nesse sentido, teríamos contextos sociais como algo previamente dado à enunciação, e as categorizações como etiquetas estanques com correspondências a um mundo espelhado pelo discurso. Em vez disso, o tipo de análise que empreendemos corrobora mais uma visão sobre a prática linguística em que as estratégias referenciais ocorrem tendo em vista esforços de contextualização que se mostram como mais dinâmicas e exploratórias, como espécies de apostas do ator social relacionadas à leitura que tem dos campos nos quais atua, tanto da sua posição, como da de outros atores, ainda que conforme valores de campos sociais incorporados ao sujeitos enquanto *habitus*. Ao mesmo tempo, as categorizações e recategorizações, num dado texto e numa sequência deles, ocorre no âmbito dessas apostas discursivas, e podem ora avançar, ora recuar, ora manter-se estáveis, num processo de constante negociação com os interlocutores e com os demais atores sociais dos campos.

Já quanto ao objeto de discurso analisado, algumas decorrências também podem ser apontadas a partir de nossas análises. De modo geral, vimos que as leituras a respeito de junho de 2013 são quase tão heterogêneas quanto o são as visões políticas e as leituras sobre a história recente do país. A análise das cadeias referenciais dos editoriais da Folha de S. Paulo naturalmente não é conclusiva para apontar os sentidos políticos dominantes do fenômeno. Algumas considerações, porém, podem ser feitas para contribuir com o debate.

Ao longo do período analisado, a maneira como o jornal construiu o objeto de discurso analisado teve algumas direções dominantes. Os manifestantes tornavam-se legítimos à medida que havia uma identificação maior com a classe média e que portavam pautas mais diluídas e amplas, como a rejeição geral à classe política e à corrupção. Já a violência era legitimada quando exercida pelo Estado contra determinados grupos de manifestantes, mas não contra outros, estes identificados como representantes da sociedade em geral, e não de grupos sectários. Por fim, o alvo das manifestações passa de autoridades locais para uma federalização

e crescentemente para o governo federal, em que pese o alinhamento quanto ao pronunciamento de Dilma Rousseff.

Como a constituição discursiva da imprensa dominante sobre aquelas diante da opinião pública influenciou a história subsequente? A pergunta é ampla e não pode ser respondida a partir de nossos dados, naturalmente. Contudo vale a pena destacar alguns eventos subsequentes no plano eleitoral, sem deixar de considerar que outros fatores podem ter contribuído para eles. Como vimos, um efeito político imediato das manifestações foi o desgaste de todos os governantes e políticos, especialmente de Dilma Rousseff e Fernando Haddad. Embora Dilma Rousseff tenha sido reeleita em 2014, essa vitória foi a que teve a margem mais estreita entre as outras três obtidas pelo partido nos pleitos presidenciais. Além disso, e o que é mais significativo talvez, a eleição para as casas congressuais resultou no perfil mais conservador do legislativo federal desde o golpe de 1964<sup>29</sup>, com crescimento de setores como militares, religiosos e ruralistas. Foi esse mesmo Congresso, articulado com Michel Temer e liderado pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha, que destituiu Dilma Rousseff por meio do artifício formal do *impeachment* para dar lugar a um governo de ideário neoliberal em parceria com o PSDB. Nas eleições municipais de 2016, o mesmo PSDB, principal opositorista e maior força eleitoral de direita do país até aqui, foi o grande vencedor, com crescimento de 15,5% em relação a 2012 e governando 26 dos 92 maiores municípios do país. Isso incluiu, como se sabe, a própria capital paulista, onde João Doria foi eleito em primeiro turno (fato inédito na cidade)<sup>30</sup> com o discurso de negação da política. Já ao longo do primeiro semestre de 2018, com a prisão e virtual impedimento jurídico da candidatura do ex-presidente Lula, principal liderança do PT, as pesquisas de opinião para as eleições presidenciais apontam o ultradireitista Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL), que também representa um discurso moralista contra a corrupção e um sentimento antipolítica (SOLANO, 2018), com quase 20% das intenções de votos, perdendo apenas para votos brancos e nulos<sup>31</sup>. Mais do que uma projeção para as eleições, destacamos esses dados para evidenciar a aparente importância de um sentimento de antipolítica (ainda que apenas nos discursos de candidatos) e da pauta de “combate à

---

<sup>29</sup> Souza, Nivaldo; Caram, Bernardo. “Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap”. In: **O Estado de S. Paulo**, 6 out 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>> . Acesso em: 16 out 2017.

<sup>30</sup> Benites, Afonso. “PSDB se consolida como vencedor das eleições municipais 2016”. In: **El País**, 31 out 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477874446\\_689440.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477874446_689440.html)>. Acesso em: 16 out 2017.

<sup>31</sup> Instituto de Pesquisas Datafolha. Sem Lula, Bolsonaro só é superado por brancos e nulos. **Datafolha**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/06/1971537-sem-lula-bolsonaro-so-e-superado-por-brancos-e-nulos.shtml>. Acesso em: 20 jul 2018.

corrupção”, as quais constituíam, entre outras, reivindicações das manifestações de junho de 2013 nos textos analisados quando o jornal passa a legitimá-las.

Sendo assim, é de se pensar se o realinhamento da grande imprensa quanto às manifestações de junho de 2013, representado pela Folha de S. Paulo em nossas análises, teve papel na história política recente do país, especialmente quanto ao desgaste do governo Dilma Rousseff, às vitórias eleitorais da então oposição e à emergência de uma rejeição à política que pode ser corporificada em candidatos ligados à direita ou extrema-direita. Isso não resolve a discussão sobre o significado das manifestações e não impede que tenha havido desdobramentos com potencial emancipatório, mas pode indicar que certa configuração simbólica daqueles eventos, forjada pelos editoriais e em parte representada neles, de alguma forma teve eficácia política na história eleitoral subsequente, independentemente de tal construção discursiva ser justa ou não em relação às variadas demandas apresentadas pelos manifestantes e às suas intenções.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marina. “Jabuti não sobre em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment”. In: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, edição Kindle.

APOTHÉLOZ, Denis. “Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques”. In: Berrendonner, A. e Reichler-Béguelin (ed.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995, pp. 143-173.

\_\_\_\_\_. “Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual”. In: Cavalcante, Mônica Magalhães; Rodrigues, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (org.). In: **Coleção Clássicos da Linguística: Referenciação**. São Paulo, Contexto, 2015, p. 53-84.

\_\_\_\_\_; REICHLER-BEGUELIN, Marie-José. “Construction de la référence et stratégies de désignation”. In: BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. (Eds.) **Du syntagme nominal aux objects-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores**. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l’Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.

BECKER, Beatriz; MACHADO, Monica. “Brasil entre as telas e as ruas: produção e consumo das narrativas jornalísticas audiovisuais sobre os protestos nacionais de junho de 2013”. In: **discursos fotográficos, Londrina, v.10, n.17, p.39-60, jul./dez. 2014**

BENTES, A. C. **Os editoriais de jornal: uma abordagem discursiva**. 1992, 145 p. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76894>.

\_\_\_\_\_. “Linguística textual”. In: MUSSALIN, Fernanda & Anna Christina BENTES (2001) (orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 2a.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 245-287.

\_\_\_\_\_; REZENDE, R. C. “O texto como objeto de pesquisa”. In: GONÇALVES, A. V., GÓIS, M. L. S. (orgs.) **Ciências da linguagem: o fazer científico**. Vol.2. Campinas: Mercado das Letras, 2014, p. 137-176.

\_\_\_\_\_; SILVA, B. F. ; ACCETTURI, A. C. A. “Texto, contexto e construção da referência: programas televisivos brasileiros em foco”. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 59, p. 175-196, 2017, Campinas.

BOURDIEU, Pierre. “The social space and the genesis of groups”. In: **Theory and Society**, Vol. 14, No. 6. (Nov., 1985). P. 723-744.

\_\_\_\_\_. “Sobre o poder simbólico”. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 7-17.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. “Algumas propriedades dos campos”. In: **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. P. 119-126.

\_\_\_\_\_. “The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field”. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (org.). **Bourdieu and the Journalistic Field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Distinção – crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. “O Campo Político”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº5. 2011. P. 193-216.

CAVALCANTE, Mônica M.; MATOS, Janaica G. “Discutindo as marcas avaliativo-argumentativas das recategorizações”. In: **Intersecções – Edição 18 – Ano 9 – Número 1 – fevereiro/2016**. p.93-111.

CHARAUDEAU, Patrick. “Os gêneros do discurso de informação”. In: **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 201-238.

CHAUÍ, Marilena. “As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo”. In: **Revista Teoria de Debate [online]. Edição 113**. Disponível na internet: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>

CONTE, Maria-Elisabeth. “Encapsulamento anafórico”. In: **Coleção Clássicos da Linguística: Referência**. São Paulo, Contexto, 2015, p. 177-190.

FALCONE, Karina. “A legitimação e o processo de categorização social”. In: **VEREDAS ON LINE - ATEMÁTICA - 1/2011**. Juiz de Fora: PPG LINGUÍSTICA/UFJF, 2001. p. 16-31.

FONSECA, Daniel. “Não dá para não ver – As mídias nas manifestações de junho 2013”. In: **Frierich Ebert Stiftung Brasil – Outubro 2013**, São Paulo.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HANKS, William F. **Language as Communicative Practices**. Colorado: Westview Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Língua como prática social: das relações entre língua, sociedade e cultura a partir de Bourdieu e Bakhtin**. Org.. São Paulo: Cortez, 2008 [1999].

KOCH, I. G. V. “A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional”. In: **Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, (41)**: Jul./Dez. 2001, 75-89.

\_\_\_\_\_; CUNHA-LIMA, M. L. “Do cognitivismo ao sócio-cognitivismo”. In: **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos, Vol. 3**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 251- 300.

\_\_\_\_\_. “Referenciação e orientação argumentativa”. In: KOCH, I. G. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. (Orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p. 33-52.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua – As revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARADEI, Anelisa. “Folha de S. Paulo e a cobertura dos protestos do MPL”. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2013, Manaus. Disponível em:



<http://www.amaradei.com.br/v2/wp-content/uploads/2013/11/Artigo-Ane-Intercom-Manaus-Folha-de-S.Paulo-e-a-cobertura-dos-protesto-do-MPL.pdf> . Acesso em: 13 abr 2018.

MARCUSCHI, L. A. “Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa”. In: **Veredas, revistas de estudos linguísticos**, v6, nº 1. Juiz de Fora: 2002. p. 43-62.

\_\_\_\_\_. “O barco textual e suas âncoras”. In: **Referenciação e discurso**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. p. 53-102.

\_\_\_\_\_. “Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais”. In: **Caderno de estudos linguísticos**. Vol. 48 (1): 2006. p. 7-22, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 82-103.

\_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Parábola Editorial: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_; KOCH, I. G. V. “Estratégias de referenciação e progressão textual na língua falada”. In: **Gramática do português falado, vol. VIII**. Editora da UNICAMP: Campinas, 2002. P. 31- 58.

MENEGALDO, Karina D. **Progressão referencial entre textos na cobertura jornalística contínua**. 2016. 224p. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. “Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação”. In: **Coleção Clássicos da Linguística: Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 17-52.

MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. “Das intervenções de Bourdieu no campo da linguística: reflexões sobre competência e língua legítima”. In: **Horizontes**, v. 20, jan./dez. 2002, Bragança Paulista, p. 31-48.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Erik Fernando Miletta. “Referenciação e orientação argumentativa na retórica neopentecostal: o percurso sociocognitivo das recategorizações metafóricas”. In: Cavalcante, Mônica Magalhães & Lima, Silvana Calixto. (orgs) **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p; 86-104.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Choque de democracia – As razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a. Edição digital.

\_\_\_\_\_. **Imobilismo em movimento – da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

PALUMBO, Renata. **Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial**. 2013. 272p. Tese – Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-21102013-191115/en.php>.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista - Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

RITTER, Eduardo. “Conhecimento de si mesmo e comunicação cidadã: do conformismo à ação nos protestos de junho de 2013”. In: **Intercom – RBCC. São Paulo**, v. **39**, n **2**, p. 115-129, maio/ago 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, Beatriz F. **Metadiscursividade em entrevistas: a inscrição de Mano Brown no campo jornalístico**. 2015. 278p. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000956542> .

SILVA, Valney V.; CAVALCANTE, M. M.; BRITO, Mariza A. “Referenciação nos Estudos Críticos do Discurso”. In: **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. **13**, p. 278-294, n. 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. “Brasil, Junho de 2013 – Classes e ideologias cruzadas”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, **97**, São Paulo, Novembro de 2013, p. 23-40.

SOLANO, Esther. “Crise da Democracia e extremismos de direita”. In: **Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise**, **42**, São Paulo, Maio de 2018.

VAN DIJK, Teun A. “Principles of Critical Discourse Analysis”. In: **Discourse and Society**, **4(2)**, 1993.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

VILLAMÉA, Luiza. “Revolução Tecnológica e Reviravolta Política”. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

**Anexos:****Texto 1: Editorial da Folha de S. Paulo “Retomar a Paulista”**

Tópico geral: Protestos do dia 11/06/2013

Publicação: 13/06/2013

Nota: Texto disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>

**Texto**

1 Retomar a Paulista

2 *Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos*  
3 *abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público*

4 Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes  
5 feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e  
6 milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do  
7 Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo --e chega  
8 perto demais de consegui-lo.

9 Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de  
10 R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e  
11 dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia  
12 pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação  
13 geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

14 Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte  
15 público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar  
16 equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que  
17 vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

18 Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes  
19 justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam  
20 de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com isso, a

21 ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder  
22 público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas  
23 quando há conflito entre prerrogativas.

24 O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de  
25 ir e vir --menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de  
26 manifestantes e a segunda é negada a milhões.

27 Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de  
28 expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em  
29 horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua  
30 estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

31 É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam  
32 fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas  
33 imediações estão sete grandes hospitais. Não basta, porém, exigir que  
34 organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias  
34 antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de  
35 participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais  
36 perturbadoras e indicar locais alternativos.

37 No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei.  
38 Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma  
39 de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

**Texto 2: Editorial da Folha de S. Paulo “Agentes do caos”**

Tópico geral: Protestos do dia 13/06/2013

Publicação: 15/06/2013

Nota: Texto disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1295534-editorial-agentes-do-caos.shtml>

**Texto**

1           **Agentes do caos**

2           *Contra manifestantes, PM paulista agiu com inaceitável violência, que*  
3           *lhe cumpria coibir; paradoxalmente, ajudou a parar São Paulo*

4           A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de  
5           anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda  
6           mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por  
7           missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem.

8           O Movimento Passe Livre preconiza a paralisação de São Paulo em nome  
9           da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos. Tolera, se não  
10          acolhe, facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que  
11          num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes,  
12          em praças de guerra.

13          No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a  
14          própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da  
15          brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes  
16          pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas.

17          Sete repórteres da Folha terminaram atingidos, quatro deles com balas de  
18          borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana  
19          Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto. O comandante da PM  
20          diz que o disparo foi feito para o chão.

21          Não é só por solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço,  
22          as agressões sofridas por repórteres desta Folha --e de outros órgãos de imprensa.

23

24 Antes de mais nada, como qualquer cidadão, eles não poderiam ser atacados por  
25 policiais cuja ação não parecia obedecer a qualquer plano ou estratégia.

26 Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas por  
27 alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo  
28 sectário que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas.

29 As arbitrariedades cometidas pela polícia no quarto protesto não  
30 poderiam contrastar de modo mais nítido com a exemplar disciplina exibida pelo  
31 PM Wanderlei Vignoli, na terceira manifestação. Ele sacou a arma, mas não  
32 disparou, mesmo isolado e ferido por manifestantes. "Somos treinados para  
33 manter o autocontrole", declarou.

34 Lamentavelmente, o comportamento da PM na quinta-feira veio  
34 impugnar a expectativa de que a tropa revelasse o mesmo senso de equilíbrio e,  
35 por que não, de coragem. Pois há coragem em manter a calma e o discernimento  
36 sob ameaça de uma multidão. Revela-se despreparo --e covardia--, entretanto,  
quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa, ainda que sob a  
37 justificativa de defender a liberdade de ir e vir dos prejudicados pela  
38 manifestação.

39 Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios  
40 excessivos pela polícia. Tampouco foi eficaz a ação da PM, afinal ela acabou  
41 contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto.

42 De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do  
43 caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da  
44 razão.

**Texto 3: Editorial da Folha de S. Paulo “Incógnita nas ruas”**

Tópico geral: Protestos do dia 17 e 18/06/2013

Publicação: 19/06/2013

Nota: Texto disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2013/06/1297388-editorial-incognita-nas-ruas.shtml>

**Texto**

1 Incógnita nas ruas

2 *Apesar de cenas isoladas de vandalismo, protestos mobilizam a classe*  
3 *média insatisfeita com desempenho de vários níveis de governo*

4 Quando se iniciaram os protestos contra o aumento das tarifas de  
5 transporte em São Paulo, com seus episódios de vandalismo dos manifestantes e  
6 de violência policial, um equívoco comum foi subestimar a ressonância que o  
7 Movimento Passe Livre (MPL) poderia alcançar no meio social.

8 O porte dos protestos dos últimos dias, por todo o país, e o caráter em  
9 geral pacífico das marchas deixaram patente que a depredação partiu de grupos  
10 minoritários.

11 Por mais que a ação truculenta da Polícia Militar paulista, na quinta-feira,  
12 tenha sido decisiva para engrossar a multidão nas ruas, está claro que a  
13 reivindicação de reverter os aumentos de tarifa se tornou o veículo de uma  
14 insatisfação profunda, ainda que difusa, sem dúvida insuflada pela mordida da  
15 inflação nos salários.

16 "Não são só 20 centavos" foi uma das palavras de ordem da passeata de  
17 segunda-feira em São Paulo. De fato, eram muitas as bandeiras: de críticas aos  
18 gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando  
19 por vagos pedidos por "mais direitos".

20 Políticos, como seria de prever, tornaram-se alvos dos manifestantes. A  
21 presidente Dilma Rousseff (PT), os governadores Geraldo Alckmin (PSDB-SP)  
22 e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT),  
23 foram criticados nos maiores protestos.

24 Nada disso torna menos irrealista a demanda maior do movimento, tarifa  
25 zero. Para tanto, em São Paulo, seria preciso agregar ao subsídio anual de R\$ 1  
26 bilhão outros R\$ 4,6 bilhões --92% do que se arrecada com o IPTU.

27 Com a capacidade de investimento do Estado --em todos os níveis de  
28 governo-- reduzida a quase nada por anos de estreiteza e inépcia na condução da  
29 economia, aumentar o subsídio ao transporte nessa proporção é impraticável.

30 Por outro lado, suspender o reajuste (em São Paulo, de R\$ 3 a R\$ 3,20) é  
31 decisão política extremamente custosa, na medida em que possa traduzir  
32 capitulação do poder público perante atos violentos.

33 O tamanho das marchas se impôs como índice de mudança de qualidade  
34 dos protestos. Mal ou bem, a massa falou pela maioria e falou contra os poderes  
35 instituídos.

São decerto condenáveis, até criminalmente, os atos de vandalismo e a  
36 depredação a palácios (a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foi o pior  
37 exemplo). É positivo que o MPL tente isolar e conter manifestantes violentos,  
38 como diante da prefeitura paulistana. Registre-se também que, nos protestos  
39 desta semana em São Paulo, a Polícia Militar se redimiu dos abusos cometidos  
40 dias antes. Mesmo diante da ameaça de invasão do Palácio dos Bandeirantes  
41 (sede do governo estadual), logrou manter conduta apaziguadora.

42 Continua válido, nesse sentido, o princípio de que os protestos deveriam  
43 obedecer a regras e itinerários negociados com a polícia, de maneira a evitar o  
44 colapso frequente da circulação urbana.

45 As pessoas precisam trabalhar e chegar em casa. Não é justo que  
46 manifestações por mobilidade, a toda hora, as impeçam de ir e vir. Menos ainda  
47 que sejam expostas à violência, parta de quem partir.

48 De resto, as marchas não são representativas da demografia brasileira.  
49 Pesquisa Datafolha entre os participantes constatou que a maioria tem diploma  
50 universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Ou seja, a adesão é maior entre  
51 jovens de classe média, se não de classe média alta.

52 Isso não é razão para desmerecer o movimento, por certo. Não faltam  
53 exemplos, na história recente do Brasil, de transformações políticas iniciadas  
54 com manifestações desse segmento social --basta citar as eleições diretas e o  
55 impeachment de Fernando Collor.



56 Há muitas diferenças com as mobilizações dos anos 1980 e 1990,  
57 contudo. Esta agora tem muito de espontâneo e descentralizado, definindo-se  
58 mais pelo recurso a meios tecnológicos (redes sociais e telefonia celular) do que  
59 pela liderança exercida por organizações.

60 Até aqui, o movimento rejeitou a instrumentalização por partidos  
61 políticos (84% declararam ao Datafolha não ter preferência partidária). Mas só  
62 os ingênuos deixarão de reconhecer que leva água para correntes à esquerda do  
63 PT, como PSOL e PSTU --ou que possa, principalmente, vir a engrossar o apoio  
64 a Marina Silva e sua Rede.

65 A fluidez e a desorganização dos protestos tornam sua pauta  
66 caleidoscópica, multifacetada e cambiante. Essa é a sua força, e também sua  
67 vulnerabilidade.

68 Em primeiro lugar, a ausência de uma voz unificada torna a interlocução  
69 com o poder público muito difícil. Depois, a direção fragmentada abre inúmeras  
70 oportunidades para a ação de grupos arruaceiros. A falta de foco, por fim, tende  
71 a multiplicar as demandas, o que também serve para diluí-las.

72 Não será surpresa se o movimento acabar por esvaír-se e ser eclipsado na  
73 campanha eleitoral de 2014, cuja antecipação pode agora ser vista como um  
74 sintoma de falência da política atual, tão bem representada pelo comportamento  
75 do Congresso Nacional.

76 Ninguém esperava que transcorresse assim, mas tal é a forma que assumiu  
77 a tantas vezes prognosticada insatisfação das classes médias com o que há de  
78 disfuncional no Estado brasileiro, após dez anos de PT no governo federal e  
79 quase duas décadas de PSDB no comando do principal Estado do país.

80 Como na marcha de muitas cabeças em São Paulo, é difícil prever onde  
81 esse caudal irá desembocar. Nem os manifestantes sabem.

#### **Texto 4: Editorial da Folha de S. Paulo “Vitória nas ruas”**

Tópico geral: Revogação do aumento das tarifas de transporte em São Paulo e no Rio de Janeiro

Publicação: 20/06/2013

Nota: Texto disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/114831-vitoria-das-ruas.shtml>

#### **Texto**

1 Vitória nas ruas  
 2 *Série de manifestações força prefeitos e governadores a rever tarifa;*  
 3 *capitulação evidencia profundo desgaste, mas também bom-senso*

4 A revogação do aumento das tarifas de transportes em São Paulo e no Rio  
 5 é uma vitória indiscutível do Movimento Passe Livre. Já os prefeitos Fernando  
 6 Haddad (PT) e Eduardo Paes (PMDB), bem como os governadores Geraldo  
 7 Alckmin (PSDB) e Sérgio Cabral (PMDB), saem atônitos das manifestações que  
 8 os encurralaram.

9 Menos mal que tenham demonstrado realismo. O movimento adquiriu  
 10 tamanha repercussão no tecido social que ceder já se tornava imperativo de bom-  
 11 senso. Agora lhes cabe enunciar de onde sairão as verbas para pagar a conta.

12 Não é fácil aquilatar, contudo, como o episódio reverberará no panorama  
 13 partidário e eleitoral. Da revolta com a qualidade da saúde e da educação à crítica  
 14 aos gastos com a Copa do Mundo, várias insatisfações vieram à tona durante os  
 15 protestos.

16 No momento, nenhuma das forças políticas majoritárias no país pode  
 17 colher benefícios do que acontece. Ao contrário: acumulam derrotas, sem  
 18 exceção.

19 Haddad tornou-se, naturalmente, um alvo preferencial do movimento  
 20 após anunciar decisão que, pela lógica administrativa, nada mais era do que um  
 21 ato de rotina, apesar de seu caráter impopular.

22

23           A prefeitura confiou, e tinha motivos para isso, na possibilidade de que  
24 os protestos pudessem esgotar-se sem maior esforço de negociação. Pressionado,  
25 o prefeito paulistano terminou obrigado a rever uma medida que apresentava  
26 como positiva --o reajuste revogado em São Paulo, afinal, ficara abaixo da  
27 inflação.

28           O enfraquecimento de seu cacife político encontra paralelo no campo do  
29 governo estadual. Em tese representando uma força oposta ao PT de Haddad, o  
30 tucano Alckmin paga um duplo preço.

31           De um lado, a truculência policial verificada na quinta-feira passada  
32 despertou largos contingentes da classe média para o movimento. De outro,  
33 novos e repetidos atos de vandalismo se registraram. Entre o excesso e a omissão  
34 policial, o comando do Estado parecia oscilar, incapaz de definir-se quanto à  
35 alternativa de menor custo eleitoral.

                  Ironicamente, para uma administração que conta com índices de  
36 popularidade ainda altos, embora em queda, também o governo da presidente  
37 Dilma Rousseff (PT) se viu atingido por um sentimento de insatisfação difuso,  
38 expressado nas maiores cidades do país.

39           PT e PSDB se veem lado a lado, como faces da mesma moeda, diante de  
40 uma sensação de inconformismo geral. Nenhuma agremiação política parece dar  
41 conta, por enquanto, de fenômeno tão multifacetado e amplo.

42           Até o Congresso dá sinais de incômodo com a revolta. Cogita acelerar a  
43 votação de projeto para desonerar os transportes urbanos. Políticos tradicionais  
44 sentem a exigência de reinventar-se, mas para tanto as manifestações ainda não  
45 parecem ter força bastante.

46           É mais fácil parar metrópoles, como São Paulo e Rio, do que tirar do  
47 atraso a política nacional.

**Texto 5: Editorial da Folha de S. Paulo “Mensagem bem-vinda”**

Tópico geral: Discurso de Dilma Rousseff

Publicação: 23/06/2013

Nota: Texto disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/115344-mensagem-bem-vinda.shtml>

**Texto**

1 Mensagem bem-vinda

2 *Presidente reage em tom conciliador aos protestos, mas firme no repúdio*  
3 *à violência; promessas serão objeto de um vago "pacto"*

4 A presidente Dilma Rousseff demonstrou discernimento e equilíbrio ao  
5 extrair lições dos protestos que se espalharam pelo país. Foi categórica ao  
6 explicitar que ouviu a voz das ruas e que pretende agir para lhe dar consequência.

7 A presidente, que já via sua popularidade em queda antes das  
8 manifestações, era quem mais tinha a perder. Governadores e prefeitos de alguma  
9 forma estancaram a sangria de prestígio com o recuo no reajuste das tarifas de  
10 transporte. Como os distúrbios prosseguiram e a pauta de demandas se  
11 desdobrou, o alvo primário passou a ser o governo federal.

12 Dilma disse o que precisava ser dito e o fez no momento em que a  
13 mobilização entrava em refluxo. Enfatizou a manutenção da lei e da ordem como  
14 condição do convívio democrático, criticando o flanco mais vulnerável do  
15 movimento.

16 Cidadãos isolados e grupos minoritários produziram episódios de  
17 violência selvagem --e é digno de nota que o Movimento Passe Livre não tenha  
18 repudiado de forma inequívoca, até aqui, o vandalismo que tem irrompido nas  
19 marchas.

20 Aos atos de saque, depredação e agressão física a agentes públicos  
21 nenhuma democracia pode responder senão com intervenção policial e  
22 responsabilização civil e penal de seus autores. Dilma reafirmou esse princípio  
23 basilar.

24 Ciente de que o tema da corrupção tende a canalizar a insatisfação  
25 subjacente, retomou o tom e a promessa de intransigência do início de seu  
26 governo. Nada anunciou de concreto a respeito, mas indicou a intenção de  
27 aumentar a transparência das instituições e os mecanismos de controle público.

28 Dilma também se preocupou em dar respostas à revolta com os péssimos  
29 serviços públicos. No que toca ao tema da reivindicação inicial dos protestos,  
30 prometeu um plano nacional de mobilidade urbana.

31 Para as áreas de educação e saúde, repetiu propostas conhecidas: destinar  
32 100% dos royalties do pré-sal à primeira e reforçar a segunda com médicos  
33 estrangeiros.

34 Sobre os questionamentos à Copa do Mundo, disse que os gastos federais  
35 são financiamentos que serão ressarcidos. Conclamou todos a restabelecer o  
36 clima de hospitalidade e a abandonar a violência "que envergonha o Brasil".

37 Além de convidar líderes das manifestações para uma reunião, Dilma  
38 prometeu conclamar chefes dos demais Poderes, governadores e prefeitos para  
39 um pacto por mudanças.

40 Muito mais precisaria ser dito e feito, mas não foi desta vez que a  
41 presidente se comprometeu com metas mais ambiciosas, como desempacar a  
42 reforma tributária. Falou em reforma política, mas não sobre qual seria ela.  
43 Providências de impacto simbólico, por exemplo quanto ao notório inchaço de  
44 cargos de confiança e ministérios, também ficaram de fora.

45 Em suma, a presidente reagiu ao inconformismo geral com firmeza e  
46 disposição para melhorar. Que o sistema político, sacudido pela estridência das  
47 ruas, saiba seguir seu exemplo.